



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

VIVIAN DA SILVA SANTOS

**OS CAMINHOS QUE ME TROUXERAM ATÉ AQUI: ACESSO, PERMANÊNCIA E
PÓS PERMANÊNCIA DE MULHERES NEGRAS EGRESSAS DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO PIAUÍ**

PORTO SEGURO
2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES**

VIVIAN DA SILVA SANTOS

**OS CAMINHOS QUE ME TROUXERAM ATÉ AQUI: ACESSO, PERMANÊNCIA E
PÓS PERMANÊNCIA DE MULHERES NEGRAS EGRESSAS DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO PIAUÍ**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Estado e Sociedade Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia.

Área de Concentração: Educação

Orientador: Prof. Dr. Álamo Pimentel

PORTO SEGURO
2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES**

**Catálogo na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)**

S237c Santos, Vivian da Silva, 1998 –
Os caminhos que me trouxeram até aqui: acesso, permanência e pós permanência de mulheres negras egressas da Universidade Estadual do Piauí. / Vivian da Silva Santos. – Porto Seguro, 2024.
103 f.

Orientador: Prof. Dr. Álamo Pimentel Gonçalves da Silva
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia. Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade. Campus Sosígenes Costa.

1. Ações Afirmativas. 2. Mulheres Negras. 3. Acesso. 4. Permanência e Pós Permanência. I. Silva, Álamo Pimentel Gonçalves da. II. Título.

CDD – 379.26

Elaborado por Lucas Sousa Carvalho - CRB-5/1883



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado

Aos 20 dias do mês de março do ano de 2024, às 14hs, via webconferência através da sala virtual com link de transmissão <https://meet.google.com/ngy-tjzs-wag?authuser=0>, reuniram-se os/as membros/as da banca examinadora composta pelos/as docentes Dr./a. Álamo Pimentel Gonçalves da Silva (presidente da banca), Dr./a. Eliana Póvoas Estrela de Brito (membro/a interno/a), Dr./a. Iraneide Soares da Silva (membro/a externo/a), Dr./a. Rafael Arenhaldt (membro/a externo/a), a fim de arguirem o/a mestrando/a Vivian da Silva Santos, na defesa de sua dissertação cujo trabalho de pesquisa intitula-se “**Os caminhos que me trouxeram até aqui: acesso, permanência e pós permanência de mulheres negras egressas da Universidade Estadual do Piauí**”. Aberta a sessão pelo presidente da banca, coube ao/a candidato/a, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo em seguida questionado/a pelos/as membros/as da banca examinadora, tendo dado as explicações que foram necessárias.

Os/A membros/a da banca consideraram a dissertação:

Aprovado Aprovado com modificações

Não aprovado, devendo ser realizada nova qualificação no prazo de

___ meses. **Recomendações da Banca:** _____



Documento assinado digitalmente
ALAMO PIMENTEL GONCALVES DA SILVA
Data: 25/03/2024 14:50:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente
ELIANA POVOAS PEREIRA ESTRELA BRITO
Data: 26/03/2024 14:42:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof./a. Dr./a. Álamo Pimentel G. da Silva
Estrela de Brito (UFSB / PPGES) *Presidente da banca interno/a*

Prof./a. Dr./a. Eliana Póvoas
(UFSB / PPGES) *Membro/a*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Documento assinado digitalmente



IRANEIDE SOARES DA SILVA

Data: 29/08/2024 17:33:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof./a. Dr./a. Iraneide Soares da Silva
(UESPI/PPGSC) *Membro/a externo/a*

Documento assinado digitalmente



RAFAEL ARENHALDT

Data: 26/03/2024 16:09:54-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof./a. Dr./a. Rafael Arenhaldt
(UFRGS/PPGENSAU) *Membro/a externo/a*

Vivian da Silva Santos

Vivian da Silva Santos
Candidato/a

Webconferência, 20 de
março de 2024.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades

(Neuza Santos)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

OS CAMINHOS QUE ME TROUXERAM ATÉ AQUI: ACESSO, PERMANÊNCIA E
PÓS PERMANÊNCIA DE MULHERES NEGRAS EGRESSAS DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO PIAUÍ

RESUMO

As chamadas políticas públicas de Ações Afirmativas são projetos de lei voltados à inclusão de grupos socialmente marginalizados nos mais variados setores da sociedade, elas buscam remover barreiras estruturais que segregam os diferentes grupos que compõem a população brasileira, sejam elas físicas, sociais ou institucionais. Um exemplo de Ações Afirmativas implementadas pelas instituições públicas de ensino superior são as Cotas Raciais, que garantem uma reserva de suas vagas ofertadas para a população negra, porém garantir o acesso dessa população ao ensino superior não é sinônimo de sua permanência dentro das instituições, uma vez que ao adentrar nas universidades, os jovens podem encontrar adversidades que resultariam em um processo de evasão. Diante disso, este estudo tem por objetivo analisar a trajetória de acesso, permanência e pós-permanência de mulheres autodeclaradas negras cotistas e egressas dos cursos de graduação ofertados pela UESPI no ano de 2016. Se caracterizando como uma pesquisa de abordagem qualitativa descritiva, que utilizou múltiplos procedimentos sistematizados em três etapas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise de memoriais. Para refletir a trajetória acadêmica dessas mulheres negras dentro da instituição se tornou necessário acessar suas memórias e histórias de vida, que foram escritas em memoriais autobiográficos. Para tal foi realizada a leitura e apropriação de trabalhos de autoras e autores considerados como marcos teóricos, sendo estes: Lélia Gonzales (2020), Cida Bento (2022), Neusa Santos (2021), Jailson Sousa Santos (2003), Delcele Mascarenhas Queiroz (2001), João Feres Júnior *et al.* (2018), Kabengele Munanga (2006), entre outros pensadores que também dialogam com a temática das relações étnico-raciais. Assim, foi possível identificar a presença de fatores que se mostraram decisivos para que elas concluíssem o curso de graduação e investigar seus respectivos processos de pós-permanência, tendo em vista que a posse do diploma melhoraria suas chances de ingresso no mercado de trabalho e consequentemente melhoraria sua situação socioeconômica.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Mulheres Negras. Acesso, Permanência e Pós-Permanência.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES**

**THE PATHS THAT BROUGHT ME HERE: ACCESS, PERMANENCE AND POST
STAY OF BLACK WOMEN GRADUATES FROM THE STATE UNIVERSITY OF PIAUÍ**

ABSTRACT

The so-called Affirmative Action public policies are bills aimed at the inclusion of socially marginalized groups in the most varied sectors of society, they seek to remove structural barriers that segregate the different groups that make up the Brazilian population, whether physical, social or institutional. An example of Affirmative Actions implemented by public higher education institutions are the Racial Quotas, which guarantees a reserve of vacancies offered to the black population, but guaranteeing the access of this population to higher education is not synonymous with their permanence within the institutions. In view of this, this ongoing study aims to analyze the trajectory of access, permanence and post-permanence of self-declared black quota women who graduated from undergraduate courses offered by UESPI in 2016. It is characterized as a descriptive qualitative approach research, which will use multiple procedures systematized in three stages: bibliographic research, documentary research and document analysis. It seeks to reflect the academic trajectory of these black women within the institution will be necessary from the access to their memories and life history, which will be written in autobiographical memorials. For this purpose, the works of authors considered as theoretical frameworks will be read and appropriated, namely: Lélia Gonzales (2020), Cida Bento (2022), Neusa Santos (2021), Collins and Bilge (2021), Jailson Sousa Santos (2003), Delcele Mascarenhas Queiroz (2001), João Feres Júnior et al. (2018), Kabengele Munanga (2006), among other thinkers who also dialogue with the theme of ethnic-racial relations will be. Thus, it will be possible to identify the presence of factors that were decisive for them to complete the undergraduate course and investigate their respective post-permanence processes, considering that the possession of the diploma would improve their chances of entering the labor market and consequently improve their socioeconomic situation.

Keywords: Affirmative Actions. Black Women. Access, Permanence and Post-Permanence.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	Ampla Concorrência
Adm	Administração
AF1	Estudantes Egressos de Escola Pública
AF2	Estudantes Autodeclarados Negros Egressos de Escola Pública
Bio	Ciências Biológicas
CCp	Ciência da Computação
CCt	Ciências Contábeis
DCAD	Divisão de Controle Acadêmico e Diplomação
Dir	Direito
EdF	Educação Física
Enf	Enfermagem
F	Feminino
Geo	Geografia
His	História
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESP	Instituição de Ensino Superior Públicas
IFPI	Instituto Federal do Piauí
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LeP	Letras Português
M	Masculino
Nº	Número
Ped	Pedagogia
SiSU	Sistema de Seleção Unificado
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

UESPI Universidade Estadual do Piauí

UESB Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UFPI Universidade Federal do Piauí

UFSB Universidade Federal do Sul da Bahia



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1	Número de vagas oferecidas em cursos de graduação para o Campus de Floriano por categoria de ingresso	43
Tabela 2	Quantitativos de Estudantes Ingressos por Categoria em 2016 nos 11 Cursos de Graduação da UESPI no Campus de Floriano, por Grau Acadêmico	43
Tabela 3	Número de estudantes ingressos em 2016 por categoria em cada curso de Licenciatura e Bacharelado	44
Tabela 4	Número de AF2 Concludentes/Egressos em 2019.2 que Ingressaram em 2016, por Cursos Ofertados pela UESPI para o Campus de Floriano, por Sexo.....	46
Tabela 5	Registro de Ingresso e Término partindo da educação básica ao ensino superior – Conceição Evaristo.....	48
Tabela 6	Registro de Ingresso e Término partindo da educação básica ao ensino superior – Maria Firmina dos Reis.....	50
Tabela 7	Registro de Ingresso e Término partindo da educação básica ao ensino superior – Carolina Maria de Jesus	51
Quadro 1	Fluxo de Trajetória Escolar.....	52
Tabela 8	Programas de Assistência Estudantil da Universidade Estadual do Piauí – UESPI	66
Tabela 9	Comparativo entre o número de habitantes e área de unidade territorial	70
Tabela 10	Metas das Políticas de Ações de Acompanhamento de Egressos para o Plano de Desenvolvimento Institucional – 2022 a 2026 da UESPI	85
Tabela 11	Fluxo de Trajetória Escolar de Pós-Permanência	90



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Matrículas Total em Cursos de Graduação Presenciais, em IESP no Piauí entre 2016 e 2019	24
Gráfico 2	Matrículas Total em Cursos de Graduação Presenciais, por Sexo, em IESP no Piauí entre 2016 e 2019	25
Gráfico 3	Total de Estudantes Ingressos por Processo Seletivo em Cursos de Graduação presenciais, por Sexo, na UESPI entre 2016 e 2019	26
Gráfico 4	Número de Ingressos em 2016 em cada Curso, por Sexo	30



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Distribuição dos Campi pertencente a Universidade Estadual do Piauí de acordo com a cidade e ano de fundação	23
Figura 2	Distribuição das vagas ofertadas por categoria no Edital SiSU/UESPI nº 02/2016	27



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
1. CAMINHOS METODOLÓGICOS	20
2. AÇÕES AFIRMATIVAS E O ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ	27
2.1 Um Panorama da Educação nas Instituições Públicas de Ensino Superior do Piauí	36
2.2 Estudos de Caso: Campus de Floriano.....	40
2.3 Ingressantes AF2: Status de Concludente/Egresso	46
3 OS CAMINHOS QUE ME TROUXERAM ATÉ AQUI.....	48
4 PERMANECER COMO ATÓ DE RESISTENCIA.....	65
4.1 Tornar-se negra dentro da universidade	77
5 TERMINEI O CURSO, E AGORA?.....	85
6. CONSIDERAÇÕES	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa continuada que surgiu através de discussões levantadas em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação intitulado: “Ações afirmativas na UESPI: um estudo de caso sobre os ingressos autodeclarados negros por cotas sociais¹ no *campus* de Floriano, Piauí”, onde pude identificar a existência das Ações Afirmativas nas três instituições públicas de ensino superior do Estado do Piauí.

Tanto a Universidade Federal do Piauí (UFPI), como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) cumprem a determinação descrita na Lei 12.711/2012, que dispõe sobre Ações Afirmativas ao reservar 50% das vagas ofertadas para ingresso de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência nestas instituições de ensino.

Já na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) no ano de 2016, seguia-se a determinação presente na Lei Estadual nº 5.791, de 19/08/2008 que em seu Art. 1º reserva “[...] em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, 30% (trinta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em escolas da rede pública de ensino” (Piauí, 2008a). Aderindo a inclusão de percentuais destinados a candidatos autodeclarados negros dentro destes 30% das vagas reservadas através da Resolução CONSUN 007/2008.

Atualmente na instituição, destaca-se a sanção da Lei nº 7.455/2021, que altera a Lei supracitada, dispondo “sobre a criação do Sistema de Cotas Sociais para Ingresso de Estudantes Oriundos de Escolas Públicas, Negros, Quilombolas, Indígenas e Pessoas com Deficiência” (Piauí, 2021a) nos 12 *campi* da instituição que estão distribuídos pelo estado, ampliando assim, a reserva de 30% para 50% (trinta por cento para cinquenta por cento) das vagas, o que caracterizaria uma maior representatividade de negros, indígenas e pessoas com deficiência tendo acesso à instituição.

Observa-se que tanto as instituições federais como a Universidade Estadual levam em consideração a intersecção entre autodeclaração de raça, situação socioeconômica e se os candidatos e candidatas são egressos de escolas da rede pública ou privada, como critérios para

¹ Vale observar que o termo “cotas sociais” aqui utilizado, se refere as Ações Afirmativas que se valem da intersecção entre condição socioeconômica e identidade racial das pessoas que vão se candidatar ao ingresso através da política.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

ingresso através do sistema de reserva de vagas, entretanto durante a elaboração do trabalho, optei por nomear estas políticas como Cotas Raciais uma vez que busco reafirmar o papel político e social destas normativas na reparação do racismo estrutural que predomina na formação histórica das instituições de educação superior no Brasil.

Antes de apresentar os próximos passos desta pesquisa e com o intuito de refletir os caminhos que me trouxeram até aqui, acredito haver a necessidade de uma breve descrição da minha trajetória acadêmica e de vida, para contextualizar o lugar de onde falo, trazendo assim minha perspectiva de mulher negra e pesquisadora.

Sou filha de pais piauienses que foram para de São Paulo – SP no início da década de 90, porém ainda na minha infância, nos mudamos para uma cidade no interior do estado chamada Morro Agudo, onde cresci e cursei toda Educação Básica em escolas públicas da rede municipal e estadual de ensino, entre os anos de 2005 e 2015. De forma paralela à escola, também frequentei projetos sociais, onde pude participar de oficinas de música, artesanato, dança, culinária, atletismo, e aulas de reforço escolar.

Meu acesso ao Ensino Superior no curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas da UESPI, se deu por meio da reserva de vagas para Ações Afirmativas no *campus* Dr^a Josefina Demes em 2016, na cidade de Floriano. Neste ano, o sistema de reserva de vagas possuía duas categorias de ingresso: estudantes egressos de escola pública (AF1) e estudantes egressos de escola pública e autodeclarados negros (AF2). A recordação que tenho, é de me sentir dividida entre a escolha da categoria, eu sabia que era egressa de escola pública, mas como me autodeclarar negra? Até aquele momento eu não havia me questionado acerca do meu pertencimento étnico racial, uma vez que ainda não havia me tornado uma mulher negra².

Somente a partir do conhecimento produzido em sala, das interações com outros estudantes negros e dos eventos institucionais, que passei a me perceber mulher negra, fator este que considero decisivo não somente para a construção do meu eu pesquisadora, mas também do meu eu social. Ainda hoje me pego lembrando de várias situações que eu passei dentro da escola e me questiono “se eu fosse uma pessoa branca, isso teria acontecido comigo?”.

² Uma das primeiras obras que aborda as subjetividades das pessoas negras no Brasil é o livro “Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social” da autora Neuza Santos Souza (1983), ativista no movimento negro e estudiosa no campo da saúde mental.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Alinhando a Lei nº 10.639/03, que “torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro Brasileira em todos os níveis e estabelecimentos de ensino” (Queiroz e Macêdo, 2013, p. 77), com os saberes construídos ao longo do curso, surgiu em mim o desejo de investigar o papel dos professores e professoras de Ciências da Natureza e o ensino para as Relações Étnico-Raciais, sendo esta minha primeira sugestão de tema para o TCC.

No entanto, a proposta de trabalho final surgiu somente a partir da produção do primeiro trabalho de pesquisa, intitulado “O sistema de cotas no ingresso e permanência de candidatos autodeclarados negros na UESPI de Floriano, Piauí.” (Santos e Pereira, 2019)³. Este estudo demonstrou que a temática Ações Afirmativas na UESPI, estava longe de se esgotar dando abertura para a consolidação do que viria a ser o TCC referenciado no começo desta introdução.

Este trabalho permitiu que eu identificasse as representantes do sexo feminino como maioria, tanto no número de pessoas que ingressaram no *Campus* Dr^a Josefina Demes da Universidade Estadual do Piauí em 2016, quanto no número de pessoas que conseguiram concluir seus respectivos cursos de graduação no de 2019. Comprovando assim, que “as mulheres passaram a ocupar de maneira intensiva o espaço universitário, até então dominado pelo sexo masculino” (Viana; Souza; Anjos Neta, 2017, p. 6), o que nos faz refletir não somente o ingresso, mas também a permanência dessas mulheres dentro das instituições de ensino superior (IES).

Ciente dessa realidade, pude perceber que depois de um pouco mais de uma década da implementação das políticas de Ações Afirmativas na UESPI, a busca por registros do quantitativo de pessoas ingressas através da categoria, que evadiram ou que conseguiram o diploma de graduação é necessária. Bem como entender e registrar a percepção desses estudantes cotistas, no que concerne o significado dessas políticas e como elas afetam de forma direta suas vivências enquanto pessoas negras que estão rompendo barreiras estruturais⁴, reforçadas pela intersecção de raça, gênero e classe. Fator esse que dificulta o reconhecimento

³ Texto aprovado e apresentado na modalidade comunicação oral no “VI Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Africanas: Narrativas e Direitos Humanos (UESPI)”, evento também conhecido como África Brasil, realizado em novembro de 2019, em Teresina/PI.

⁴ Ler obra “Racismo estrutural”, escrita por Silvio Luiz de Almeida (2018), onde o advogado, filósofo, professor universitário e atual ministro dos direitos humanos, elabora uma discussão contemporânea que contribui para a desconstrução de noções históricas que promoveram a existência das hierarquias raciais que estruturam a sociedade brasileira.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

da efetividade dessa política pública quando se fala da perspectiva piauiense, bem como o registro de seus resultados ao longo do tempo.

Neste contexto, esta pesquisa tem por objetivo responder a seguinte pergunta: Como se deu a trajetória de acesso, permanência e pós permanência de mulheres autodeclaradas negras no Campus da UESPI de Floriano? Para isso, se torna necessário investigar a trajetória acadêmica das mulheres negras que ingressaram nos cursos de graduação ofertados no *campus* Dr^a Josefina Demes, da UESPI localizado na cidade de Floriano, através das Ações Afirmativas em 2016 e alcançaram o status de graduadas até o término de 2019.

Presumindo que falar sobre trajetórias também é trabalhar com memórias, narrativas e histórias de vida, foi necessário acessar as subjetividades dessas mulheres negras dentro do universo Uespiano⁵ através da escrita de memoriais autobiográficos. O que possibilitou a identificação de fatores que se mostraram decisivos para que elas concluíssem o curso de graduação bem como a investigação de seus respectivos processos de pós-permanência, tendo em vista que a posse do diploma aumentaria suas chances de ingresso no mercado de trabalho e conseqüentemente melhoraria sua situação socioeconômica.

Para tanto, foi necessário traçar suas trajetórias acadêmicas desde a Educação Básica ao Ensino Superior e a partir dos relatos presentes nos memoriais, refletir a presença de fatores decisivos para que elas concluíssem seus respectivos cursos de graduação e investigar como se deu o processo de pós-permanência dessas mulheres agora com o status de egressas do ensino superior.

A autora Angela Figueiredo ao articular teoria, metodologia e prática política, nos diz que o ingresso de jovens negros e negras no ensino superior “tem alterado as agendas de investigação/pesquisa, uma vez que a maioria d@s estudantes elege temas próximos, muitas vezes relacionados ao próprio cotidiano” (Figueiredo, 2020, p. 10) para pesquisa, ela também destaca o papel das políticas de cotas como um dos instrumentos que possibilitaram o acesso de pessoas negras ao ensino superior, para a autora:

“Há, efetivamente, uma correlação entre a experiência de vida, a experiência profissional e a escolha do tema de pesquisa. Ou seja, na medida em que a

⁵A palavra “uespiano” deriva da sigla UESPI, sendo apresentada no contexto acima como sendo uma palavra adjetivada empregada para caracterizar tanto a infraestrutura que compõe esta Universidade, como também os sujeitos que trazem na sua identidade um vínculo para com esta instituição, desde estudantes de graduação, de pós-graduação, os egressos que ali estudaram, seu corpo docente, funcionários administrativos ao pessoal terceirizado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

universidade pretende se tornar mais inclusiva, as questões de pesquisa se tornam mais próximas do universo empírico da pesquisadora” (Figueiredo, 2020, p. 10).

Ao dialogar com Patricia Hill Collins, Angela Figueiredo (2020) afirma a experiência como base fundamental da epistemologia feminista negra nos dizendo que “a metodologia proposta pelo feminismo negro destaca o diálogo mais horizontal, a empatia e, muitas vezes, a autoetnografia como método prioritário de pesquisa” (Figueiredo, 2020, p. 9). Uma vez que nossas vivências como pesquisadoras e pesquisadores negros, já servem de alicerce para uma reflexão teórica e crítica, estas também abrem espaço para que pautas relacionadas a raça, gênero e classe, sejam discutidas dentro do ambiente acadêmico, tendo em vista que por muito tempo, este formato de pesquisa não era tido como produção de conhecimento.

A autora Aparecida Sueli Carneiro (2005), “ao evidenciar o processo de destituição da racionalidade da cultura e civilização do Outro” (Carneiro, 2005, p. 96), em sua tese de doutorado intitulada “A construção do outro como não-ser como fundamento do ser”. Aborda o conceito de epistemicídio a partir do pensamento de Boaventura (1997) afirmando sua construção como um dos instrumentos mais duradouros e eficazes da dominação étnica/racial, pela negação da legitimidade das diversas formas de conhecimento (Carneiro, 2005, p. 96).

Para a autora, o epistemicídio vai “além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados” (Carneiro, 2005, p. 97), estando presente também na negação do acesso a um ensino de qualidade e nos mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento, afirmando que “os pressupostos instituídos pela racionalidade ocidental, no que tange às possibilidades de conhecer e produzir conhecimento, instituíram ao mesmo tempo as aporias sobre a educabilidade de cada grupo humano.” (CARNEIRO, 2005, p. 98).

Fator que limita o acesso, produção e reprodução de conhecimento e modos de fazer ciência de cada um desses grupos, o que trouxe mais visibilidade e força para a luta das mulheres negras que buscam por representatividade em todas as camadas sociais, porém, mesmo que ocupar esses espaços simbolize um avanço, mulheres negras ainda precisam resistir à inúmeras adversidades impostas pela sociedade patriarcal sobre sua permanência nestes locais de relações de saber e poder.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Um conceito trabalhado por Patricia Hill Collins é o da *outsider within*⁶ em que a autora argumenta que muitas intelectuais negras têm feito uso criativo de sua marginalidade, para produzir um pensamento feminista negro capaz de refletir um ponto de vista especial em relação ao “self”, à família e à sociedade, com o objetivo de criar distintas perspectivas quanto aos paradigmas sociológicos existentes (Collins, 2016, p. 99).

A autora afirma que “como *outsiders within*, estudiosas feministas negras podem pertencer a um dos vários grupos de intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo” (Collins, 2016, p. 101). Pois, estas mulheres acabam desenvolvendo uma forma própria de perceber o mundo em que se inserem, justificando assim, pesquisas sobre a trajetória de mulheres negras em universidades públicas, uma vez que é preciso ter acesso a percepção dessas mulheres para melhor compreender os marcadores sociais que as cercam historicamente. Este é o meu compromisso com a produção deste trabalho, como mulher negra que ingressou tanto na graduação como na pós-graduação através de Ações Afirmativas, considero de extrema importância produzir voz e visibilidade as nossas trajetórias dentro desses espaços.

Uma vez que a contextualização da pesquisa foi realizada, cabe aqui apresentar um breve resumo de como este trabalho se sustentará. O próximo tópico será composto pelos caminhos metodológicos que foram percorridos ao longo da pesquisa como sua caracterização, coleta e análise de dados. Posteriormente um capítulo trará um breve panorama das Ações Afirmativas no território piauiense, mais especificamente na UESPI entre os anos de 2016 e 2019. Seguido de três capítulos que trarão respectivamente a perspectiva de acesso, permanência e pós-permanência dessas mulheres no ensino superior.

A escrita desses três capítulos se firmará na análise dos memórias escritos pelas estudantes egressas e também pelo diálogo com trabalhos produzidos por outros autores trazendo a realidade encontrada em outras IES do país. Seguido desses capítulos, virá o encerramento do trabalho, que trará consigo as considerações finais do trabalho, que traz consigo a reflexão sobre os resultados do estudo, bem como sua relevância social e acadêmica.

⁶ O termo *outsider within* não tem uma correspondência inquestionável em português, por isso optou-se por manter o termo original. Possíveis traduções do termo poderiam ser “forasteiras de dentro”, “estrangeiras de dentro” (COLLINS, 2016).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

1. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa descritiva, que utilizou múltiplos procedimentos sistematizados em três etapas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise de memórias, uma vez que irá se debruçar sobre memoriais autobiográficos produzidos pelas mulheres negras egressas que aceitaram participar do estudo.

Através de uma pesquisa qualitativa, é possível observar “aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Gerhardt e Silveira, 2009, p. 32), ao trabalhar com um universo “de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Mynaio, 2001, p. 22). Além dos aspectos relacionais e subjetivos inerentes à construção da pesquisa, destaco também a minha experiência como mulher negra e egressa das políticas de Ações Afirmativas da UESPI como aspecto qualitativo do trabalho realizado.

Porém, antes de descrever os percursos metodológicos que servirão de base para alcançar os objetivos de pesquisa, faz-se necessário aqui, apresentar o recorte temporal, espacial e as mulheres que aqui serão tratadas não como sujeitas da pesquisa, mas sim como colaboradoras, já que o principal objeto do estudo são os relatos presentes em seus respectivos memoriais autobiográficos.

O recorte temporal se firma nos anos entre 2016 e 2019, uma vez que este período marca o ingresso e o término dos respectivos cursos de graduação em que as colaboradoras da pesquisa permaneceram como estudantes na instituição, porém ao se tratar também de um estudo de pós-permanência, anos posteriores a 2019, podem aparecer no recorte.

Para apresentar o lócus da pesquisa, torna-se necessária a caracterização do universo Uespiano, uma vez que ele se mostra como ponto de partida deste estudo. De acordo com informações presentes em seu site⁷, a Instituição fundada em 1984, atualmente oferta 104 cursos de graduação distribuídos nos 12 *Campi* (figura 1), sendo 59 cursos de Licenciatura (Ciências Biológicas, Educação Física, Química, Física, Matemática, Letras/Português, Letras/Inglês, Letras/Espanhol, Pedagogia, Geografia, História, etc.) e 45 cursos de Bacharelado

⁷ <https://uespi.br/> Acesso em: 27 de junho de 2023.

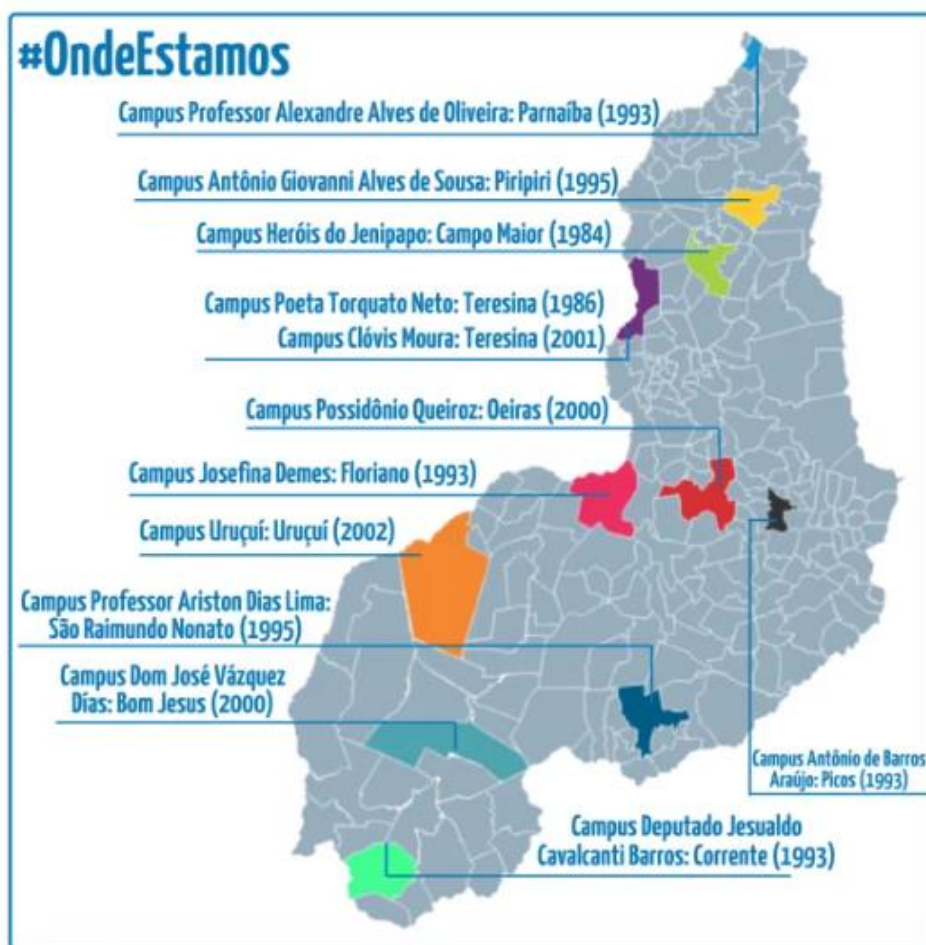


UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

(Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências da Computação, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Fisioterapia, etc.), com 12.318 estudantes matriculados em cursos presenciais no regime regular (até o término desta pesquisa).

Além dos cursos de graduação, “a Universidade Estadual do Piauí também possui cursos de pós-graduação em nível de mestrado, três profissionais, (Letras/Português, História e Matemática), e três acadêmicos (Interdisciplinar em Cultura e Sociedade, Letras/Português e Química)” (Silva, Rocha e Miranda, 2021, p. 213). No quadro de funcionários distribuídos em todos os Campi, a instituição apresenta 468 técnicos administrativos, 329 prestadores de serviços e 1.066 docentes, dentre estes os efetivos “com 848 professores, sendo 222 doutores e 432 mestres” (Silva, Rocha e Miranda, 2021, p. 213) e 194 professores substitutos.

Figura 1: Distribuição dos Campi pertencente a Universidade Estadual do Piauí de acordo com a cidade e ano de fundação.



Fonte: site da instituição, 2023.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

O *Campus* Dr^a Josefina Demes⁸, lócus desta pesquisa, está na cidade de Florianópolis, também conhecida como “Princesinha do Sul” e se encontra a margem direita do Rio Parnaíba que divide politicamente os estados do Piauí e Maranhão, se localizando a 240 quilômetros da capital do estado, Teresina. Este *campus* se fica às margens da BR 343, uma via muito movimentada, pois além de estar próxima à uma das entradas da cidade, também liga determinados bairros ao centro. Diante disso sempre é muito comum escutar pelos corredores da universidade, o barulho do motor de carros, motos, ônibus e todos os outros meios de transporte imagináveis que podem emitir algum tipo de som, incluindo carroças puxadas por cavalos.

Logo à frente da instituição, tem um bar chamado “Mamãe não me acha”, que carinhosamente foi apelidado como “Seu Duna”, nome do proprietário que sempre foi muito conhecido entre os estudantes. Lá ele tem uma caixa de som com a função de conexão via *bluetooth* onde os clientes não somente escolhem as músicas, mas também tem a autonomia para conectar seus telefones e comandar a trilha sonora do ambiente. Assim, logo no começo da tarde, ele abre o bar e como sempre, liga o som que acaba também ecoando nos corredores do *campus*.

Um outro som que posso associar ao lócus da pesquisa, é o da chuva de cajus, que não acontece em todos os meses do ano, mas que é considerada um evento sagrado no mês de outubro. Me recordo da primeira vez que presenciei ali, próximo à entrada do auditório, no centro do Campus, o pé de caju nada tímido, que parecia literalmente arremessar seus frutos lá de cima, de tamanha a força do som que eles projetavam ao cair no chão. Frutos esses que muitas vezes nos serviam como lanche na hora do intervalo. Esses seriam os sons mais característicos do lócus desta pesquisa, o mesmo local onde cursei minha graduação e por isso acredito ter criado laços afetivos não somente com seus sons, mas também com seus cheiros e toda a energia presente no ambiente.

Uma vez que as colaboradoras já se encontravam fora do espaço universitário, tive acesso à elas por meio de redes sociais, assim foi possível encontrar e contactar 17 delas, porém apenas 3 aceitaram participar do estudo, algumas até se mostraram interessadas, mas quando

⁸ Josefina Demes (1920-2002), nasceu na Síria, mas teve seu registro feito em Salvador – BA. Foi farmacêutica, professora, escritora, empresária e historiadora, considerada a primeira mulher com o título de graduação na região de Florianópolis, foi inventora da aguardente alemã, também conhecida como tintura de jalapa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

eu entrei em detalhes sobre como seria suas respectivas participações no estudo, elas perdiam o interesse, outras nem chegaram a responder o meu primeiro contato.

Por motivos éticos que envolvem a elaboração da pesquisa, as colaboradoras tiveram seus nomes trocados para manter suas identidades resguardadas, assim optei por substituí-los por nomes de escritoras negras brasileiras, como forma de homenageá-las. No primeiro momento solicitei que elas mesmas se apresentassem destacando suas características físicas, assim como cidade, curso e ano de nascimento.

Conceição Evaristo⁹ nasceu em 1997 na cidade de Landre Sales – PI (134 km de Floriano), ingressou no curso de graduação em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, tendo que se mudar para frequentar as aulas do curso, porém atualmente voltou a morar em sua cidade natal. É solteira e se identifica como uma mulher preta, de cabelos cacheados, olhos castanhos, com 1,60m de altura e corpo carnudo.

Maria Firmina dos Reis¹⁰ nascida no ano de 1997, na cidade de Regeneração – PI (105 km de Floriano), também mudou de cidade para o ingresso no curso de graduação, porém diferente de Conceição, sua graduação era no Bacharelado em Administração. Ela foi morar em Floriano e permanece na cidade até hoje. É solteira e se identifica como uma mulher de pele negra, cabelo preto crespo (alisado), olhos pretos, altura 1,65 e rosto oval fino.

Carolina Maria de Jesus¹¹ também nasceu em 1997 e ingressou no curso de graduação em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, mesma turma de Conceição. Nasceu na cidade de Canto do Buriti – PI (163 km de Floriano), mas atualmente mora em Brasília – DF. É solteira e se identifica como morena, de cabelo castanho cacheado, olhos castanhos, 1,60m de altura e lábios finos.

Uma vez caracterizado o recorte temporal, o lócus e as colaboradoras da pesquisa, cabe aqui trazer a descrição dos procedimentos que foram sistematizados em três etapas principais. Sendo a primeira etapa do estudo a pesquisa bibliográfica, se tornará necessária não somente para a elaboração da fundamentação teórica, mas também para servir de alicerce de

⁹ Linguista e escritora afro-brasileira, agora aposentada, teve uma prolífica carreira como pesquisadora-docente universitária. É uma das mais influentes literatas do movimento pós-modernista no Brasil, escrevendo nos gêneros da poesia, romance, conto e ensaio.

¹⁰ É considerada a primeira romancista negra do Brasil. Publicou em 1859 o livro *Úrsula*, considerado o primeiro romance abolicionista do país.

¹¹ Foi uma escritora, compositora, cantora e poetisa brasileira. Ficou famosa por seu primeiro livro *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, publicado em 1960.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

instrumentos conceituais que serão utilizados nas discussões ao longo do estudo para atestar sua relevância, tendo como base a leitura e a apropriação de trabalhos de autoras e autores considerados como marcos teóricos, sendo estes: Nilma Lino Gomes (2017), Neusa Santos (2021), Lélia Gonzales (2020), Cida Bento (2022), Matilde Ribeiro (2013), Kabenguele Munanga (2010), Delcele Mascarenhas de Queiroz (2001) e entre outros pensadores que também dialogam com a temática das relações étnico-raciais.

Na etapa posterior, foi realizada a pesquisa de caráter documental que “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico” (Gil, 2002), firmada pela análise dos documentos que legitimam as políticas públicas de Ações Afirmativas na UESPI sendo eles: a Resolução Consun de nº 007/08 (Pauaí, 2008a), a Lei nº 5.791/08 (Piauí, 2008b), e o Edital de Adesão SISU referente aos períodos letivos 2016.1 e 2016.2.

Durante a elaboração da Tabela 4, foi possível identificar as mulheres autodeclaradas negras egressas de escola pública que ingressaram em 2016 no *Campus* Dr^a Josefina Demes. Para isso, foi necessário o acesso aos seguintes documentos: diários de classe de disciplinas ofertadas em 2016 para turmas de Bloco I¹² (para identificar os estudantes que ingressaram), o histórico escolar desses estudantes (neles constam informações referentes a sua categoria de ingresso) e os diários de classe das disciplinas referentes aos blocos finais ofertadas para os respectivos cursos em 2019 (para saber quais delas permaneceram nos cursos). O acesso a esses documentos foi possível, por meio de um pedido formal mediante ofício à Divisão de Controle Acadêmico e Diplomação (DCAD).

Como mostra a Tabela 4, no *Campus* Dr^a Josefina Demes em 2016, houve o ingresso de 32 mulheres através do sistema de reserva de vagas destinadas para pessoas autodeclaradas negras e egressas de escola pública. Dessas, 25 conseguiram alcançar o status de concludentes ou egressas até o término do ano de 2019. Com a identificação dessas estudantes, foi possível iniciar um processo de busca para contactá-las e convidá-las a colaborar e participar da pesquisa.

Após o aceite do convite as colaboradoras foram orientadas sobre a consistência do estudo e sobre como seria a elaboração dos memoriais autobiográficos, que se dividiu em três

¹² A UESPI adota o sistema de Bloco de disciplinas, que são ofertadas semestralmente pelos cursos de graduação, o que seria equivalente ao termo “período” usado por outras Instituições de Ensino Superior para designar a progressão do estudante até sua formatura.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

etapas principais de escrita, a primeira passando pelo processo de acesso ao Ensino Superior, a segunda abordando a permanência dessas mulheres na universidade e por último, a abordagem de como estaria se dando o processo de pós-permanência delas agora com o status de egressas da instituição. Para que isso fosse possível, solicitei que elas assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e submeti o presente trabalho ao Comitê de Ética e Pesquisa – COEP da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Somente após aprovação e assinatura do TCLE pelas colaboradoras a pesquisa e coleta de dados foram realizadas.

Diante disso, se insere a próxima etapa, a análise dos memoriais autobiográficos produzidos por estas estudantes egressas. A partir deles foi possível traçar, analisar e refletir as trajetórias de acesso, permanência e pós-permanência dessas mulheres negras na UESPI, esta análise foi realizada a partir de marcadores comuns entre os relatos.

Marcadores estes que podem atravessar o processo de autodeclaração de pessoa negra, o ingresso na universidade, dificuldades ao longo do percurso para chegar no campus, dificuldades com disciplinas específicas, professores ou professoras que de alguma forma serviram de incentivo ou inspiração, bem como pensar o processo de término de seus respectivos cursos levando em consideração o contexto da pandemia da COVID-19.

Ao trabalhar com Memória, Narrativa e Identidade Profissional, as autoras Silva, Sirgado e Tavira (2012) afirmam que memoriais se configuram como instrumentos que possibilitam a realização de reflexões no âmbito social, educacional, profissional e em vários outros aspectos. “Por definição, o memorial pode representar um mapa de expressão da vida escolar, social e cultural de cada sujeito, que possui a sua história, com memórias suas e da sociedade’ (Silva, Sirgado e Tavira, 2012, p. 264). Este mapa possibilita a organização dessas trajetórias vividas e ajuda com que as próprias pessoas que o estão escrevendo reflitam sobre experiências passadas.

Maria Helena Abrahão (2003), em seu trabalho que aborda “Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica” afirma que quando escolhe esta metodologia as pessoas pesquisadoras adotam uma tradição de pesquisa que “reconhece ser a realidade social multifacetária, socialmente construída por seres humanos que vivenciam a experiência de modo holístico e integrado” (Abrahão, 2003, p. 80), favorecendo o autoconhecimento dessas pessoas entrevistadas a partir de reflexões feitas enquanto estão visitando essas memórias.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

A autora chama nossa atenção para um olhar crítico quando se fala da veracidade dessas narrativas e para a forma como nós as analisamos, afirmando que existe uma ressignificação dessas memórias ao longo da trajetória das pessoas que estão narrando, por meio do que ela nomeia de “reconstrutividade da memória como percepções pessoais da ‘realidade’” (Abrahão, 2003, p. 93). Ou seja, ao lembrar estes momentos, as sujeitas da pesquisa podem trazer um novo significado a estas experiências vividas.

Visando expor os dados coletados, pós-tratamento e de maneira didática, será realizada a busca por aliar recursos visuais de exposição e discussões provenientes do arcabouço compilado a partir das referências selecionadas ao longo da pesquisa bibliográfica, descrita neste capítulo metodológico, de forma que estes representem fidedignamente o que foi analisado, facilitando assim suas interpretações.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

2. AÇÕES AFIRMATIVAS E O ENSINO SUPERIOR DO PIAUÍ

O processo de consolidação das Ações Afirmativas no Brasil, se deu por meio de reivindicações feitas por representantes de diversos movimentos sociais, que buscavam não somente o acesso a um ensino de qualidade, mas também a conquista de melhores condições de trabalho, de segurança, de lazer ou em qualquer outro âmbito que fosse atravessado não somente pela desigualdade entre raça, mas também gênero, classe e origem.

Ao falar sobre a institucionalização das políticas de promoção de igualdade racial no Brasil entre os anos de 1986 e 2010 em sua tese de doutorado, Matilde Ribeiro¹³ (2013) teve o objetivo de analisar os percursos e estratégias destacando o papel do Movimento Negro e a organização de mulheres negras nas frentes de tensionamento entre o Estado e a sociedade, para melhor atender as demandas históricas da população negra brasileira.

Ao destacar o papel do Movimento Negro no enfrentamento da repressão na ditadura militar e da imposição da falsa democracia racial, a autora coloca os movimentos sociais como mediadores entre sociedade e Estado, mediação esta que “abarca a luta histórica pela liberdade, visibilidade e direitos” (Ribeiro, 2013, p. 96). No final da década de 70, ainda durante a ditadura, houve uma ascensão dos movimentos sindicais, estudantis e também do próprio Movimento Negro, expandindo sua atuação por todo o país.

Uma importante iniciativa foi a proposta de eleger o dia 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, como data nacional de luta negra (Ribeiro, 2013, p. 97). Mobilizando assim a criação de novas entidades, abrindo no país um novo ciclo que enfatiza “o caráter cultural e político, reafirmando a relação com o continente africano e valorizando as raízes negras brasileiras” (Ribeiro, 2013, p. 97).

No âmbito educacional em 1978, ocorreu a Semana de Cultura Afro-Brasileira, na Universidade de São Paulo (USP), que reuniu diversos pesquisadores de vários estados do Brasil, causando impacto, uma vez que aconteceu no interior de uma das instituições de ensino de maior prestígio do país (Ribeiro, 2013, p. 99). Enquanto isso, na Pontifícia Universidade

¹³ Professora, assistente social e ativista política brasileira filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), atua de forma assídua nos movimentos negro e feminista. Também foi a primeira ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial durante o Governo Lula, entre os anos de 2003 e 2008. Atualmente é professora adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Católica (PUC), foi criado o Grupo Negro da PUC, que permaneceu em atividade entre os anos de 1979 e 1988.

Em 1976, “se iniciaram os contatos políticos entre os militantes do Movimento Negro do Rio de Janeiro e São Paulo” (Ribeiro, 2013, p. 99), o que abriu espaço para a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) e teve como sua primeira manifestação pública o protesto contra a morte do jovem negro Robson Luís¹⁴, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo.

Quando se fala do âmbito cultural, Matilde Ribeiro ressalta a importância das “Escola de Samba, os Clubes Negros e a Capoeira, como manifestações e /ou espaços culturais e políticos” (Ribeiro, 2013, p. 103), que por promover lazer, entretenimento e o convívio em comunidade, atravessam a história do país se consolidando como referência não somente para os integrantes do Movimento Negro, mas também para toda sociedade e principalmente para a população negra, que também fez parte dessa articulação, sendo representada por mulheres e homens negros das mais diversas camadas (empregados domésticos, juventude negra, religiosos de matriz africana).

Entretanto, para Matilde Ribeiro, apesar de impulsionarem o intenso debate sobre as relações étnico raciais, dentro das esferas políticas, culturais e institucionais, quando vistas de forma isolada, as iniciativas não são tão eficazes, uma vez que existia uma carência de políticas públicas que garantissem a redução da desigualdade racial no Brasil, o que seria sinônimo de um longo caminho a ser percorrido.

A autora destaca o fortalecimento político das mulheres negras nos anos 80, as reivindicações do grupo enfatizavam a “denúncia sobre a condição de vida precarizada (enquanto mulher, negra e trabalhadora) do ponto de vista econômico, social e político” (Ribeiro, 2013, 107). Uma vez que a questão racial não era tratada dentro do movimento feminista, assim como as diferenças de gênero também eram desconsideradas dentro do Movimento Negro, a necessidade de abordar esses incômodos dentro desses espaços o que

¹⁴ O jovem, então com 21 anos de idade, casado e morador da Vila Popular, que foi levado após ser acusado por vizinhos de ter roubado uma caixa de frutas, morreu ao ser hospitalizado devido aos ferimentos causados pelas pancadas e choques elétricos, seu rosto estava desfigurado e seu escroto foi arrancado na 44ª Delegacia de Polícia em São Paulo (Latinoamericana, 2006, p. 818).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

resultou no “empoderamento dessas, como sujeito político, articulador e negociador de suas próprias demandas sociais” (Ribeiro, 2013, p. 109).

“As organizações das mulheres e das mulheres negras em particular, passam a ter também internacionalmente sua relevância em si mesmo, mas também, incidem nas agendas da sociedade brasileira, do governo e das agências multilaterais do sistema da ONU, entre outros” (Ribeiro, 2013, p. 111).

Essa visibilidade, fez diferença no que se refere ao processo de monitoramento da execução de políticas públicas voltadas não somente para o grupo de mulheres, mas também para a população negra como um todo, conseqüentemente incluindo também a comunidade LGBTQIAPN+. O que resultou no fortalecimento e o “protagonismo das mulheres negras no Movimento Negro e Movimento Feminista” (Ribeiro, 2013, p. 115), bem como em toda a rede dos movimentos sociais.

Um evento que marcou o início das agendas globais de promoção da igualdade racial, foi a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e as Intolerâncias Correlatas, que aconteceu em 2001, na cidade de Durban – África do Sul. “Essa Conferência foi realizada sete anos após a finalização formal do *apartheid*, em 1994” (Ribeiro, 2013, p. 149) e teve o objetivo de trazer visibilidade para uma nova estrutura política e reconstrução da democracia, sendo marcado pela criação da Declaração e o Programa de Ação de Durban (DDPA) e pela constatação da necessidade da criação de políticas públicas e do reconhecimento de que o privilégio da raça branca, como componente fundamental do racismo estrutural “fortalecido com o acúmulo de riqueza e status, através de um aparato coercitivo; e, que toda forma de discriminação racial e de racismo pode ser intensificada, entre outras coisas, pela não distribuição equitativa da riqueza” (Ribeiro, 2013, p. 152), o que resulta na marginalização e exclusão social dos não brancos.

Quando se pensa o contexto brasileiro, após a abolição da escravatura nas primeiras décadas do século XX, era esperado que o governo procurasse promover políticas que garantissem cidadania para as pessoas libertas, porém tanto para a elite como para o governo do país, a liberdade da população negra soava preocupante, uma vez que “com um contingente populacional tão significativo formado por negros, indígenas e mestiços, o país assinalava um pertencimento racial que, para aquelas doutrinas, era sinal de primitivismo” (Almeida e Alves, 2011), o que reforçou ainda mais as desigualdades raciais deixadas pelo sistema escravista.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Este fator e as teorias racistas de inferioridade dos africanos e seus descendentes, foram determinantes para que a população negra não conseguisse sair da pobreza, já que a libertação não havia sido “acompanhada de políticas públicas de educação nem de distribuição de terras que permitissem uma progressiva ascensão social” (Oliveira e Machado, 2018, p. 317) deste grupo. Juntando este fator, ao anseio por democratização da educação, ainda no início da década de 1930, medidas voltadas para a incorporação das camadas populares à educação foram colocadas em prática, como por exemplo:

“A multiplicação do número de escolas públicas, com a edificação de prédios mais bem equipados; a implementação de novos métodos de ensino, com a criação de escolas experimentais; a montagem de bibliotecas, o uso do cinema e o estímulo ao enriquecimento cultural; bem como os investimentos na formação de professores. (Almeida e Alves, 2011, p. 85)”

Para Oliveira e Machado (2018), a ampliação do ingresso destes grupos nas escolas do país é inegável, porém, a pretensa “universalização” de acesso não representou, garantia de permanência. O que manteve “insolúveis questões relacionadas especialmente à evasão e repetência, representando assim um avanço apenas quantitativo e se transformando no fantasma do ‘fracasso escolar’” (Oliveira e Machado, 2018, p. 336), principalmente quando se observa o recorte racial.

Assim, mesmo com uma expansão significativa no sistema de ensino, as pessoas negras que conseguiram ter acesso aos espaços escolares, encontravam um ambiente hostil a tudo aquilo que caracterizava sua existência, seja pelo seu modo de vida, sua linguagem, sua cor, seu cabelo, ou qualquer outro traço que remetesse sua cultura (Almeida e Alves, 2011). O que nos faz pensar que apesar de ter acesso ao espaço escolar, a representação de inferioridade da pessoa negra ainda persistia no tecido social, contribuindo na evasão de muitos desses estudantes.

Desde então, a busca pelo processo de ressignificação e a politização de pessoas da raça, bem como a reivindicação do acesso à educação formal de qualidade, passou a ser uma dentre as diversas pautas levantadas pelo Movimento Negro no Brasil, no período entre 1986 e 2010, sendo este demarcado por estratégias e negociações políticas com o Estado Brasileiro (Ribeiro, 2013, p. 130) para a real institucionalização das políticas públicas para a promoção de igualdade racial no país.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Um exemplo de tais políticas foram as Ações Afirmativas, que sendo “um conjunto de instrumentos que criam oportunidades de inclusão social, econômica e política de grupos que vivem discriminações históricas” (Ribeiro, 2013, p. 196) abriram um intenso debate e dividindo a opiniões, sendo algumas favoráveis e outras contrárias a existência da normativa, porém o que não se pode negar é que as Ações Afirmativas trouxeram consigo mudanças específicas no sistema de ensino brasileiro, principalmente quando se pensa o perfil de pessoas que passaram a ter acesso ao espaço universitário.

Depois de muito debate, as Ações Afirmativas foram firmadas como base para a educação étnico-racial do Brasil, abrindo caminho para a implementação das seguintes políticas públicas: Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da Educação Básica e do Ensino Superior; Lei 11.096/05 que normatiza o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), concedendo bolsas de estudos para ingresso em instituições privadas de Ensino Superior ao estudantes de baixa renda, negros e indígenas; e as Cotas para Ingresso nas Universidades Públicas, que após anos de tramitação, foi sancionada “pela presidenta Dilma Rousseff, no dia 29 de outubro de 2012, sob a designação: Projeto de Lei da Câmara (PLC) 180/2008” (Ribeiro, 2013, p. 206).

Vale ressaltar que as políticas supracitas se tornaram reais após anos de embates e tensões entre o Estado e os Movimentos Sociais, sendo o Movimento Negro um dos protagonistas desse processo de busca pela redução da desigualdade em vários setores na sociedade. Em seu livro “O Movimento negro Educador” a autora Nilma Lino Gomes traz como tese principal o papel do Movimento negro brasileiro como educador, produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil, colocando os movimentos sociais como protagonistas na reivindicação de direitos da população do país.

Para a autora, ao politizar a raça, o Movimento Negro “desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos” (Gomes, 2017, p. 22). Fato este que deu espaço para diversos debates não somente do âmbito político, mas também na mídia, no sistema judiciário e no meio educacional, trazendo luz à demanda por políticas de Ações Afirmativas, o que resultou em mudanças internas na estrutura do Estado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Neste mesmo trabalho a autora destaca três saberes produzidos pelos negros no Brasil, são eles: os saberes identitários, os saberes políticos e os saberes estético-corpóreos. Para ela, estes saberes acompanham a “trajetória histórica dos negros, desde os tempos coloniais e ganham maior visibilidade na educação e na sociedade brasileira a partir dos anos 2000” (Gomes, 2017, p. 69).

Os primeiros saberes que ela aponta, são os saberes identitários, que recolocam o debate sobre raça no Brasil, ao trazer a autodeclaração racial para o cotidiano dos brasileiros, com o aumento da institucionalização do uso das categorias de cor do IBGE (preto, pardo, branco, amarelo e indígena) nos formulários e nos censos (Gomes, 2017, p. 70) assim, “o recorte raça/cor passa a ser inserido como uma categoria de análise importante para se compreender a realidade de gênero, juvenil, racial, de trabalho, regional e de pobreza no Brasil” (Gomes, 2017, p. 70). Trazendo o entendimento de que o afirmar-se como pessoa negra, é um posicionamento não só político, mas também identitário, causando desconforto nas elites e nos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Os saberes políticos trazem para dentro dos órgãos governamentais discursos que abordam as desigualdades sociais, colocando o debate político sobre raça no país em outros moldes, ao destacar a questão racial dentro de pesquisas no campo da antropologia, da sociologia, da história e da saúde, promovendo o “reconhecimento de que as negras e os negros são sujeitos políticos e portadores de conhecimento” (Gomes, 2017, p. 73), que nós temos competência para falar não somente sobre a questão racial, mas também dos mais variados temas. Esta ação desencadeou reflexões, ações políticas, e “também a presença da raça como categoria de análise para se compreender o machismo, o sexismo, as desigualdades sociais e as reedições do capitalismo nacional e internacional” (Gomes, 2017, p. 73), principalmente no meio científico.

Já os saberes estético-corpóreos estão ligados as questões da corporeidade e da estética negra, Nilma Lino Gomes afirma que “apesar de o Brasil ser uma sociedade marcada na sua cultura pela corporeidade como forma de expressão, o corpo negro vive um momento de superação da visão exótica e erótica” (Gomes, 2017, p. 75) que foi construída e consolidada pelos estereótipos, principalmente quando se fala dos corpos negros femininos. “A estética negra passou a ser compreendida como parte do direito da cidadania e da vida das mulheres



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

negras” (Gomes, 2017, p. 75), fato que vem sendo amplamente socializado e potencializado por essas mulheres.

Ao destacar as políticas de Ações Afirmativas no lugar de reeducação de negros e negras e como eles se relacionam com o seu corpo, Nilma Lino Gomes afirma que tal processo também reeduca a sociedade e o seu olhar sobre estas pessoas. Para ela, “a partir do advento das ações afirmativas, configurou-se um outro perfil de juventude negra que se afirma por meio da estética e da ocupação de lugares acadêmicos e sociais” (Gomes, 2017, p. 75), juventude esta que em sua maioria tem origem em famílias de baixa renda e são advindos de escolas da rede pública de ensino.

Assim O Movimento Negro foi e tem sido o principal protagonista para que as Ações Afirmativas “se transformassem em questão social, política acadêmica e jurídica em nossa sociedade, compreendidas como políticas de correção de desigualdades raciais desenvolvidas pelo Estado brasileiro” (Gomes, 2017, p. 18), pois ao ressignificar raça, estas normativas trouxeram reconhecimento e valorização das pessoas negras não somente no campo estético, mas também nos meios acadêmico e profissional, compreendendo-a como construção social, assim reeducando e emancipando a sociedade, a si próprio e ao Estado (Gomes, 2017, p. 38).

No Brasil, uma das primeiras formulações de projetos de lei voltados à inclusão de grupos socialmente marginalizados nos mais variados setores da sociedade, que englobariam “o mercado de trabalho, com a contratação, qualificação e promoção de funcionários; o sistema educacional, especialmente o ensino superior; e a representação política” (Moehlecke, 2002), foi a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) de 1943, que em seu art. 354 determinou uma proporção obrigatória de empregados brasileiros em relação a estrangeiros.

Todavia, foi a partir da Constituição Federal de 1988 que as Ações Afirmativas apareceram com maior vigor na legislação brasileira (Rosa, 2014). Sua implementação na esfera educacional, visa promover igualdade de oportunidades para os representantes de diferentes categorias, como: negros; mulheres; povos indígenas; pessoas com deficiência; populações periféricas de baixa renda; e suas intersecções, tornando-se indispensável no processo de democratização da educação, principalmente no acesso ao Ensino Superior (Vanstreels, 2014).

Para Daflon, Feres-Júnior e Campos (2013, p. 306), as Ações Afirmativas “atuam em prol de coletividades discriminadas, podendo ser entendidas tanto como uma prevenção à



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

discriminação quanto como uma reparação de seus efeitos”. Neste contexto, é possível interpretar como sendo o objetivo destas políticas, remover barreiras que segregam os diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira, sejam elas físicas, sociais ou institucionais.

Dentre as categorias contempladas por Instituições de Ensino Superior, destacam-se as Cotas Raciais, que apesar de relacionadas as Ações Afirmativas, não são sinônimos, uma vez que Ações Afirmativas são efetivadas em um contexto mais abrangente, como citado anteriormente. Já as Cotas Raciais, buscam “a inclusão daqueles brasileiros que, por razões históricas e estruturais relacionadas ao nosso racismo à brasileira¹⁵, encontram barreiras que somente a educação e formação superiores podem em parte remover” (Munanga, 2010, p. 24), o que caracterizaria as Cotas Raciais como medidas de cunho reparatório.

Antes da implementação das Ações Afirmativas, as universidades brasileiras eram ocupadas majoritariamente pela elite branca, que se vê hoje tendo que compartilhar tais ambientes de convivência com uma parcela da população que sempre esteve excluída destes espaços (Silva, 2013, p. 78-79). Esta parcela que antes era excluída tem cor, e foi por meio de Ações Afirmativas que seu quantitativo começou a mudar, trazendo uma real representatividade da população negra nestes espaços ao adentrarem pela porta da frente, por meio do sistema de Cotas.

Tal desigualdade acentua-se ainda mais quando associamos raça com as questões de gênero, destacando assim, as mulheres negras que por serem colocadas em um lugar de marginalidade, são submetidas a diversas formas de violência. De acordo com Ferreira e Bonfim (2010) “ser mulher e ser negra em uma sociedade constituída de modelos hegemônicos e patriarcalistas é ter uma significativa redução de oportunidades em todas as instâncias sociais”. Logo, imagina-se que no âmbito educacional, essa realidade não seria distinta.

A autora Nathalia Bezerra (2010), em seu estudo que tinha o objetivo de analisar o acesso das mulheres ao Ensino Superior ao longo do tempo, afirma este como uma grande conquista após uma árdua luta travada pelas mulheres. A preocupação com a educação das mulheres existe há tempos, “porém essa preocupação sempre foi voltada para a educação

¹⁵ Para um melhor entendimento sobre Racismo à brasileira, indica-se a leitura do livro de mesmo nome, de Edward Telles, publicado em 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

doméstica” (Bezerra, p. 2, 2010), as mulheres eram preparadas para serem boas esposas e boas mães, por isso não existia necessidade de que elas tivessem acesso ao ensino formal e muito menos ao Ensino Superior. Os homens eram educados para serem advogados e médicos, enquanto às mulheres era ensinado apenas as prendas domésticas que eram consideradas importantes para que elas desenvolvessem bem o ofício ao qual eram destinadas, o casamento (Bezerra, 2010, p. 2).

Para a autora, “a entrada das mulheres na universidade aconteceu primeiramente nos Estados Unidos no ano de 1837, com a criação de universidades exclusivas para mulheres” (BEZERRA, 2010, p.3), porém a maioria dessas instituições só ofereciam cursos de graduação, quase nenhuma oferecia cursos de mestrado e doutorado. No Brasil, as mulheres só foram autorizadas a frequentar um curso superior no ano de 1879, entretanto foi somente a partir da grande expansão universitária ocorrida em 1970 que as mulheres realmente começaram a fazer parte do ensino superior brasileiro de forma expressiva. (Bezerra, 2010, p. 4).

A luta do Movimento de Mulheres Negras que há anos busca a representatividade de seu grupo em todas as camadas sociais, potencializou a disseminação e produção de conhecimento a respeito da temática, o que trouxe evidência a teoria da Interseccionalidade defendida nos estudos de diversas intelectuais negras, das quais pode-se destacar Kimberlé Crenshaw, Ângela Davis, bell hooks¹⁶, Audre Lorde, Patricia Hill Collins, Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, Carla Akotirene, entre outras, o que trouxe maior densidade política dentro do campo epistemológico, ao articular tais produções de conhecimento às lutas sociais.

Collins e Bilge (2021, p. 16) trazem a Interseccionalidade como ferramenta analítica no enfrentamento às “divisões sociais resultantes das relações de poder de classe, raça, gênero, etnia, cidadania, orientação sexual e capacidade, sendo estas as mais evidentes no ensino superior”. Vale ressaltar que apesar da expansão do acesso de mulheres ao Ensino Superior, quando trazemos a intersecção entre raça, podemos observar que o quadro de desigualdade segue como um grande marcador.

Uma vez ocupando faculdades e universidades, pessoas negras ainda precisam resistir

¹⁶ Consiste no pseudônimo usado pela escritora estadunidense Gloria Jean Watkins, que ao assinar suas obras opta pelo uso de letras minúsculas como símbolo de resistência a prática egocêntrica difundida na academia. Para mais sobre bell hooks. Para mais a autora, ver: <https://mardehistorias.wordpress.com/2009/03/07/bell-hooks-uma-grande-mulher-em-letras-minusculas/>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

às adversidades existem nesses espaços de relações de poder, porém ao mudar da posição de coadjuvante e ao conquistar um protagonismo dentro do contexto acadêmico e social, estas mulheres transformam estes lugares que até então eram dominados por representantes do sexo masculino.

Sotero (2013) através de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao comparar a distribuição percentual de estudantes no Ensino Superior segundo cor e sexo nos anos de 2003 e 2009, demonstrou que “a despeito do crescimento das taxas de escolarização, a presença de mulheres e homens brancos ainda é muito superior à de mulheres e homens negros”, evidenciando a persistência das desigualdades quanto ao acesso desse público ao Ensino Superior (SOTERO, 2013, p. 40).

O que nos mostra que apesar de acessar estes espaços, as mulheres negras ainda encontram adversidades, uma vez que “um maior equilíbrio entre os diferentes grupos sociais nas esferas decisórias não resolve o problema da desigualdade de poder” (MIGUEL, 2011). Sobre tal desigualdade, Silva (2013) afirma a “necessidade de redirecionar o foco das políticas públicas na perspectiva de raça e gênero”, promovendo a realização da proposta de transversalidade, o que resultaria em uma ressignificação das normativas que garantem o acesso de grupos marginalizados à educação, sendo um deles, o grupo das mulheres negras (SILVA, 2013, p. 129).

Buscando trazer essa realidade a partir da perspectiva piauiense, o próximo tópico pretende demonstrar um panorama da educação nas instituições públicas de ensino superior do estado do Piauí a partir de dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) entre os anos 2016-2019, bem como informações sobre ingresso e permanência, realizado no *Campus* Dr^a Josefina Demes.

2.1 Um Panorama da Educação nas Instituições Públicas de Ensino Superior do Piauí (2016-2019)

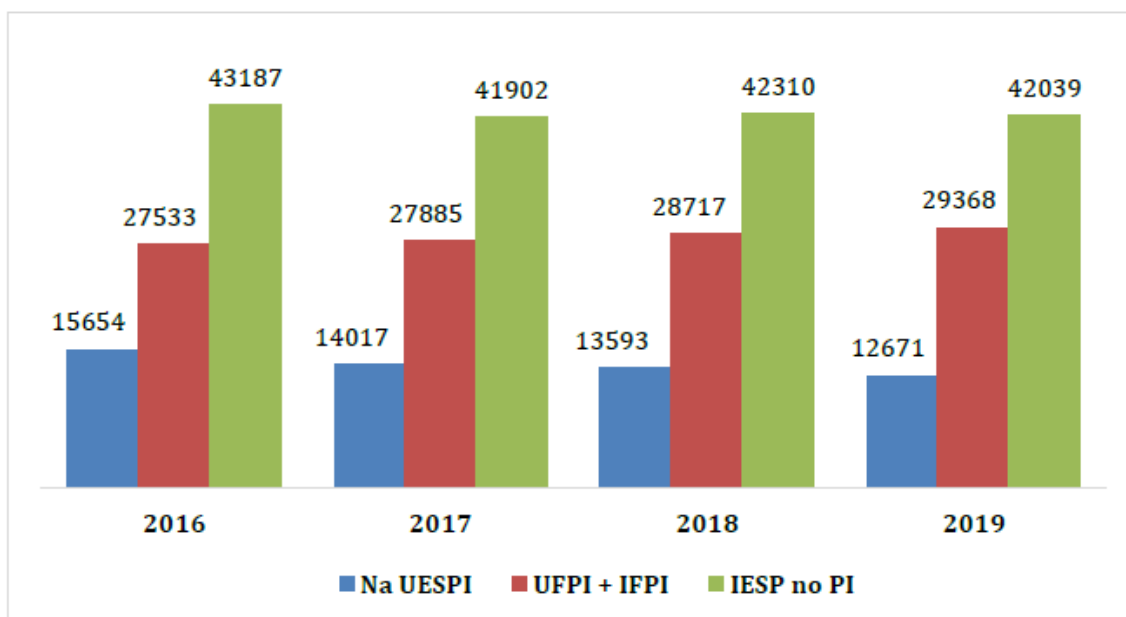
Ao analisar os dados secundários apresentados pelo INEP entre os anos 2016-2019, considera-se pertinente iniciar pela exposição dos números de Matrícula Total em Cursos de Graduação Presencial, em Instituições de Ensino Superior Públicas (IESP), podendo-se reconhecer o patamar em que se encontra a UESPI em relação às instituições federais, bem



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

como os dados somados das três instituições piauienses (gráfico 1).

Gráfico 1: Matrículas Total em Cursos de Graduação Presenciais, em IESP no Piauí entre 2016 e 2019.



Fonte: a autora, a partir de dados do INEP para os Anos 2016-2019.

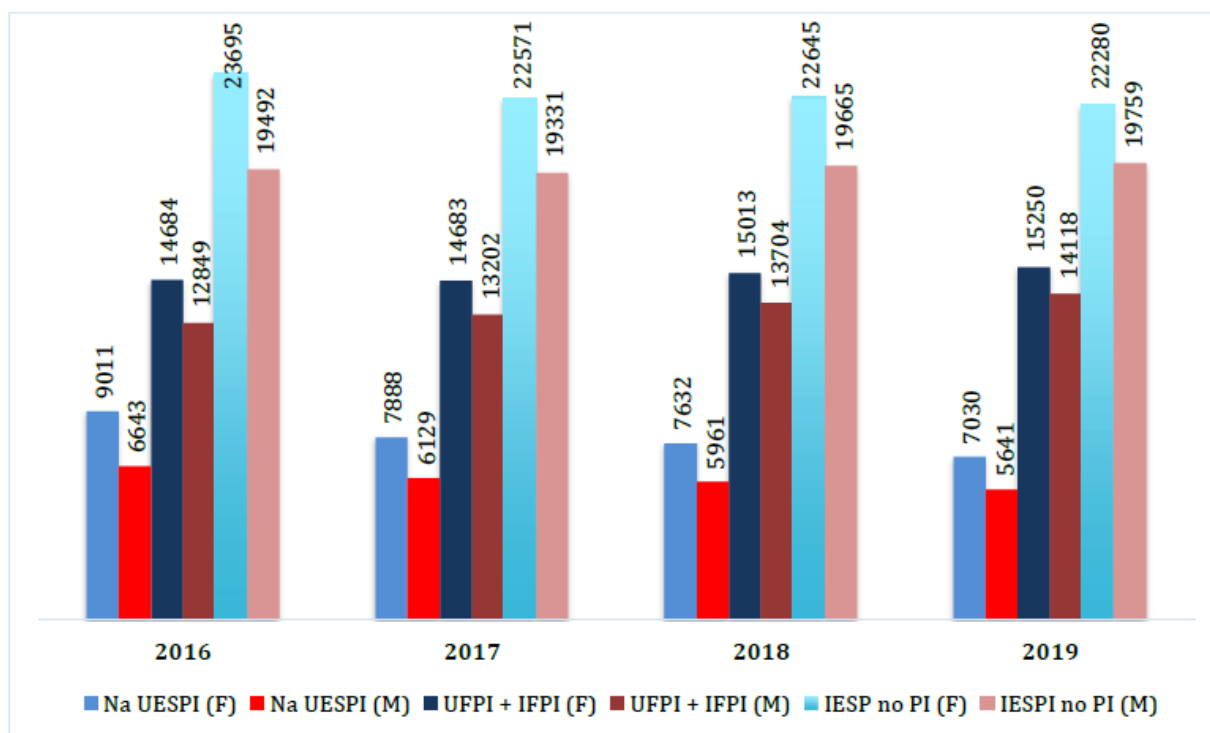
Percebe-se que há um decréscimo gradativo nos números de matrícula em cursos de graduação na UESPI, podendo este fenômeno ser verificado em instituições que reduzem gradativamente o número de vagas oferecidas por contabilizar todos os tipos de vinculações de matrícula no ano anterior, inclusive os estudantes não-desvinculados, ou seja, àqueles que evadiram o curso que ingressaram (INEP, 2019). Em contrapartida, houve um aumento gradativo no número de matriculados nas instituições federais piauienses de 2016 para 2019.

Ainda analisando os números de matrículas total em cursos de graduação no Piauí, e levando em consideração o sexo dos estudantes como variável (gráfico 2), verificou-se que as discentes uespianas estão em maioria quando comparadas aos estudantes do sexo masculino, numa proporção que varia entre 55,48% e 57,56% durante os quatro anos. Também é possível observar que o mesmo fenômeno acontece nas instituições federais, o que coloca as mulheres como maioria de representantes que ingressaram nas três instituições entre 2016 e 2019.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Gráfico 2: Matrículas Total em Cursos de Graduação Presenciais, por Sexo, em IESP no Piauí entre 2016 e 2019.



Fonte: a autora, a partir de dados do INEP para os Anos 2016-2019.

Resultados similares foram encontrados por Viana, Souza e Anjos-Neta (2017), ao verificar a representatividade feminina em cursos de graduação na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) entre 2001 e 2010. As autoras ainda afirmaram que, desde o início do século XXI, as mulheres passaram a ocupar, de maneira intensiva, o espaço universitário até então dominado pelo sexo masculino, se capacitando cada vez mais e consequentemente aumentando o seu grau de instrução.

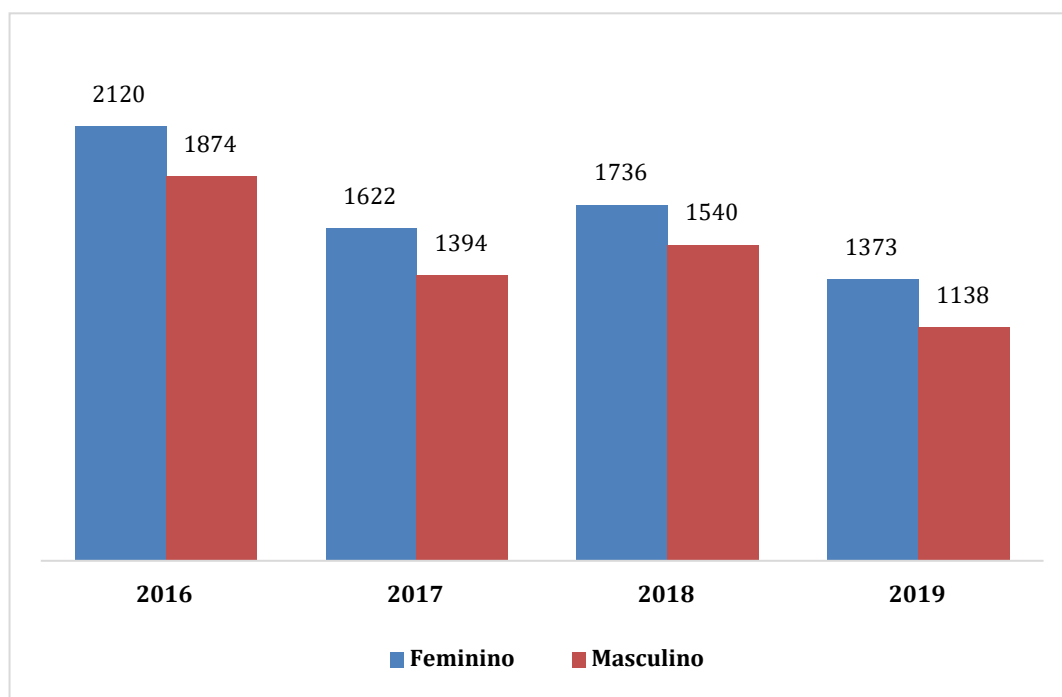
Para Queiroz (2001), o interesse feminino pelo espaço universitário se deve à alguns fatores entre estes: a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho; a necessidade de qualificar-se para ocupar determinados cargos de liderança; desejo de ser independente e receber uma remuneração condizente ao cargo ocupado; bem como de ter uma carreira profissional consolidada.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Como pôde-se verificar uma variação do número de matrículas total em cursos de graduação pelo sexo dos estudantes na UESPI, decidiu-se relacionar a mesma variável à categoria número de ingressos em cursos de graduação presenciais na instituição (gráfico 3).

Gráfico 3: Total de Estudantes Ingressos por Processo Seletivo em Cursos de Graduação presenciais, por Sexo, na UESPI entre 2016 e 2019.



Fonte: a autora, a partir de dados do INEP para os Anos 2016-2019.

Para esta categoria, o sexo feminino novamente é maioria em relação ao masculino para os quatro anos. Observação similar foi feita por Rosemberg e Andrade (2008), onde os autores trazem uma reflexão sobre a composição sexual de estudantes e egressos do ensino superior, levantando a seguinte suposição:

“Uma primeira resposta seria, simplesmente, que recebemos maior número de candidaturas de mulheres porque um maior número de mulheres que de homens ingressam e terminam o curso superior no Brasil. De fato, diferentemente do senso comum, as mulheres brasileiras, de todos os segmentos de cor/raça (com exceção da ‘amarela’), apresentam melhores indicadores educacionais do que os homens, especialmente a partir do ensino médio (Rosemberg e Andrade, 2008, p. 425-426).”



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

A partir da observação dos gráficos apresentados podemos constatar que apesar de ser a única instituição pública de ensino superior estadual, a UESPI apresenta um quantitativo considerável de oferta de vagas, matrículas e ingressos nos cursos de graduação ofertados. Também é possível observar o protagonismo das mulheres ao ocuparem o maior número dessas vagas ofertadas pelas três instituições, o que deixa espaço para o seguinte questionamento: ingressar no ensino superior é a garantia do diploma?

Ainda dialogando com os dados de acesso ao ensino superior, levando em consideração a composição de gênero, a categoria de ingresso, bem como os cursos ofertados pela UESPI no ano de 2016, o próximo tópico trará consigo as configurações de acesso ao lócus do estudo, o *Campus Dr^a Josefina Demes*.

2.2 Configurações de Acesso ao Campus de Florianópolis

A jornada acadêmica para se tornar um discente uespiano inicia-se na escolha de um dos cursos de graduação ofertados em um dos 12 Campi universitários da instituição. Ao analisar o Edital SiSU/UESPI, o candidato irá se inscrever a partir de uma das três categorias de ingresso (figura 2) sendo duas categorias para Ações Afirmativas e a categoria Ampla Concorrência.

Tomada esta decisão, o processo é finalizado com a submissão de sua inscrição via SiSU, depois disso é aguardar pela lista de aprovados. Confirmando seu nome entre os convocados para realização da matrícula, os ingressos precisarão apresentar os documentos necessários para sua efetivação. Esta narrativa, poderia facilmente retratar a história das pessoas ingressantes nos 11 cursos de graduação ofertados no Campus Florianópolis (tabela 1) pelo Edital SiSU/UESPI nos períodos de 2016.1 e 2016.2, os quais fizeram parte do estudo de caso que aqui será apresentado.

Como apontado na introdução deste estudo, no ano de 2016, a Lei Estadual nº 5.791/2008 era a normativa que garantia a reserva de vagas na instituição, destinando 30% (trinta por cento) das vagas ofertadas, para estudantes egressos de escola pública, porém somente através da Resolução CONSUN 007/2008, que a UESPI aderiu a inclusão de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

percentuais destinados a pessoas autodeclaradas negras dentro da porcentagem descrita na lei supracitada.

Ao implementar a reserva de vagas como parte de sua Política de Ações Afirmativas, a instituição teve o objetivo de promover a diversidade e igualdade étnico-racial e social na graduação, para isso, estas normativas trazem consigo a realização de um acompanhamento destinado aos estudantes, especialmente aqueles ingressos a partir da reserva de vagas, tal acompanhamento seria realizado através de Programas e Projetos Acadêmicos-Científicos-Culturais, sendo projetados para uma experiência de doze anos, quando sua continuidade seria avaliada.

Natanael Pereira (2021), ao realizar um estudo sobre dez anos das políticas de cotas da UESPI (2009-2019), buscou discutir como esta política se desenvolveu dentro instituição. O autor expõe, através de dados levantados pelo Núcleo de Concursos e Promoção de Eventos (NUCEPE) que no ano de implementação da política de Ações Afirmativas, havia uma grande desproporcionalidade de inscritos entre estudantes oriundos de escolas da rede privadas e estudantes advindos de escolas da rede pública. “Dos 43.240 inscritos para 3.645 vagas, 28.917 eram de escolas públicas (67%) e 14.324, eram oriundos de escolas particulares (33%), dos aprovados 53% de escolas públicas para 47% de escolas particulares” (Pereira, 2021, p. 31). Mostrando uma disparidade do perfil e porcentagem entre os candidatos inscritos e os candidatos aprovados. Outro ponto que o autor destaca foi o fato de que:

“Os estudantes oriundos de escolas públicas preenchiam as vagas somente em cursos de Licenciaturas tidos como ‘menos concorrência’, enquanto os alunos de escola particulares ocupavam grande parte das vagas nos cursos de bacharelados, esses tidos como cursos de ‘elite’” (Pereira, 2021, p. 32).

Após vários debates que envolviam outras instituições, “no ano de 2007 a reitoria da UESPI foi convidada para participar de uma audiência Pública sobre Cotas” (Pereira, 2021, p. 33) nas universidades, este evento marcou o reconhecimento da necessidade de garantia da permanência desses estudantes dentro das instituições. Assim, na UESPI “seria aumentado a quantidade de bolsas e o valor pago” (Pereira, 2021, p. 34), para que existisse um auxílio no custeio de moradia, transporte, alimentação e outros gastos que sustentam a permanência desses estudantes no espaço universitário.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Pereira (2021) nos traz uma lista de iniciativas que seriam tomadas pela UESPI no que se refere ao Programa de Permanência, para os alunos que ingressassem a partir da reserva de vagas no ano de 2009, dentro dela constam uma bolsa no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) que seria concedida conforme análise socioeconômica, um percentual de vagas nos cursos de extensão em línguas, os alunos bolsistas poderiam prestar serviços para a UESPI e para instituições parceiras nos moldes do Programa Bolsa Trabalho (Pereira, 2021, p. 35).

Os estudantes poderiam “permanecer nesta modalidade de bolsista preferencialmente até o 2º bloco do curso. A partir do 4º bloco, o programa poderá inseri-lo em outro programa” (Pereira, 2021, p. 35), como estágio, na iniciação científica, monitoria ou até mesmo programas de extensão. Entretanto, não se pode deixar de questionar a real efetivação dessas iniciativas propostas pelo Programa de Permanência, todos os estudantes cotistas ingressos na instituição foram contemplados por elas?

Por fim, o autor afirma que apesar de ter sido pioneira na implementação das políticas de Cotas no Estado, a instituição tem tratado a normativa com um certo descaso, uma vez que após verificação, “durante os 10 anos em estudo, das políticas de cotas na UESPI, não houve uma política de permanência, tampouco um tratamento melhor com o registro desses alunos” (Pereira, 2021, p. 39), declarando inconsistência na documentação apresentada pela universidade.

Diante dessas informações e a partir de dados coletados em pesquisa anterior, a seguir serão expostos dados referentes ao ingresso de estudantes no Campus Dr^a Josefina Demes no ano de 2016, para que assim exista um melhor entendimento da oferta e aproveitamento de vagas quando se fala do ano de ingresso das mulheres negras, estudantes egressas da instituição, que estão colaborando com esta pesquisa.

Ao cruzar informações presentes nas tabelas 1 e 2, percebeu-se que das 420 vagas oferecidas, 12,14% não foram preenchidas, o que corresponde a perda de 51 novos discentes para o Campus de Floriano. Fazendo menção às vagas oferecidas ao grau acadêmico bacharelado, pôde-se verificar pela tabela 2 que nenhuma das três categorias de ingresso foram 100% preenchidas. Sendo que dentre estas categorias, destacou-se a AF2 pelo não preenchimento de mais de 25% das vagas oferecidas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Tabela 1: Número de vagas oferecidas em cursos de graduação para o Campus de Florianópolis por categoria de ingresso.

Grau Acadêmico: LICENCIATURA	Sigla	Quantidade de Blocos:	Ingresso em:	Nº de Vagas	AC	AF1	AF2
Ciências Biológicas	Bio	VIII	2016.2	35	25	5	5
Educação Física	EdF	VIII	2016.1	40	28	6	6
Geografia	Geo	VIII	2016.2	40	28	6	6
História	His	VIII	2016.2	40	28	6	6
Letras Português	LeP	VIII	2016.2	40	28	6	6
Pedagogia	Ped	IX	2016.2	40	28	6	6
Total de vagas – Licenciatura				235	165	35	35
Grau Acadêmico: BACHARELADO	Sigla	Quantidade de Blocos:	Ingresso em:	Nº de Vagas	AC	AF1	AF2
Administração	Adm	VIII	2016.1	40	28	6	6
Ciência da Computação	CCp	VIII	2016.1	35	25	5	5
Ciências Contábeis	CCt	VIII	2016.2	40	28	6	6
Direito	Dir	X	2016.2	40	28	6	6
Enfermagem	Enf	X	2016.2	30	22	4	4
Total de vagas – Bacharelado				185	131	27	27
TOTAL DE VAGAS POR CATEGORIAS					AC	AF1	AF2
					296	62	62
TOTAL DE VAGAS							420

Fonte: a autora, a partir do Edital SiSU/UFSB nº 02/2016

Tabela 2: Quantitativos de Estudantes Ingressos por Categoria em 2016 nos 11 Cursos de Graduação da UFSB no Campus de Florianópolis, por Grau Acadêmico.

Os 11 cursos de graduação		Os 6 cursos de Licenciatura		Os 5 cursos de Bacharelado	
(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Total	369	100,00	211	57,18	158	42,82
Ampla concorrência	255	69,11	143	38,75	112	30,35
Ações Afirmativas	114	30,89	68	18,43	46	12,47
AF1	58	15,72	32	8,67	26	7,05
AF2	56	15,17	36	9,76	20	5,42

Fonte: a autora, a partir de dados do DCAD/UESPI

Tabela 3: Número de estudantes ingressos em 2016 por categoria em cada curso de Licenciatura e Bacharelado.

CURSOS OFERTADOS	Nº DE VAGAS OFERTADAS	Nº DE VAGAS PREENCHIDAS		
		AC	AF1	AF2
LICENCIATURA				
Ciências Biológicas	35	20	2	6
Educação Física	40	26	5	6
Geografia	40	24	6	6
História	40	24	7	7
Letras Português	40	25	5	5
Pedagogia	40	24	7	6
Total de vagas – Licenciatura	235	143	32	36
BACHARELADO				
Administração	40	25	6	4
Ciência da Computação	35	13	5	5
Ciências Contábeis	40	28	5	5
Direito	40	27	5	4
Enfermagem	30	19	5	2
Total de vagas – Bacharelado	185	112	26	20
TOTAL DE VAGAS	420	255	58	56

Fonte: a autora, a partir de dados do DCAD/UESPI

Ainda sobre a discussão referente ao preenchimento de vagas oferecidas em 2016, desta vez verificando por curso de graduação, pôde-se observar que em cinco cursos, dois do grau acadêmico Licenciatura e três de Bacharelado (tabela 3) atingiram menos de 90% de sua capacidade. Estes foram: Bio, LeP, Adm, CCp e Enf, cujos percentuais são 20,0%, 12,5%, 12,5%, 34,3% e 13,3%, respectivamente.

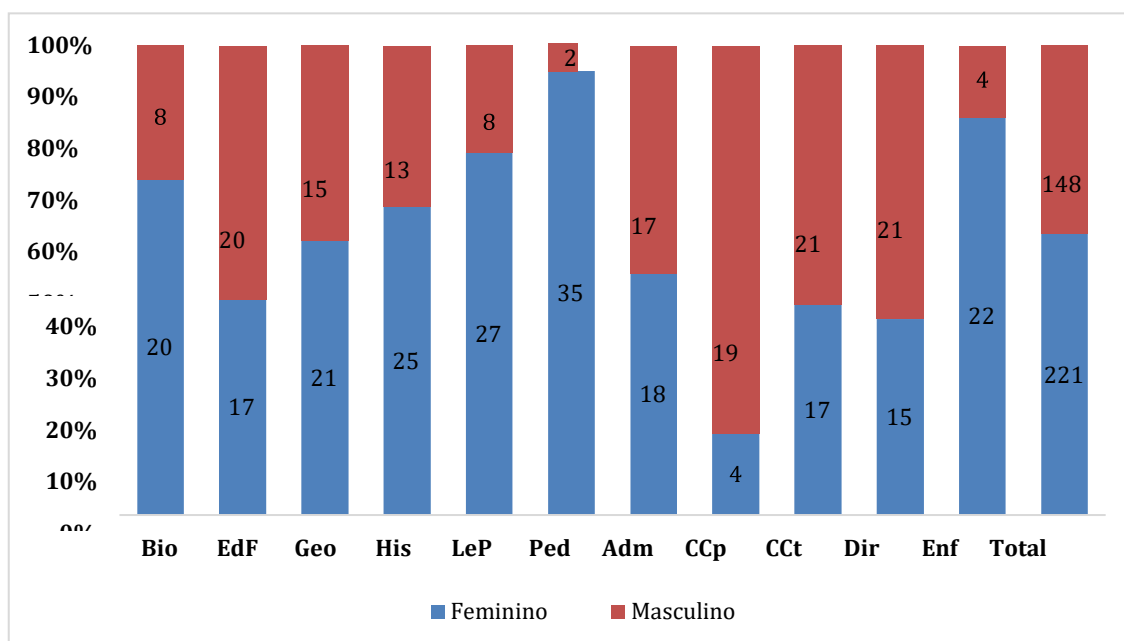
Tomando como variável o sexo dos ingressantes nos 11 cursos de graduação oferecidos pela UESPI no *Campus* de Floriano em 2016 (gráfico 4), observou-se a predileção masculina



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

por determinados cursos, dando destaque à CCp, com 82,6% de homens nesta turma. Já as mulheres apresentaram predileção por seis cursos, sendo cinco de Licenciatura e um Bacharelado. Dentre estes cursos, destacou-se Enf e Ped pelos valores percentuais que caracterizam uma maior ocupação feminina, sendo 84,6% e 94,6%, respectivamente.

Gráfico 4: Número de Ingressos em 2016 em cada Curso, por Sexo.



Fonte: a autora, a partir de dados do DCAD/UESPI

Barreto (2014, p. 28), abordando a distribuição e representatividade de mulheres no Ensino Superior utilizando dados do INEP, ao analisar as estatísticas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), constatou que mais de 80% dos estudantes de cursos de Bacharelado relacionados à Ciência da Computação, nos anos 2008-2011, pertencem ao sexo masculino homens. A autora apresentou neste mesmo estudo mostra dados referentes aos cursos de Enfermagem e Pedagogia, onde pôde-se verificar uma maioria feminina, sendo superior a 90% em Pedagogia.

Percebe-se a similaridade entre os dados divulgados no estudo de Andreia Barreto (*op. Cit.*) aos apresentados no presente trabalho, confirmando que determinados cursos de graduação são predominantemente ligados à variável sexo. No próximo tópico, serão apresentados dados específicos do grupo referente a categoria de ingresso ao qual as



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

colaboradoras da pesquisa pertencem.

2.3 Ingressantes AF2: Status de Concludente/Egresso

A categoria de ingresso AF2, como já mencionado, caracteriza-se como grupo pertencente às Ações Afirmativas adotadas pela UESPI. Este grupo tem como peculiaridade a intersecção entre cota social e étnico-racial, ou seja, só podendo ser enquadrado nesta categoria de ingresso o candidato que, além de se autodeclarar negro seja egresso de escola pública.

Uma vez confirmado o total de 56 ingressos AF2 em 2016 no Campus de Floriano, e analisando sua situação acadêmica ao término do semestre 2019.2 (tabela 4), constatou-se que dos percentuais referentes a estudantes egressos ou em processo de conclusão de grau acadêmico, menos de 20% são do sexo masculino, contrastando os 45% de mulheres autodeclaradas negras.

Tabela 4: Número de AF2 Concludentes/Egressos em 2019.2 que Ingressaram em 2016, por Cursos Ofertados pela UESPI para o Campus de Floriano, por Sexo.

	Siglas	Bio	EdF	Geo	His	LeP	Ped	Adm	CCp	CCt	Dir	Enf	Total
In.	F	6	3	4	4	1	6	2	1	3	0	2	32
	M	0	3	2	3	4	0	2	4	2	4	0	24
C/E	F	4	2	3	4	1	5	1	0	3	0	2	25
	M	0	2	1	2	0	0	1	2	0	3	0	11

Legenda: In. = nº de Ingressos em 2016; C/E = nº de Concludentes ou Egressos no semestre 2019.2

Fonte: a autora, a partir de dados do DCAD/UESPI

Andréa Costa e Felícia Picanço (2020) com o objetivo de analisar o acesso, a conclusão e a evasão, segunda gênero e raça na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) nos anos de 2012, ano anterior a efetivação da lei de cotas e 2013, ano em que a normativa já estava sendo seguida pela instituição, identificaram que estudantes negros em sua maioria ainda são oriundos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

do sistema público de ensino, apresentam menor capital cultural e encontram desvantagens no acesso aos cursos mais prestigiados e tem seus estudos impactados por condições externas como o trabalho e a existência de família (Costa e Picanço, 2020, p. 301).

Outro elemento observado pelas autoras “refere-se à evidente modificação do perfil racial dos alunos, que de 2012 para 2017 passou de 62,3% para 47,2% ingressantes brancos e de 27,7% para 44,4% ingressantes negros” (Costa e Picanço, 2020, p. 301). O que comprova o alcance do objetivo das Ações Afirmativas, ao viabilizar o acesso de pessoas negras as universidades públicas, mas uma vez que se percebe a efetivação de inserção desse grupo nas instituições de Ensino Superior, surge também a necessidade de incentivar que essas pessoas permaneçam nesses espaços, evitando a evasão desses estudantes do meio acadêmico.

Quando se fala dos resultados encontrados pelas autoras sobre evasão, o fenômeno foi “fortemente verificado sobretudo nos cursos de licenciatura, com percentuais que chegam a 71,4%” (Costa e Picanço, 2020, p. 301), acontecendo com menos frequência nos cursos de mais prestígio, como direito e medicina. Porém, não foi encontrada uma diferença significativa nos índices de evasão quando se traz a intersecção entre raça e gênero, “para esses casos, a determinação fundamental é o corte de gênero: homens evadem mais que mulheres, e negros evadem tanto quanto brancos” (Costa e Picanço, 2020, p. 301), entretanto:

“A análise da UFRJ demonstra que, embora a evasão se apresente em proporções semelhantes entre brancos e negros, o índice de capital cultural — como o conjunto de expectativas para o “estar na universidade” — é um elemento diferencial para compreender as chances de evasão de negros” (Costa e Picanço, 2020, p. 301).

Ainda analisando a tabela 4, outra informação que pôde-se observar foi a permanência de todas as ingressantes dos cursos de His, CCt e Enf, que até a finalização deste texto encontravam-se nos Blocos VIII. Por mais que esta observação expresse um resultado coletivo, as trajetórias acadêmicas destas estudantes tornam-se indissociáveis a suas histórias de vida, o que nos remeteria a considerar suas subjetividades.

Neste contexto que se insere esta pesquisa em andamento, que como dito anteriormente, buscará identificar essas mulheres negras egressas dos cursos de graduação ofertados pela UESPI em 2016 e compreender suas trajetórias de acesso, permanência e pós permanência no ensino superior.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

3. OS CAMINHOS QUE ME TROUXERAM ATÉ AQUI

Retomando o que já foi exposto ao longo do capítulo metodológico desta pesquisa, o que será apresentado aqui se firma nas narrativas dos memoriais autobiográficos que foram escritos pelas colaboradoras da pesquisa, sendo elas, três mulheres negras, cotistas e egressas do *Campus* Dr^a Josefina Demes da UESPI, localizado na cidade de Floriano. Ao observar o perfil das colaboradoras, posso afirmar que todas estudavam no período vespertino, nasceram no mesmo ano (1997), não trabalhavam no período em que estudavam, são mulheres piauienses que moraram na mesma cidade por toda a infância e adolescência, tendo que se mudar de cidade justamente por causa do ingresso no ensino superior, em 2016.

Mesmo tendo nascido no mesmo ano, o ingresso dessas mulheres na Educação Básica, aconteceu em anos diferentes. Conceição Evaristo (tabela 5) ingressou no Ensino Fundamental I no ano de 2004, permanecendo no mesmo por quatro anos, o que corresponderia a primeira, segunda, terceira e quarta série¹⁷, terminando este ciclo em 2007. No ano seguinte, ela ingressou no Ensino Fundamental II, onde permaneceu por mais quatro anos, sendo estes referentes à quinta, sexta, sétima e oitava série, encerrando o Ensino Fundamental II no ano de 2011. Já seu ingresso no Ensino Médio, foi no ano de 2012, onde permaneceu por três anos. Portanto é possível afirmar que não houve atrasos nem repetências ao longo de sua trajetória na Educação Básica.

Tabela 5 – Registro de Ingresso e Término partindo da educação básica ao ensino superior – Conceição Evaristo

FLUXO DE TRAJETÓRIA ESCOLAR	CIDADE	ANO
Ano de Ingresso no Ensino Fundamental I	Landri Sales – PI	2004
Ano de Término do Ensino Fundamental I	Landri Sales – PI	2007
Ano de Ingresso no Ensino Fundamental II	Landri Sales – PI	2008
Ano de Término do Ensino Fundamental II	Landri Sales – PI	2011
Ano de Ingresso no Ensino Médio	Landri Sales – PI	2012
Ano de Término do Ensino Médio	Landri Sales – PI	2014
Ano de Ingresso no Ensino Superior	Floriano – PI	2016.1
Ano de Término no Ensino Superior	Floriano – PI	2019.1

Fonte: a autora, a partir de dados fornecidos pela colaboradora.

¹⁷ Como as colaboradoras estudaram antes da efetivação da Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, que instituiu o Ensino Fundamental de nove anos, neste trabalho, utiliza-se a denominação série.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Sobre seu ingresso no Ensino Superior, pude notar que não foi no ano seguinte ao término do Ensino Médio, este fenômeno se justifica no motivo apontado pela própria Conceição:

“Meu ingresso ao ensino superior se deu através do exame nacional do ensino médio (ENEM) no ano de 2016, nos anos anteriores fiz o exame e não obtive nota suficiente para aprovação no curso que desejava. Ao realizar a inscrição no ENEM eu já tinha em mente qual curso iria fazer e me esforcei para aprovação no ano de 2015” (Conceição Evaristo, 2023).

Esta fala chama atenção para a perseverança da estudante, pois mesmo não tendo sucesso na primeira tentativa de ingresso na Universidade, não se deixou abater, persistindo na sua busca pelo ingresso no curso de graduação que desejava, ao se esforçar no enfrentamento das adversidades para que o seu objetivo fosse alcançado.

Maria Firmina dos Reis (tabela 6), ingressou no Ensino Fundamental I no ano de 2005 e também levou quatro anos até o término deste primeiro ciclo. O tempo entre o início e o término de seu Ensino Fundamental II, também foi concluído em quatro anos, ou seja, dentro do tempo considerado típico. Seu ingresso no ensino Médio se deu no ano de 2013, onde permaneceu pelos três anos posteriores, sendo estes referentes ao primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Médio. Sendo o ano subsequente marcado pelo seu ingresso no Ensino Superior.

“Minha história para o Ingresso no ensino superior começa com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Fiz pela primeira vez em 2014, sem saber exatamente o que era e como faria. Um professor do curso técnico de administração incentivou que eu e minha turma realizássemos o exame. Eu não entendia o que era, mas entendi no momento que se tratava de uma oportunidade [...] O meu segundo contato com o ENEM, foi uma prova cansativa e eu estava triste com alguns assuntos pessoais, mas graças a Deus, não interferiu na minha conquista de passar para Administração, curso que eu pretendia, dentro do meu raio de possibilidade de mudança de cidade” (Maria Firmina dos Reis, 2023).

Mesmo concluindo o Ensino Médio no ano de 2015, Maria não esperou o término da Educação Básica para se arriscar como treineira¹⁸ em 2014. Apesar de não entender muito sobre o que se tratava o ENEM, por incentivo de seu professor do curso técnico, se sentiu encorajada para aproveitar o que ela chama de oportunidade. No ano posterior, mesmo passando por problemas pessoais ela conseguiu um bom desempenho e teve o êxito de ingressar no curso que almejava. Destaco aqui o papel que seu professor desempenhou no encorajamento não só de

¹⁸ Ester termo se refere a pessoas que prestam o vestibular como treino, por não terem terminado o Ensino Médio.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Maria, mas também de seus colegas de turma, mostrando-se um incentivador para que esses jovens ingressassem se inscrevessem e realizassem o exame, uma vez que por falta de informação, muitos acabam perdendo a oportunidade.

Tabela 6 – Registro de Ingresso e Término partindo da educação básica ao ensino superior – Maria Firmina dos Reis

FLUXO DE TRAJETÓRIA ESCOLAR	CIDADE	ANO
Ano de Ingresso no Ensino Fundamental I	Regeneração – PI	2005
Ano de Término do Ensino Fundamental I	Regeneração – PI	2008
Ano de Ingresso no Ensino Fundamental II	Regeneração – PI	2009
Ano de Término do Ensino Fundamental II	Regeneração – PI	2012
Ano de Ingresso no Ensino Médio	Regeneração – PI	2013
Ano de Término do Ensino Médio	Regeneração – PI	2015
Ano de Ingresso no Ensino Superior	Floriano – PI	2016.1
Ano de Término no Ensino Superior	Floriano – PI	2019.2

Fonte: a autora, a partir de dados fornecidos pela colaboradora.

A colaboradora ainda relata que apesar de receosa quanto a veracidade de seu ingresso ou da incerteza financeira que seria estar em outra cidade sem os seus familiares, ela não pensou na possibilidade de não encarar o desafio, uma vez que isso representava a possibilidade de construir um futuro melhor para ela.

“Fui com um certo receio de saber se realmente era verdade, mas independente da possibilidade de dúvida eu estava muito feliz com a notícia e com o novo desafio de mudar de cidade, mesmo sabendo que poderia não ser fácil, eu resolvi encarar, mesmo que não sobrasse dinheiro para comprar um creme de cabelo ou qualquer outra coisa que pudesse acontecer. Quis muito ingressar no curso e fazer o meu melhor enquanto estudante e pessoa que buscava um futuro melhor” (Maria Firmina dos Reis, 2023).

O ingresso de Carolina Maria de Jesus (tabela 7) no Ensino Fundamental I, assim como o de Maria Firmina, aconteceu no ano de 2005, ela levou os quatro anos subsequentes para concluí-lo, ingressando no Ensino Fundamental II no ano de 2009, quando também levou quatro anos para concluí-lo. Seu ingresso no Ensino Médio, se deu no ano de 2013, tendo seu término firmado no ano de 2015, portanto, mesmo ingressando depois, nenhum fator atrasou seu



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

processo de escolarização durante a Educação Básica. A respeito de seu ingresso no Ensino Superior, Carolina afirma:

“Ingressei no Ensino Superior no ano seguinte após ter terminado o Ensino Médio usando o SISU, tinha sido minha primeira prova do ENEM. Antes de tudo, a primeira dificuldade foi fazer a prova, há 8 anos atrás, pelo menos na minha escola pública, o incentivo e aulas específicas (ex.: os intensivões) não eram muito trabalhados. Não havia uma boa preparação, mas, mesmo assim, decidi fazer com a pequena base que tinha de conhecimento.” (Carolina Maria de Jesus, 2023).

Tabela 7 – Registro de Ingresso e Término partindo da educação básica ao ensino superior – Carolina Maria de Jesus

FLUXO DE TRAJETÓRIA ESCOLAR	CIDADE	ANO
Ano de Ingresso no Ensino Fundamental I	Canto do Buriti- PI	2005
Ano de Término do Ensino Fundamental I	Canto do Buriti- PI	2008
Ano de Ingresso no Ensino Fundamental II	Canto do Buriti- PI	2009
Ano de Término do Ensino Fundamental II	Canto do Buriti- PI	2012
Ano de Ingresso no Ensino Médio	Canto do Buriti- PI	2013
Ano de Término do Ensino Médio	Canto do Buriti- PI	2015
Ano de Ingresso no Ensino Superior	Floriano – PI	2016.1
Ano de Término no Ensino Superior	Floriano – PI	2019.2

Fonte: a autora, a partir de dados fornecidos pela colaboradora.

Um ponto que pode ser observado a partir desse fragmento é a ausência de aulas preparatórias para o ENEM na escola em que ela estudava, fator esse que afeta o desempenho dos estudantes, uma vez que nem sempre a carga horária do ano letivo é suficiente para abordar todo o conteúdo previsto no exame, o que dificultaria um bom desempenho dos estudantes no momento de realização do exame.

As autoras Almeida e Alves (2011), ao realizar um estudo sobre educação escolar de mulheres negras, buscaram desenhar um perfil da trajetória educacional de um grupo composto por dez mulheres negras moradoras da cidade de Juiz de Fora – MG, no período de 1950-1970 (Quadro I). Ao comparar o quadro produzido pelas autoras, com as três últimas tabelas de fluxo de trajetória escolar expostas anteriormente, podemos observar que houve um avanço quando se fala do acesso e permanência de mulheres negras não somente na Educação Básica, mas também no Ensino Superior.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Quadro I – Fluxo de Trajetória Escolar

IABÁS	Ano de Nascimento	Conclusão do primário	Ingresso no Secundário	Conclusão do Superior
		Data Aproximada	Data Aproximada	Data Aproximada
Iansã	1949	1960	1962	-
Eua	1944	1956	1958 – 1 ^a tentativa 1963	-
Odudua	1947	1959	1960	-
Ibeji	1937	1950	-	-
Oxum	1941	1953	-	-
Iemanjá	1945	-	-	-
Maria Conga	1934	-	-	-
Anastácia	1940	1952	1953	1970
Nana	1943	1955	1963	1990
Obá	1947	1959	1967	-

Fonte: Almeida e Alves, 2011.

Desse período pra cá, muita coisa mudou quando se pensa o acesso de mulheres negras nos espaços de educação escolar mesmo que na época, “o debate qualidade versus quantidade já existisse, torna-se relevante pontuar que a existência de uma política pública educacional foi em grande parte responsável pela chegada de crianças negras a escola pública brasileira” (Almeida e Alves, 2011, p. 101), porém apesar da ampliação do número de vagas nas instituições e da criação de políticas públicas de inserção, a permanência desses estudantes no ambiente escolar permanece marcada por adversidades, como foi possível observar a partir dos relatos das colaboradoras.

Uma dessas adversidades apontadas, foi o grau de dificuldade da prova do ENEM, o que chama atenção para a lacuna presente na Educação Básica no ensino público. As autoras Nascimento, Coutinho e Pinheiro (2013), em sua pesquisa relacionada ao conhecimento que os alunos do 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública, no município de Benjamin Constant – AM, possuem sobre o exame, afirmam que “para estes alunos da rede pública, a avaliação ENEM é um desafio, pois a prova aborda diferentes conteúdos, numa perspectiva



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

transdisciplinar” (p. 72, 2013). O que nos faz questionar se o nível de dificuldade do exame, corresponde ao nível do ensino oferecido nas escolas públicas brasileiras.

Neste mesmo estudo, as autoras observaram que nem todos os alunos se inscreveram no exame aquele ano e ao questioná-los sobre o motivo de não terem se inscrito no exame, “a maior parte dos alunos não se inscreveu no ENEM porque ainda não possuem uma documentação básica como o CPF e RG” (Nascimento, Coutinho e Pinheiro, 2013, p. 73). Outros motivos apontados foram falta de interesse, o sentimento de não estarem preparados para o prova e a ausência de conhecimento sobre o que é o ENEM, estas justificativas expõem problemáticas que se relacionam cidadania, promoção de um ensino público de qualidade, falta de motivação para que estes estudantes prolongassem suas trajetórias escolares e pouco conhecimento sobre o que se trata o exame.

Para as autoras, “é importante que os alunos se sintam motivados, pois quanto mais motivados e preparados maior a capacidade e potencialidade terão para atingir seus objetivos” (Nascimento, Coutinho e Pinheiro, 2013, p. 85). Uma forma de preparo desses alunos para o exame seria a realização de simulados, pois “os simulados além de ajudar no treinamento de questões, também mostram sobre o tipo de prova, tempo e regras” (Nascimento, Coutinho e Pinheiro, 2013, p. 85), o que coloca os professores e professoras como uma das ferramentas de preparo desses estudantes ao longo do processo.

Por fim, as autoras afirmam a necessidade de um avanço no ensino, na aplicação de simulados, na qualificação do corpo docente, bem como no interesse dos alunos, para que assim estes obtenham melhores resultados ao prestarem o ENEM (Nascimento, Coutinho e Pinheiro, 2013, p. 87). Estes resultados dialogam com os relatos das colaboradoras, que apontam a insuficiência de informação, incentivo e preparo para realização do exame.

Quando se pensa a escolha da categoria de ingresso feita pelas colaboradoras, de acordo com os relatos, é possível perceber que elas não tinham um grande esclarecimento sobre o que eram as Ações Afirmativas, mas entendiam que de alguma forma poderiam estar no grupo de pessoas contempladas. Para Conceição, se encaixar nos pré-requisitos foi o suficiente para que ela se candidatasse para a vaga, apesar de não saber muito sobre o que se tratava:

“Meu acesso ao ensino superior foi através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e das ações afirmativas. Sou egressa de escola pública, e minha renda familiar per capita era menos que um salário mínimo, mas no ano que me



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

candidatei não tinha conhecimento, só me candidatei porque vi que me adequava naquela opção” (Conceição Evaristo, 2023).

O mesmo aconteceu com Maria Firmina dos Reis, que afirma não entender muito bem a finalidade da política, mas que levou em consideração o fato de ser mulher preta e egressa de escola pública para se candidatar ao ingresso através da categoria de ingresso. Mais uma vez o professor aparece como incentivador, antes ele orientou os estudantes sobre o ENEM e agora os acompanhava durante o período do SiSU.

“Não entendia exatamente o contexto de ações afirmativas. Eu sabia que eu poderia ter um pouco mais de chances de passar no curso. E considerando que eu sou preta e atendia os requisitos de escola pública eu optei por colocar a nota, também por orientação do meu professor de administração, ele disse que poderia ser mais fácil. Eu percebi que se eu tivesse colocado em ampla concorrência eu teria sido classificada até mais rápido. Na minha turma as ações afirmativas estavam com nota de corte de certa forma até um pouco maior. Lembro da minha mãe perguntar como funcionava essa questão de cotas, ela também não sabia, então me perguntou se no caso eram salas separadas para negros e brancos. Eu expliquei na época de forma simples, sinalizando que não, que cotas era apenas uma forma de facilitar a entrada de quem era negro na universidade, mas ao entrar todo mundo fica na mesma sala e seria igual” (Maria Firmina dos Reis, 2023).

Maria ainda traz uma curiosidade, ao ingressar na instituição e conversar com os colegas, ela observa que as notas de corte para o grupo de cotistas estavam mais altas do que as notas dos alunos da categoria Ampla Concorrência. Ela ainda afirma a dúvida de sua mãe sobre como se daria a dinâmica das aulas entre os alunos ingressos por categorias diferentes, se haveria uma separação entre as turmas, esse ponto se mostra muito interessante, pois ao protagonizar o ingresso na universidade por meio das Ações Afirmativas, Maria se torna mediadora dos sentidos dessa política em seu ambiente familiar e apesar de ainda não ter total esclarecimento sobre a função e efetivação da normativa, sabia que todos assistiriam as mesmas aulas de forma conjunta.

Carolina Maria de Jesus, assim como as outras colaboradoras, foi se identificando com os pré-requisitos para ingresso através das vagas reservadas para Ações Afirmativas e apesar da falta de informação, resolveu se candidatar para a categoria, como traz em seu relato:

“Tinham várias opções: ampla concorrência, aluno de escola pública, cota para índios, aluno negro de escola pública... Opa, na minha escola não me disseram que tinham essas opções e suas especificidades. Então, pensei comigo: eu sou negra, sou de escola pública, sou baixa renda, talvez essa seja a opção em que me enquadrado. Eu não sabia o que eram ações afirmativas, nem a quem contemplava.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

“Não era um assunto abordado e bem esclarecido nas aulas da minha escola, sabe?”
(Carolina Maria de Jesus, 2023).

Pode-se observar semelhanças nos relatos das três mulheres, que apesar de ingressarem através das Ações Afirmativas, se candidataram por identificação e não por esclarecimento, mesmo sendo uma normativa de 2008, no ano de 2015, ainda não se tinha bases sobre seu funcionamento e nem sobre quem poderia ser contemplado por ela, o que demonstra uma falha na propagação de conhecimento a respeito dessa política pública, seja dentro do ambiente escolar, ou em outros meios de comunicação, como televisão e internet. Por outro lado, a experiência do acesso também se torna uma experiência formativa primordial na compreensão da política de Ações Afirmativas.

Outro fato que marcou o ingresso dessas estudantes egressas na universidade foi a greve que antecedeu o início das aulas, o que atrasou todo o calendário acadêmico da UESPI no ano de 2016 e conseqüentemente, o ingresso das colaboradoras na instituição. Conceição Evaristo relata o período que antecede seu ingresso na instituição, para ela foi uma espera dupla, primeiro teve que esperar o resultado a segunda chamada, pois tinha ficado na lista de espera, e depois teve que aguardar o término da greve, que acontecia por tempo indeterminado.

“Naquele ano quando saiu o resultado do SISU eu fiquei na lista de espera, mas não desanimei porque vi que tinha chance de passar, então solicitei na universidade o interesse em participar das próximas chamadas já que não passei na primeira. Logo veio uma greve e acabou atrasando o início do semestre, depois de uns meses, saiu a tão esperada segunda chamada e lá estava meu nome em segundo lugar, para minha felicidade. Fui lá, fiz a matrícula e aguardei o início do curso que estava com data prevista para o mês de agosto, mas devido à greve, acabou atrasando tudo e as aulas só iniciaram no dia 10 de outubro e com elas, uma nova fase na minha vida” (Conceição Evaristo, 2023).

De acordo com seu relato, podemos observar o atraso de pelo menos dois meses para o início das aulas, que deveria ter sido em agosto, mas que ocorreu somente no mês de outubro. O período de greve na instituição também está presente no relato de Carolina Maria de Jesus, ela conta que o início das aulas aconteceu faltando apenas dois meses para o fim do ano. Esse fenômeno fez com que o calendário acadêmico da UESPI passasse por modificações, entre as quais, as férias de dezembro foram substituídas pelo recesso das datas festivas de fim de ano.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

“Ingressei no Ensino Superior no ano seguinte após ter terminado o Ensino Médio usando o SiSU, tinha sido minha primeira prova do Enem, porém, demorou alguns meses até começar a graduação, já que as aulas começaram faltando apenas dois meses para o ano acabar” (Carolina Maria de Jesus, 2023).

As autoras Rosângela Assunção e Ana Paula de Oliveira, em seu trabalho sobre a greve na UESPI em 2016, analisaram as estratégias de luta e pautas que foram levantadas pelos docentes e técnicos administrativos da instituição durante o movimento paredista. Ao enfatizar o fato de que esta foi “a primeira greve conjunta dos trabalhadores da UESPI” (Assunção e Oliveira, 2020, p. 239), as autoras afirmam que “em 2016, a Associação docente lutava contra a proposta de Lei que visava congelar promoções funcionais e uma série de medidas que ameaçavam o Plano de Carreira dos Docentes” (Assunção e Oliveira, 2020, p. 239), atitude que colocaria em risco a própria sobrevivência da instituição, pois mesmo com o quadro de funcionários incompletos a normativa proposta também vedava concurso público.

Desde o início dos anos 2000, a Associação de Docentes da UESPI se organiza na busca de melhorias para a categoria, sendo a estratégia de greve arduamente utilizada nos anos de 2003, 2004, 2008, 2011, 2012 e 2016 (Assunção e Oliveira, 2020, p. 244). A greve de 2016, teve início no dia 18 de abril e teve duração de sessenta e seis dias, trazendo consigo várias pautas e reivindicações dentro do contexto de reformas que o governo já vinha negligenciando. “Quando a greve foi decretada, além de exigir a retirada da UESPI da Lei 6.772/2016, se lutava pela implantação imediata das progressões e promoções” (Assunção e Oliveira, 2020, p. 244), bem como a mudança do regime de trabalho dos professores uespianos, que já não vinha sendo cumprido desde junho do ano anterior.

Ao trazer uma fala do então Governador Wellington Dias em uma matéria do Jornal o Dia, as autoras afirmam que a postura do político reforça a “desvalorização do movimento ao caracterizar a greve dos funcionários da UESPI como brincadeira” (Assunção e Oliveira, 2020, p. 244). Sem levar em consideração demandas nos mais variados setores, como melhorias estruturais, melhoria salarial, melhoria nas condições de trabalho, o pagamento de bolsas de assistência estudantil, entre outras demandas que precisavam de atenção do Estado.

Em uma assembleia entre professores e técnicos administrativos que ocorreu no dia primeiro de junho, o grupo de técnicos “decidem pelo encerramento da greve, enquanto os docentes decidem mantê-la” (Assunção e Oliveira, 2020, p. 247), com exceção do campus de Floriano, que decidiu pelo retorno das aulas. Com o movimento paredista, o grupo de técnicos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

conquistou o “reajuste salarial dos servidores que ganhavam menos do que um salário mínimo” (Assunção e Oliveira, 2020, p. 247).

Enquanto isso, os professores não tiveram suas pautas e reivindicações atendidas de forma satisfatória, pois “apesar de haver uma sinalização para o atendimento parcial/total das outras seis pautas, o governo não apresentou um Termo de Compromisso garantindo o comprimento do proposto” (Assunção e Oliveira, 2020, p. 248). Esse movimento foi interpretado pelos professores como falta de compromisso com o movimento, o que causou o seguimento da greve, diante disso, o governador “decide pedir a ilegalidade do movimento paredista” (Assunção e Oliveira, 2020, p. 248), assim em assembleia realizada no 23 de junho, a greve foi suspensa.

Entre as conquistas da greve de 2016 estão “a retirada da UESPI da Lei 6.772/2016, atualização do pagamento das bolsas de Estudantes [...], implantação das progressões e promoções dos técnicos administrativos em junho” (Assunção e Oliveira, 2020, p. 249), bem como a destinação de recursos para a o investimento de equipamentos e melhorias na infraestrutura da instituição.

Ao finalizar o texto as autoras ressaltam que apesar de terem parte das demandas atendidas, “muitas pautas seguem ainda intocadas e ainda é necessária muita luta para se conquistar a UESPI que professores, estudantes de servidores merecem” (Assunção e Oliveira, 2020, p. 250) e deixam o alerta afirmando que muito do que já foi conquistado ainda se encontra em risco devido o descaso do governo estadual com a instituição.

Apesar de as três colaboradoras terem ingressado na UESPI através das vagas reservadas por Ações Afirmativas para candidatos autodeclarados negros, apenas Carolina Maria de Jesus relata como foi o processo de autodeclaração para o ingresso na instituição de ensino. Ela conta sobre a situação de questionamento identitário em que foi colocada pelo próprio funcionário da universidade:

“Depois que saiu meu nome na lista de aprovados do curso tinha a entrega dos documentos e comprovação de heteroidentificação. Novamente, o que era isso? Heteroidentificação? Li no edital de como era essa comprovação e a minha instituição usava o método de avaliar as fotografias 3x4 e uma entrevista na entrega da fotografia e documentos. A entrevista era simples, com perguntas sobre com que etnia você se identifica, etc, mas uma coisa me incomodou e eu lembro até hoje: o moço que me atendeu disse ‘você se inscreveu como negra de escola pública, mas você não é negra não’. Nessa hora só pensei: como não? Aquilo deu um bug na minha cabeça. Mesmo assim, passei na entrevista e consegui me



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

matricular, até porque, eu me enquadrava na ação afirmativa no quesito fenotípico” (Carolina Maria de Jesus, 2023).

Carolina que já possuía questionamentos sobre o que era o processo de heteroidentificação, deixa claro seu desconforto ao ter sua identidade questionada pelo funcionário, situação esta que muito provavelmente não aconteceu de forma isolada, uma vez que pessoas pardas tem suas identidades étnico raciais questionadas de forma corriqueira em nossa sociedade.

As autoras Iraneide Silva, Cristina Rocha e o autor José Miranda (2021), em seu trabalho sobre a institucionalização das políticas afirmativas na UESPI afirmam que apesar de a lei de cotas existir na instituição desde 2008, “as bancas de heteroidentificação foram criadas somente em 2019, 11 anos depois e, com bastante fragilidade, sobretudo nos campi fora da Capital” (Silva, Rocha e Miranda, 2021, P. 218), fator esse que dificulta a fiscalização e o monitoramento da normativa, principalmente com a recente expansão da percentagem de reserva de vagas, deixando mais complexo o trabalho que vem sendo realizado pelas bancas, ainda sobre isso os autores afirmam:

“O silenciamento do debate sobre racismo na universidade reforça e dá contorno ao racismo institucional e, em muitos casos, é reforçado pela não sistematização de dados acerca da composição racial do seu corpo discente, como ocorre na Universidade Estadual do Piauí” (Silva, Rocha e Miranda, 2021, p. 222).

Sobre as fraudes no sistema de cotas, os autores trazem o exemplo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UERJ, onde houve o registro das primeiras denúncias de fraudes de autodeclaração (Silva, Rocha e Miranda, 2021, p. 220), fator que evidenciou a necessidade da criação de recursos para fiscalização e controle do processo de heteroidentificação.

Ao falar sobre identidade negra, e dialogando com o trabalho “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra” de Kabeguele Munanga (1999), os autores trazem luz sobre a mestiçagem brasileira e como ela “tem fortalecido o colorismo racial e dificultado a identificação da população beneficiária das cotas no ensino superior e nos concursos públicos” (Silva, Rocha e Miranda, 2021, p. 223). Ao falar sobre o processo de colonização realizado nos trópicos pelos europeus, os autores pensam a utilização da “segregação, divisão e dominação de negros e negras e de indígenas em suas colônias,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

especialmente criando obstáculos à construção de uma coesão e consciência racial e identitária” (Munanga, 1999).

A miscigenação no Brasil é fruto da violência e abuso sexual que os senhores de engenho realizavam com as mulheres negras escravizadas na época, como consequência desse abuso sistêmico, houve um branqueamento da população negra, outra forma de clareamento da população, foi a vinda de imigrantes europeus para o continente Americano, assim ao tempo em que promovia a miscigenação para a produção de mão de obra mais identificada com os colonizadores, Portugal colocava em prática a ampliação da importância do branco na sociedade brasileira (Silva, Rocha e Miranda, 2021, p. 224).

“Estes fatos construíram obstáculos à constituição da identidade da população negra no Brasil, não à toa, sendo este o interesse dos colonizadores. Como diz Munanga, o êxito na inculcação de mecanismos psicológicos no inconsciente da população negra, qual seja, o desejo de todos negarem a sua negritude e irem em busca de uma identidade branca, por ser superior, resulta em inúmeras autodeclarações que se movimentam para o branco (Silva, Rocha e Miranda, 2021, p. 225).

Portanto, as inúmeras perguntas referentes a cor da pele “refletem o processo inconsciente inculcado na sociedade brasileira, notadamente nos grupos não brancos, de escalada de cores em direção ao branco” (Silva, Rocha e Miranda, 2021, p. 226), onde se coloca o branco no lugar de sinônimo a tudo que é visto como positivo socialmente, tanto no campo estético, cognitivo, financeiro, comportamental, como em qualquer outra área em que o significado de superioridade possa ser afirmado à branquitude.

Nesse sentido a “sociedade criou uma hierarquia no grupo negro, inicialmente, valorizando o pardo, em seguida consolidado uma linha imaginária de privilégios que decrescia quanto mais negro fosse” (Silva, Rocha e Miranda, 2021, p. 226). Fator este que acaba impactando diretamente o processo de construção identitária dessas pessoas, também fazendo parte do processo de segregação em ambientes escolares ou no mercado de trabalho, o que traz a comprovação de que “o fenômeno do branqueamento na população, que físico ou culturalmente se consolidou. A consequência desse processo é a pardorização da sociedade e seus derivados” (Silva, Rocha e Miranda, 2021, p. 226), trazendo uma autodeclaração por conveniência, ou seja, a depender dos benefícios que essa identificação racial pode trazer.

Por fim, os autores afirmam estar cientes de que as políticas afirmativas “por si só não acabam com todos os problemas e dificuldades experienciadas pela população negra” (Silva,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Rocha e Miranda, 2021, p. 228), principalmente quando se pensa que seus resultados tem efeito a longo prazo. Eles também reforçam que “fazer emergir o debate e defender uma universidade inclusiva e democrática, onde negros e não negros possam aprender e ensinar juntos é também corroborar com a luta antirracista” (Silva, Rocha e Miranda, 2021, p. 228) é necessário não somente nos espaços universitários, mas também fora da universidade.

Ao refletir o trabalho escrito pelas autoras Iraneide Silva, Cristina Rocha e o autor José Miranda (2021) e aliar isso ao fato de que tanto Conceição Evaristo como Maria Firmina dos reis não relataram dificuldades encontradas durante o processo de heteroidentificação, posso pensar que talvez elas não tenham tido suas identidades étnico-raciais questionadas por se tratarem de mulheres negras retintas, o que não deixa margem para o questionamento de suas respectivas autodeclarações.

Outro ponto trazido por Silva, Rocha e Miranda (2021) que dialoga com a situação passada por Carolina Maria de Jesus é a necessidade não somente da presença de uma banca de heteroidentificação dentro das universidades, mas também a qualificação das pessoas que compõem essa banca, uma vez que a falta de conhecimento ou discernimento pode afetar diretamente o ingresso desses estudantes cotistas no ambiente acadêmico, tanto nas situações que relacionam fraudes, como nas situações de pessoas pardas que tem sua identidade questionada.

Acredito na importância de ressaltar o fato de que no momento em que eu estava fazendo a triagem dessas mulheres negras cotistas egressas da UESPI, me deparei com fotos presentes nos perfis de suas respectivas redes sociais que me despertaram dúvidas quanto ao pertencimento racial delas, não somente pelo tom da cor da pele, mas também pela textura do cabelo e formato de bocas e nariz. O que me fez pensar em como acontece o monitoramento dessa política na instituição, será que todas as mulheres autodeclaradas negras que ingressaram na UESPI em 2016 realmente pertenciam a categoria racial descrita para beneficiários das Ações Afirmativas?

Partindo desse questionamento e dialogando com os autores Sales Santos e Matheus Freitas (2020), ao investigar o impacto do ingresso de estudantes cotistas no período entre 2013 e 2016, na Universidade Federal de Viçosa (UFV) em alguns cursos tidos como de alto prestígio



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

(Agronomia, Direito, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Medicina e Medicina Veterinária), constataram que houve ingresso fraudulento de estudantes brancos na instituição.

Neste estudo, os pesquisadores observaram que durante o período de realização da pesquisa “a maioria dos/as estudantes de graduação da UFV era mulher, corroborando os dados nacionais sobre a composição sexual dos/as estudantes da educação superior brasileira” (Santos e Freitas, 2020, p. 10). Entretanto apesar de serem maioria em representação no ensino superior, isso não é sinônimo de que “as estudantes mulheres também são a maioria dos/as discentes que frequentam e concluem os cursos mais prestigiados” (Santos e Freitas, 2020, p. 11), não somente na UFV, mas em todas as universidades do país.

Quando se observado o perfil dos estudantes que ingressaram nos cursos de maior prestígio ofertados pela UFV, os dados obtidos indicaram “que há maior quantidade de discentes brancos/as, que são quase a metade do número total dos/as estudantes dos seis cursos pesquisados (49,70%), no período de 2013 a 2016” (Santos e Freitas, 2020, p. 11). O que nos faz pensar que apesar da implantação da política de Ação Afirmativa, o perfil dos estudantes da universidade, em sua maioria ainda permanece composto por pessoas brancas.

Sobre as fraudes no sistema de cotas, os autores observaram que existiam “desigualdades étnico-raciais abismais na composição racial dos/as estudantes dos cursos de alto prestígio da UFV” (Santos e Freitas, 2020, p. 13), de acordo com os dados coletados, “os/as estudantes indígenas (0,80%) estão sobre-representados nesses cursos quando comparados à quantidade de cidadãos/ãs indígenas da população brasileira (0,43%)” (Santos e Freitas, 2020, p. 13). Diante desses dados, foi levantada a hipótese de que alguns desses estudantes que se autodeclararam indígenas, mesmo não pertencendo ao grupo étnico em questão.

“Essa maneira de agir, que é uma prática fraudulenta, muito provavelmente também ocorreu nos casos em que estudantes brancos/as se autodeclararam pardos/as para, também, ingressarem nas subcotas étnico-raciais designadas aos estudantes pardos/as. Deve-se destacar que não se pode desconhecer que a fraude é um crime” (Santos e Freitas, 2020, p. 13).

Ao se candidatar para uma vaga reservada a uma categoria étnico-racial a qual você não se enquadra, você “também pratica discriminação racial ou (crime de racismo) na medida em que impede estudantes pretos/as, pardos/as ou indígenas de terem acesso à universidade” (Santos e Freitas, 2020, p. 14), e como consequência desse ato acontece a manutenção da



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

desigualdade. Um ponto trazido pelos autores que reforça isso é a indicação de que na UFV, são “as estudantes mulheres pretas as mais afetadas (negativamente) com as fraudes praticadas por estudantes brancos/as” (Santos e Freitas, 2020, p. 14), principalmente quando se fala dos cursos de grande prestígio.

Fato esse que nos faz reforçar mais uma vez que garantir o acesso de pessoas negras á instituições de Ensino Superior, não é sinônimo de garantir a permanência dessas pessoas nesses espaços e muito menos o acesso aos cursos que eles realmente desejam ou que vão trazer uma ascensão social significativa. É preciso promover condições mínimas para que esses estudantes cotistas obtenham sucesso na carreira acadêmica e conseqüentemente consigam se estabelecer no mercado de trabalho.

Ainda falando sobre o acesso das colaboradoras a universidade pública e levando em consideração o fato de que para frequentar as aulas, em seus respectivos cursos de graduação, elas precisaram se mudar de suas cidades de origem para a cidade de Florianópolis, onde se localiza o Campus Dr^a Josefina Dames, aqui será exposta o relato dessas mulheres quanto a mudança de cidade e adaptação ao novo lugar de moradia.

Conceição Evaristo relata que foi desafiador ter que mudar de cidade, mas apesar das dificuldades ela se mostrou entusiasmada uma vez que essa mudança de cidade implicaria também em seu ingresso no curso que sempre desejou. Conceição menciona o fato de que apesar de ter ido morar em uma casa com outros estudantes, a maioria de suas atividades de reconhecimento do local, foi realizada sozinha.

“Com o início das aulas tive que me mudar de cidade, como já citei sou de Landri Sales e me mudei para Florianópolis onde o curso que eu sempre sonhei foi ofertado naquele ano. Foi um desafio me distanciar dos meus pais, familiares e amigos, mas a distância era de apenas 134km, o que favorecia a minha vinda aqui pelo menos uma vez no mês. Com o início do semestre tive por obrigação conhecer a cidade e aprender me virar sozinha, pois mesmo morando com outros dois estudantes eles não tinham tempo de estar me ensinando tudo, mas mesmo com a correria me instruíram como se daria meu acesso até a universidade, e já na primeira semana consegui ir e vim sozinha. Para ter esse acesso até a universidade era estressante porque tinha que pegar o ônibus coletivo que acabava atrasando ou estava lotado, com muito calor na maioria das vezes, mas sempre com muita força de vontade de conseguir alcançar meu objetivo e concluir minha graduação. No começo foi difícil a distância da família, a adaptação, mas logo surgiram as amizades na universidade que tornaram esse momento mais leve e tranquilo” (Conceição Evaristo, 2023).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

A colaboradora relata dificuldades antes mesmo de chegar à instituição, uma vez que o fato de ter que esperar o transporte coletivo que por muitas vezes atrasava ou estava lotado. O sistema de transporte coletivo em Florianópolis era informal, possuía duas rotas principais e não passava por todos os bairros da cidade. O sistema de pagamento era apenas em dinheiro, onde estudantes uniformizados ou com carteirinha poderiam pagar metade do valor cobrado na época, que era de R\$ 3,00 (três reais). Por ser um sistema informal, os ônibus não passavam em horário fixo e também não tinham pontos definidos, o que dificultava a administração do tempo das pessoas que utilizavam essa alternativa de transporte para se locomover pela cidade.

Para Maria Firmina dos Reis, os primeiros anos de locomoção para chegar ao campus também foram marcados pela necessidade da utilização do transporte coletivo, porém ela diz que aos sábados já chegou a ir andando para as aulas, isso acontecia porque aos finais de semana o sistema de transporte operava com frota reduzida, o que dificultava mais ainda a espera no ponto de ônibus e para não se atrasar, ela andava uma distância que seria equivalente a 2 km (dois quilômetros).

“O meu trajeto de casa para a universidade sempre foi de ônibus coletivo e quando tinham aulas aos sábados chegava a ir de pé do Centro à Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Mas nos últimos dois anos morei em um bairro um pouco mais próximo da universidade e se por algum motivo, eu não tivesse dinheiro ou perdesse o ônibus, eu conseguia chegar em casa ou na universidade em média com uns 20 minutos, andando” (Maria Firmina dos Reis, 2023).

Um fator que facilitou sua ida para as aulas foi sua mudança de bairro, por mais que ela ainda fosse andando para UESPI, a distância entre sua casa e o campus agora era menor e ela poderia se locomover com menos dificuldade. O mesmo aconteceu com Carolina Maria de Jesus, que por não morar próximo à universidade conseguia ir para o campus andando.

“Para as aulas da graduação eu precisei mudar de cidade, na minha cidade natal o único curso com inscrições anuais que tinha era Pedagogia pelo ProUni e não era o que eu gostaria de estudar. Não morava longe da universidade, ficava a algumas quadras e ia a pé para as aulas” (Carolina Maria de Jesus, 2023).

Maria Firmina e Carolina, não eram as únicas estudantes que moravam em bairros mais próximos à universidade, uma vez que a UESPI não possuía um sistema de transporte que atendesse a necessidade e demanda discente, muitos estudantes moravam nas redondezas da instituição, para assim terem um deslocamento menos difícil durante o período das aulas, mas isso não era sinônimo de segurança, uma vez que na cidade de Florianópolis a ocorrência de assaltos



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

acontece de forma frequente, principalmente em bairros menos movimentados, que acaba sendo o caso dos bairros que circundam o *Campus* Dr^a Josefina Demes.

Esses fatores evidenciam dificuldades encontradas pelas colaboradoras antes mesmo de ingressar de forma efetiva na universidade, seja na busca por moradia, ou no acesso a um transporte de qualidade. Uma vez que a UESPI não possui moradia universitária e nem um sistema de transporte diário para seus discentes, esses fatores podem contribuir tanto para que alguns estudantes não consigam acessar a instituição, como para os estudantes que ingressaram evadam ao longo do tempo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

4. PERMANECER COMO ATO DE RESISTENCIA

Falar sobre a permanência de estudantes cotistas nas universidades envolve um conjunto de variáveis que podem ser determinantes para que estas pessoas alcancem o status de graduadas, como já foi dito anteriormente, ingressar no Ensino Superior, não é sinônimo de permanência nesse espaço. Uma das principais variáveis que determinam o ato de permanecer dentro das instituições de ensino superior públicas, estão as políticas de assistência estudantil existentes em cada instituição, estas apoiam e viabilizam a chegada desses estudantes até o final de seus respectivos cursos.

Tais políticas de assistência, envolvem transporte, moradia, alimentação e sobretudo os gastos que permeiam a compra de materiais para poder acompanhar as aulas, como por exemplo xerox de apostilas, a compra de livros específicos, ou até mesmo a aquisição de itens indispensáveis para a participação em aulas específicas, como é o caso do curso de Ciências Biológicas, que durante as aulas práticas em laboratório, o uso do jaleco é indispensável.

Buscando exemplificar as políticas de assistência estudantil oferecidas pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), consultei o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente entre os anos de 2022 – 2026, o documento se apresenta como instrumento de planejamento estratégico, uma vez que “tem como propósito apresentar a estrutura organizacional com foco nos valores, missão, objetivos, estratégias, metas e ações” (PDI, 2022, p. 16), buscando refletir e alterar pontos de insatisfação e reforçar os pontos positivos.

Ao citar a Lei 7.455, que amplia a reserva de vagas de 30% para 50% na instituição, o documento expõe o objetivo da instituição em garantir a equidade quando se fala não somente do acesso, mas também da permanência e da conclusão do ensino superior. Portanto, as políticas de assistência estudantil, se efetivam na intenção de não somente promover melhores condições de permanência na graduação, mas também buscam contribuir para que os estudantes uespianos desenvolvam um bom desempenho acadêmico, o que reduziria os números de evasão e retenção na universidade. Sobre estas políticas, o documento afirma o seguinte:

“A assistência estudantil na UESPI tem como objetivo prestar auxílio nas formas de bolsas, programas e/ou projetos, a fim de viabilizar a permanência de estudantes na universidade. Logo, por meio da criação de políticas de inclusão visa contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, minimizando a reprovação



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

e a evasão escolar, e colaborando para a diminuição das desigualdades sociais, econômicas, regionais e culturais” (PDI, 2022, p. 88).

Com a intenção de criar mecanismos e estratégias que estimulam o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos, “as ações de assistência estudantil na UESPI se iniciaram em julho de 2003” (PDI, 2022, p. 89) com a criação do Programa Bolsa Trabalho que tem entre seus objetivos o complemento de recursos financeiros para custear as despesas acadêmicas e contribuição no desenvolvimento do senso de responsabilidade e ética profissional, uma vez que os estudantes bolsistas realizam atividades de apoio técnico-administrativo nos setores da UESPI (PDI, 2022, p. 89).

No ano de 2003, também foi criado o Programa Apoio Pedagógico com a “finalidade de oportunizar acompanhamento pedagógico, social e psicológico ao estudante com deficiência física, visual e/ou auditiva no contexto universitário” (PDI, 2022, p. 89), sendo este acompanhamento realizado por uma pessoa que faça parte da mesma turma em que o estudante está matriculado.

Dez anos depois, foi criado o Programa Auxílio Moradia que tem o objetivo de “possibilitar aos estudantes que residem fora do seio familiar a complementação financeira, com a finalidade de custear despesas de moradia na cidade em que estão regularmente matriculados” (PDI, 2022, p. 90). Sendo os bolsistas responsáveis por entregar periodicamente uma documentação que comprove a condição de moradia.

Em 2014, foi implantado o Programa Auxílio Alimentação “que tem como objetivo viabilizar recursos para que os discentes possam realizar uma refeição diária” (PDI, 2022, p. 90), podendo ser oferecido em três modalidades diferentes sendo estas: o pagamento de uma bolsa no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), uma refeição diária do tipo quentinha ou Tickets Alimentação. O tempo que os discentes podem ser bolsistas dos programas supracitados, assim como o valor das bolsas, varia de acordo com o determinado no edital de cada programa, como mostra a tabela 8.

Tabela 8: Programas de Assistência Estudantil da Universidade Estadual do Piauí - UESPI

NOME DO PROGRAMA	ANO DE EFETIVAÇÃO	VALOR DA REMUNERAÇÃO	VALIDADE
------------------	-------------------	----------------------	----------



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Bolsa Trabalho	2003	R\$ 400,00	De 06 meses a 2 anos
Apoio Pedagógico	2003	R\$ 400,00	Até a conclusão do curso
Auxílio Moradia	2013	R\$ 200,00	De 06 meses a 2 anos
Auxílio Alimentação Estudantil	2014	R\$ 200,00	Até a conclusão do curso

Fonte: a autora a partir de dados do PDI.

Outra forma de ser bolsista na UESPI, é participar do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), onde os bolsistas devem possuir um orientador e receber formação complementar que os prepare para a atividade de pesquisa. Ou participar do Programa Residência Pedagógica que proporciona aos estudantes uma experiência formativa dentro do ambiente escolar, de forma supervisionada. Ambos os Programas são financiados pelo Ministério da Educação, gerenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e possuem uma bolsa de auxílio financeiro no valor de R\$700,00 (setecentos reais). Vale ressaltar que:

“O público-alvo das ações de assistência estudantil desta IES são os estudantes de classes menos favorecidas, que mais sofrem com intercorrências e dificuldades durante o percurso da formação, especialmente relacionadas à questão financeira, tendo em vista que se encontram numa realidade social marcada pela vulnerabilidade socioeconômica” (PDI, 2022, p. 90).

Uma vez caracterizado o público alvo das políticas de Assistência Estudantil e entendendo que os estudantes cotistas se enquadram nesse perfil e precisam ter sua permanência na universidade garantida para que eles possam chegar ao término de seus respectivos cursos de graduação e receber o diploma, podemos questionar se na UESPI existem políticas de Assistência Estudantil específicas para os estudantes ingressos através das Ações Afirmativas.

De acordo com os relatos das colaboradoras, não houve nenhuma política de assistência estudantil que fosse diretamente voltada para estudantes cotistas, o que nos faz pensar se as estratégias citadas por Natanael Pereira (2021) realmente foram efetivadas, pelo menos no campus Dr^a Josefina Demes. Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus escrevem sobre essa realidade em seus memoriais:

“Não tive nenhum apoio específico da instituição por ser estudante ingressa através de ações afirmativas, lá todos eram tratados como se fosse ingressa por ampla concorrência, sendo que já me senti excluída por ser convocada



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

na segunda chamada [...], mas não foi algo que viesse me afetar tanto e me sentir inferior aos demais por muito tempo, já que na sala de aula com os demais colegas eu me sentia capaz de conseguir realizar meu sonho.” (Conceição Evaristo, 2023).

“Não me recordo de programas ou ações mais direcionadas para alunos ingressos por Ações Afirmativas” (Carolina Maria de Jesus, 2023).

Quando Conceição relata o sentimento de exclusão por ter sido convocada na segunda chamada, pode-se compreender a presença de mecanismos que fazem com que de alguma forma ela se sentisse inferior ao se comparar as outras pessoas da turma, porém esse sentimento não durou por muito tempo, quando Conceição percebeu que conseguia acompanhar as aulas e realizar as atividades se sentiu mais segura e capaz de alcançar seus objetivos.

“Ao iniciar as aulas após tanta espera por causa da greve, de início tive medo com o que me esperava, os conteúdos, professores, e realmente tive uma dificuldade com algumas disciplinas e conteúdos específicos, mas nada que fosse difícil a ponto de não conseguir superar” (Conceição Evaristo, 2023).

Entre as dificuldades encontradas no ensino superior, as colaboradoras relatam especificamente o desafio relacionado ao grau de dificuldade das disciplinas, Conceição e Carolina relatam a dificuldade que tiveram em disciplinas e conteúdos específicos, talvez essa dificuldade encontrada por elas seja reflexo do estresse que envolve a mudança de cidade, mas também a qualidade do ensino que elas tiveram ao longo da Educação Básica.

“Eu cheguei com todo aquele gás de quem está iniciando o novo ciclo, de quem mudou de cidade, de quem está vivendo tudo novo... Então foi tranquilo, até achei poucas disciplinas dentro da grade, mas depois entendi o porquê, o nível é mais intenso, é bem mais aprofundado.” (Maria Firmina dos Reis, 2023).

“Tive um pouco de dificuldade mais com os conteúdos das Ciências Exatas” (Carolina Maria de Jesus, 2023).

Já para Maria Firmina, a maior dificuldade foi a adaptação dos horários de estudo, uma vez que seu curso era ofertado no período vespertino, ela utilizava os horários noturnos para estudar. Esta realidade é compartilhada com a da maioria dos estudantes, uma vez que para poder realizar todas as atividades diárias e dar conta da demanda do curso, muitos acabam utilizando o horário destinado ao sono para realizar as atividades e estudos acadêmicos.

“Logo, a dificuldade maior que eu tive foi relacionada a precisar usar as noites para estudar. Eu sempre tive uma certa dificuldade para estudar à noite e logo começava a dormir” (Maria Firmina dos Reis, 2023).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Uma dificuldade já sinalizada durante o acesso que torna a aparecer durante o processo de permanência é a questão do transporte utilizado para chegar até a universidade, por se tratar de um sistema informal, o transporte coletivo não possui a estabilidade necessária para que seus usuários cumpram seus horários de forma tranquila. Comigo mesmo já aconteceram várias situações desagradáveis, uma vez mesmo estando no ponto de ônibus o motorista não parou, se eu não me programasse e saísse de casa com antecedência, corria o risco de chegar atrasada tanto nas aulas, como no estágio.

“Durante o processo de graduanda minha maior dificuldade era o transporte, já que tinha que me deslocar uma certa distância para ter acesso ao ônibus coletivo para chegar na universidade, outro fator também foi a distância dos meus pais” (Conceição Evaristo, 2023).

“No trajeto até a universidade, teve uma situação chata no meu primeiro mês em Florianópolis. Eu fui confundida dentro do ônibus, uma mulher me viu e me confundiu com outra pessoa, me xingou e disse muitas coisas pensando que eu fosse alguém que estava com o marido, namorado ou algo do tipo [...] quando olho para trás eu imagino que foi muita coragem da minha mãe de me deixar por aqui e minha também, porque foi um ponto de dificuldade no quesito segurança física, a mulher chegou a me ameaçar de verdade e citou que não havia feito nada antes porque tinha uma criança” (Maria Firmina dos Reis, 2023).

Maria Firmina reflete sobre uma situação que viveu dentro do transporte público, ao ser confundida com outra pessoa, ela foi ameaçada de agressão física e se questiona como sua mãe a deixou mudar de cidade, alegando que tanto ela como a mãe, foram corajosas em aceitar a possibilidade de mudança de cidade, mesmo considerando os perigos aos quais ela estaria exposta. Vale ressaltar que durante o período que morou em Florianópolis, ela encontrou essa mulher por pelo menos duas vezes e nas duas situações, ela foi ameaçada.

Outro ponto de dificuldade que é recorrente no relato das colaboradoras é a distância dos familiares, ao pensar que essa era a primeira vez em elas estava saindo do seio familiar para viver em um local desconhecido com outras pessoas, cultura e costumes. Maria Firmina relata um pouco de sua experiência:

“Quando eu cheguei, eu ainda tive todo um choque de cultura no quesito mudança de cidade, religião, pessoas e formas de convívio. Como detalhe importante e que impacta também é que eu não tinha ninguém da minha família na cidade. Logo, aquele aspecto de família grande, todo mundo se ajudando, relações típicas de quem vive em comunidade nem sempre eu encontrava em Florianópolis” (Maria Firmina dos Reis, 2023).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Apesar de ser uma cidade considerada tradicional em seus costumes, Floriano é uma cidade onde várias culturas estão presentes, exatamente por ser um polo universitário, possui um grande número de pessoas vindas de cidades da região, portanto por mais que exista um senso de comunidade na cidade, muitas vezes quem vem de fora, não reconhece isso no primeiro momento, é preciso morar por um tempo na cidade para reconhecer e fazer parte dessa comunidade. Talvez outro fator que pode ter dificultado o reconhecimento de comunidade em Floriano, é o tamanho da cidade e seu número de habitantes quando comparado as cidades de onde vieram as colaboradoras (tabela 9).

Tabela 9: Comparativo entre o número de habitantes e área de unidade territorial

CIDADE	NÚMERO DE HABITANTES	TERRITÓRIO
Teresina - PI	866.300	1.391,293 km ²
Floriano - PI	62.036	3.407,979 km ²
Landri Sales - PI	5.213	1.088,583 km ²
Regeneração - PI	17.133	1.251,321 km ²
Canto do Buriti - PI	19.365	4.325,643 km ²

Fonte: Censo demográfico 2022.

De acordo com a tabela x, podemos observar uma diferença significativa no número de habitantes entre as quatro cidades e a capital do estado, Teresina. Por mais que Floriano tenha uma unidade territorial extensa, a capital possui quase quatorze vezes mais habitantes quando comparada a Princesinha do Sul. Por outro lado, quando se compara Floriano com as cidades de origem das colaboradoras, ela se destaca por ter uma diferença significativa em número de habitantes.

Entre os percalços presentes durante sua permanência na graduação, Conceição relata um momento de preocupação, este aconteceu quando ela reprovou em uma disciplina específica. Ao caracterizar esse momento como desafiador, ela conta que teve que conciliar aulas das disciplinas regulares no período vespertino, com o estágio que era realizado no período matutino, e ainda tinha que participar das aulas dessa disciplina específica, que assim como o estágio, era ofertada no turno da manhã.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

“Uma disciplina específica que não consegui ser aprovada e tive que cursar novamente em outra turma, tendo assim mais uma preocupação já que era no contraturno e eu participava do PIBID, então tinha que me desdobrar para conseguir concluir essa etapa. Para superar todas as dificuldades eu sempre pensava que só conseguiria o sucesso suportando o processo, e mesmo o processo sendo difícil eu me apegava aos familiares e um professor que sempre me apoiava e incentivava” (Conceição Evaristo, 2023).

Como estratégia para lidar com as dificuldades, Conceição buscou apoio nos familiares e em um professor, que ela relata ter a incentivado e apoiado ao longo do curso. Sua determinação em alcançar o sucesso com o término do curso, se mostrou decisiva para que ela não desistisse e buscasse superar as dificuldades. Esse sentimento de perseverança também aparece no relato de Maria Firmina, que justificou sua persistência na vontade de realizar seu sonho de poder continuar estudando, como consta na descrição a seguir:

“Considero um fator decisivo que facilitou a caminhada foi gostar de estudar e ter um propósito com os estudos. Eu saí da minha cidade realmente feliz de estar tendo a oportunidade de continuar estudando, de estar saindo da realidade que eu vivia e não passava pela minha cabeça desistir ou qualquer outra coisa. Qualquer dificuldade que aparecesse eu só via ela como algo que existia, mas nada que fosse me impedir de finalizar, então a única opção que eu me permitia era de vencer a dificuldade” (Maria Firmina dos Reis, 2023).

Para Carolina Maria de Jesus, a maior dificuldade foi a ausência de recursos financeiros que garantissem permanência na instituição, esse fator fez com que ela trancasse o curso, em seu memorial, ela comenta a inviabilidade de conciliar a carga horária do trabalho com os horários do curso. Mudar o turno de seu curso era inviável uma vez que o mesmo era ofertado apenas nos períodos matutino e vespertino e na maioria das vezes o mercado de trabalho exige disponibilidade nesses turnos, por esse e por vários outros motivos, a maioria da comunidade uespiana que possui emprego formal, opta pelos cursos que são ofertados no período noturno exatamente conseguir aliar trabalho e estudo.

“Passei por muitas dificuldades financeiras no decorrer do curso, sem rede de apoio eu tinha que me sustentar sozinha. A falta de recursos financeiros me obrigou a trancar o curso. O difícil de estudar de dia é que fica inviável conseguir trabalho considerando a carga horária de trabalho” (Carolina Maria de Jesus, 2023).

A realidade de Carolina Maria não é isolada, muitos estudantes acabam optando pelo trancamento de curso por não possuírem recursos financeiros suficientes para permanecer estudando, o que significa que apesar de possuir Políticas de Assistência Estudantil, a UESPI



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

ainda não consegue atender a demanda de auxílio para todos os estudantes que necessitam de assistência e mesmo que recebam assistência, muitas vezes o valor ofertado não é o suficiente para cobrir todas as despesas que envolvem moradia, transporte e alimentação do discentes, nesse caso específico, da estudante cotista.

“Eu tranquei o curso por um semestre, porém, quando retornei para cursar eu estava com a matrícula retida. Por algum erro da universidade, eu fiquei com falta em quase todas as disciplinas referentes ao semestre de trancamento. Com isso, para poder retornar ao curso, precisei me matricular em disciplinas além das já obrigatórias do semestre. Isso me trouxe dificuldade tanto no aprendizado, quanto no consumo do meu tempo já que era muita coisa para um semestre só. Mas com o auxílio de bolsa do PIBIC eu consegui investir literalmente nos estudos e com muita dificuldade deu tudo certo no final” (Carolina Maria de Jesus, 2023).

Retornando ao curso após um semestre de trancamento, Carolina descreve ter tido dificuldades com o processo burocrático que envolvia o processo de trancamento do curso. Por algum motivo o sistema da Universidade não registrou o seu pedido e ela ficou retida em algumas disciplinas. O que deixou sua situação um pouco mais complicada uma vez que ela teve que pagar disciplinas referentes a dois semestres em apenas um semestre. Ela também relata que ter se tornado bolsista do PIBIC, foi significativo para que apesar das dificuldades, ela conseguisse concluir seu curso.

Quando se observa os marcadores positivos para que as colaboradoras permanecessem na UESPI, além da força de vontade, podemos observar que as três participaram de algum programa de assistência estudantil, seja o Bolsa Trabalho, o PIBIC, a monitoria ou a Residência Pedagógica. Um fator que se mostrou determinante para o incentivo da permanência de Conceição, para além do apoio da família, ela destaca novamente o incentivo que recebeu de um professor de seu curso, que a encorajou durante o processo, como consta em seu relato:

“Tive diversos motivos para não desistir do curso e um deles foi o apoio da minha família e de um professor específico que me ajudou no início do curso, durante todo meu processo de TCC, até o momento da aprovação, ele foi me mostrando no dia a dia que estava no caminho certo, por isso, mesmo diante das dificuldades e medos eu nunca senti vontade de desistir” (Conceição Evaristo, 2023).

Não é a primeira vez que um professor aparece como peça chave na trajetória acadêmica das estudantes cotistas egressas que colaboraram com este estudo, como já relatou Maria Firmina, ela também teve um professor que a incentivou antes mesmo de ingressar no Ensino



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Superior. Como estratégia para permanecer no Ensino Superior, ela buscou participar de forma ativa dos eventos, programas e projetos universitários, ela conta que chegou a participar inclusive do conselho estudantil, como representante discente de seu curso.

“Primeiramente gostar de estudar, ser participativa na universidade, seja em projetos de curto período das turmas ou projetos da universidade no geral. Participei do bolsa trabalho, de monitorias, fui representante discente do conselho do curso de administração por um período e os eventos de administração eu sempre estava na organização. Então ter uma caminhada mais inclusiva e participativa com professores, projetos e o corpo de técnicos com certeza facilitou para superar as dificuldades, que digamos que não chegava ao ponto de dizer “ah eu vou desistir”, mas só a constatação de que existe uma dificuldade e que a única opção que eu tinha era passar por ela, não tinha outra opção.” (Maria Firmina dos Reis, 2023).

Ela diz que nunca pensou em desistir de forma efetiva, porém mesmo que esse pensamento não tenha lhe ocorrido, não quer dizer que dificuldades não tenham existido ao longo de sua trajetória no Ensino Superior e como forma de superar essas dificuldades, ela encontrou a participação ativa não somente nos eventos, mais também cultivando relações com os funcionários e funcionárias da instituição, percebo em seus relatos, a forte presença do sentimento de perseverança ao pensar que não tinha outra opção ao não chegar ao status de graduada.

O que não foi diferente para Carolina Maria de Jesus, ao falar sobre o desejo de trabalhar em sua área e de ser a segunda pessoa de sua família ao concluir o Ensino Superior, ela destaca a sua participação do programa PIBIC mais uma vez como ponto chave para que ela terminasse o curso, uma vez que sem rede de apoio, era difícil adquirir recursos financeiros que viabilizassem sua permanência no curso.

“O fator decisivo era que eu queria trabalhar na minha área e ser a segunda pessoa da família a ter concluído o ensino superior. Quando consegui fazer pesquisa com bolsa de PIBIC sob a orientação de dois professores diferentes, em anos diferentes e isso foi enriquecedor para meu aprendizado” (Carolina Maria de Jesus, 2023).

A autora Dyane Brito Reis (2007), em sua pesquisa sobre acesso e permanência de estudantes negros na Universidade Federal da Bahia (UFBA), buscou entender e identificar experiências e estratégias que podem assegurar a permanência dos estudantes cotistas no Ensino Superior, bem como o significado da presença desses sujeitos nas Universidades Públicas brasileiras.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFBA
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Sobre a implementação do Sistema de Cotas na instituição, a autora afirma que “a primeira proposta de adoção da política de cotas na UFBA foi encaminhada à reitoria em 2003 por um grupo de estudantes negros” (Reis, 2007, p. 53), neste documento, constava a reivindicação de 40% (quarenta por cento) da reserva de vagas para estudantes negros. Após muita tensão e embates, entre o corpo discente e a reitoria, bem como entre os membros da comunidade acadêmica que eram contra e a favor da implementação do sistema, “o vestibular de 2005 foi realizado com a reserva de vagas” (Reis, 2007, p. 54). A autora ressalta que estudantes que se sentiram prejudicados no vestibular, entraram com ações judiciais que foram derrubadas ao passo que a Universidade realizou pesquisas sobre a real situação dos estudantes cotistas. Segundo os dados:

“Em 37 dos 61 cursos oferecidos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), a nota mais alta na primeira fase do vestibular foi de alunos que se inscreveram no sistema de cotas do Programa de Ações Afirmativas. E em oito cursos, incluindo direito e comunicação, a pontuação mais alta foi alcançada por aluno egresso de escola pública. A pesquisa aponta também que em 29 cursos a maior pontuação foi alcançada por aluno negro de escola particular” (Reis, 2007, p. 54).

Podemos observar que mesmo com a reserva de vagas, as notas dos estudantes cotistas não eram inferiores as notas dos estudantes ingressos através da ampla concorrência, pelo contrário, eles se destacaram como grupo de maior pontuação em cursos considerados de alto prestígio, o que afirma a capacidade intelectual dos estudantes negros e egressos de escola pública de ingressarem no Ensino Superior Público.

A partir da aplicação de questionários, a autora conseguiu traçar o perfil de 101 estudantes ingressos na UFBA em 2005, dentre estes, 76 eram ingressos através do sistema de reserva de vagas em 2005. “O perfil desses entrevistados é de estudantes entre 18 e 33 anos de idade que estão fazendo seu primeiro curso superior” (Reis, 2007, p. 54), ela observa que embora jovens, quando comparados aos colegas brancos, os estudantes cotistas estão ingressando no Ensino Superior em idade mais avançada.

Entre os 76 estudantes cotistas, a maioria eram do sexo masculino, com 42 representantes. Sobre a cor a pesquisadora faz duas observações que considera importante a primeira é que mesmo tendo ingressado através do sistema de cotas para afrodescendentes e indígenas, cinco pessoas entrevistadas se autodeclararam brancas ou amarelas. A segunda



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

observação feita pela a autora é que apesar de a cor amarela seja utilizada para definir pessoas asiáticas, entre os estudantes cotistas, houve uma autodeclaração amarela (Reis, 2007 p. 55).

Ao traçar o perfil socioeconômico dos estudantes a autora observa que a maioria deles “vive em famílias com renda média de 1 e 5 salários mínimos/mês e, curiosamente afirmam que se mantêm na Universidade contando com a ajuda dos pais” (Reis, 2007, p. 56) ou outros membros da família, situação que se assemelha com a de Conceição Evaristo e de Maria Firmina, como demonstrado anteriormente em seus relatos.

“Observe-se que quase 15% dos entrevistados vivem em famílias que ganham apenas um salário mínimo; tais estudantes precisam, de fato, desenvolver estratégias que assegurem sua permanência na Universidade, até mesmo porque só poderão se beneficiar das poucas políticas de permanência existentes a partir do segundo semestre do curso. Além disso, na sua maioria, essas políticas de permanência têm duração de dois anos, quando os cursos de graduação duram em média quatro anos” (Reis, 2007, p. 56).

Como demonstrado na tabela 8, assim como acontecia na UFBA, nem todas as políticas de Assistência Estudantil que ser ofertadas na UESPI possuem a duração equivalente ao curso de graduação dos discentes, fator que abre margem para a dificuldade de permanência desses estudantes em ambas as instituições Públicas de Ensino. Uma vez que ingressar no Ensino Superior, não é sinônimo de permanência, os estudantes cotistas criam estratégias informais para que a suas respectivas trajetórias dentro da academia não sejam interrompidas.

Reis (2007) aponta como uma dessas estratégias informais de permanência as chamadas redes de solidariedade, que nada mais são do que as famílias desses estudantes, que “se reúne para ajudar nos custeios de sua manutenção, sobretudo quando o jovem ingressa em cursos de alto prestígio” (Reis, 2007, p. 59). Como muitas vezes o ingresso no Ensino Superior é visto como uma possibilidade de ascensão social futura, as famílias investem no estudo de seus integrantes na esperança de garantia de um futuro melhor.

Ao analisar sexo de forma conjunta com as estratégias de manutenção e custeio da permanência na Universidade, de 76 estudantes cotistas, 30 contam com a ajuda dos pais, enquanto 11 trabalham. Desses 11 estudantes cotistas que trabalham, 9 são do sexo masculino. A autora explica este fenômeno como uma “questão social e até mesmo cultural, já que para o homem a cobrança social do trabalho na idade adulta é muito maior do que para a mulher” (Reis, 2007, p. 60), podendo esse fator justificar as pessoas do sexo masculino como



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

representantes mais numerosos dentro do grupo de estudantes que trabalham concomitantemente.

Ao entrevistar os estudantes cotistas, a autora encontrou um dado que julgou ser interessante, ao comparar as narrativas, ela observou que este grupo utilizavam “o *score global* como uma estratégia extremamente importante, pois, à medida que mantêm seus escores altos estes estudantes têm a possibilidade de se matricular nos primeiros dias” (Reis, 2007, p. 60), assim podendo escolher e organizar seus horários de forma que as aulas não fossem no mesmo turno que o estágio ou trabalho.

Apesar de a UESPI não trabalhar com o sistema de *score global*, a estratégia de ter um bom desempenho para não reprovar nas disciplinas ofertadas no período regular, também foi aplicada pelas colaboradoras do estudo, uma vez que reprovar seria sinônimo de divergência de horários entre as aulas e o estágio, como foi o caso de Conceição Evaristo.

Na UFBA, o Núcleo de Estudantes Negros Universitários (NENU) foi fruto dessas estratégias informais de permanência, ao observar que se não se unissem seria difícil permanecer na instituição e começaram a fazer mutirões “levavam marmitas, frutas e outras coisas e dividiam entre si; também dividiam os textos fotocopiados e se ajudavam na área de informática” (Reis, 2007, p. 62), também se apoiavam estudando juntos para as disciplinas dos cursos em que ingressaram. Assim o Núcleo se consolidou, sempre buscando estratégias para a garantia do acesso e da permanência de estudantes negros na UFBA, sendo um dos protagonistas na construção das políticas de cotas na instituição.

Sobre os programas de permanência em curso na UFBA, a autora destaca os seguintes: Brasil Afroatitude, Incentivo à Permanência, Conexões de Saberes, Uniafro e Odara Ô Ilê Awá. Ela também cita bolsas de auxílio de permanência, sem elas provenientes da Fundação Clemente Mariani, Secretaria Municipal de Reparação e também da Fundação Palmares. “As bolsas, em geral, variam de R\$ 250,00 a R\$ 280,00 e possuem acompanhamento socioeducacional” (Reis, 2007, p. 59), porém ao todo são ofertadas cerca de duzentas bolsas, enquanto o número de estudantes cotistas é entorno de dois mil, o que mostra a necessidade de ampliação desses programas para que todos os estudantes possam ser atendidos.

“As políticas formais de permanência, se bem estruturadas, podem, de fato, garantir a educação de qualidade aos estudantes. Do contrário, a associação de gênero, raça e classe social contribui para uma seleção perversa, no interior do sistema de ensino, em que os estudantes de determinados segmentos vão sendo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

eliminados em um processo que Bourdieu e Passeron (1973) denominaram mortalidade escolar” (Reis, 2007, p. 64).

Tal mortalidade começa desde o Ensino Médio e se acentua ao longo do Ensino Superior, sem a cor e classe social, elementos determinantes ao longo da trajetória escolar dessas pessoas que evadem do sistema educacional. Assim, os estudantes negros cotistas, “podem ser culpabilizados por não terem sabido responder às oportunidades que lhes foram dadas” (Reis, 2007, p. 64).

Reis menciona o fato de que muitas Instituições de Ensino Superior até implementação do sistema de reserva de vagas destinadas as Ações Afirmativas, não possuíam “a informação sobre a condição racial dos alunos que ingressavam nos seus cursos” (Reis, 2007, p. 65), o que invisibilizou por muito tempo a desigualdade presente nas Universidades brasileiras reforçando mais ainda a desigualdade não somente racial, mas também de gênero e de classe dentro desses espaços.

Como considerações finais, Dyane Reis sinaliza a “urgência de políticas formais que assegurem a permanência de qualidade da população negra no ensino superior, sobretudo naqueles cursos considerados de maior prestígio” (Reis, 2007, p. 65). Apesar de os estudantes negros estarem mudando a cor da universidade tornando-a um espaço diverso e inclusivo, a permanência desses sujeitos e sujeitas nas instituições se mostra desafiadora em vários momentos de suas trajetórias acadêmicas.

4.1 Tornar-se negra dentro da universidade

Apesar de passar pelo processo de heteroidentificação, muitas pessoas que se autodeclaram negras ao ingressar no Ensino Superior através das Ações Afirmativas, não passaram pelo processo de afirmação de sua identidade racial, para muitas destas, tal afirmação chega durante seu processo formativo nos cursos de graduação, seja através de debates levantados dentro da instituição, conversas com outros colegas, leituras direcionadas, ou até mesmo nos eventos acadêmicos.

A psiquiatra, psicanalista e pesquisadora Neusa Santos Souza (2021), ao conectar psicanálise com a questão racial a partir de sua experiência de mulher negra, dedicou seu estudo à compreensão da vida emocional de pessoas negras no Brasil. Ao analisar histórias de vida de



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

peessoas negras em ascensão, Neuza Santos para além de assinalar os danos causados pelo racismo na vida das pessoas que por ela foram entrevistadas, também mostra as estratégias desenvolvidas em suas respectivas trajetórias de ascensão, evidenciando:

“O fato de estarem vivendo um processo de ascensão social numa sociedade multirracal, racista e de hegemonia branca, que paradoxalmente, veicula a ideologia de democracia racial, em contradição com a existência de práticas discriminatórias racistas” (Souza, 2021, p. 108).

Ainda no prefácio do livro de Neusa, o também psiquiatra e psicanalista Jurandir Freire Costa, afirma que ser negro é ser violentado de uma forma constante “por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e as ideias do ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (Costa, 2021, p. 25). Estes são os pilares do racismo, que atua de forma cruel e com afínco passando pelas mais diversas camadas que compõem a sociedade.

Para o autor, tal violência tem por objetivo destruir a identidade do sujeito negro através da “internalização compulsória de um ideal de ego branco” (Costa, 2021, p. 25), entretanto, este não corresponde as suas características biológicas. Assim, entre o ego e seu ideal, cria-se um abismo onde o a pessoa negra coloca em risco o seu próprio equilíbrio psíquico. Costa afirma que o ideal de ego branco é produto das experiências vividas por essas pessoas negras.

“Formado a partir de imagens e palavras, representações e afetos que circundam incessantemente entre a criança e o adulto, entre o sujeito e a cultura. O modelo de identificação normativo-estruturante com o qual ele se defronta é o de um fetiche: o fetiche do branco, da brancura” (Costa, 2021, p. 27).

Para a pessoa negra, os indivíduos brancos, apesar de diversos, simbolizam um modelo universal: a brancura. Uma vez seduzidos por esse fetiche, os sujeitos e sujeitas não brancos, se veem condenados “a negar tudo aquilo que contradiga o mito da brancura” (Costa, 2021, p. 28). Ao dizer que a brancura transcende o branco, o autor salienta que ao ser cravada na consciência negra “como sinônimo de pureza artística; nobreza estética; majestade moral; sabedoria científica” (Costa, 2021, p. 28), referencial de beleza e justiça, a brancura é tida como a representação da cultura, civilização e humanidade.

Tal ideologia de cor é apenas a superfície de uma questão ainda mais profunda relacionada a ideologia do corpo, ao repudiar sua cor, conseqüentemente a pessoa negra repudia seu corpo, a partir disso o racismo estabelece “uma relação persecutória entre o sujeito negro e



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

seu corpo” (Costa, 2021, p. 30). O que resulta na tentativa persistente em eliminar a causa do conflito, ou seja, “o sujeito vai controlar, observar, vigiar esse corpo que se opõe à construção da identidade branca que ele foi coagido a desejar” (Costa, 2021, p. 31). Uma vez que tal ideal é inalcançável, a amargura, o desespero e a revolta, tendem a traduzir-se em ódio da pessoa negra pelo seu próprio corpo.

Na tentativa de alcançar o ideal de ego branco, a pessoa negra transformar seu corpo utilizando artifícios como produtos químicos para alisar seus cabelos, pregadores de roupa no nariz para afina-los ou até mesmo aplicação de produtos que clareiam a pele. Outra tentativa de apagamento de seus traços negroides é a união sexual com outras pessoas brancas, o que representa “uma louca vingança, suicida e homicida, contra um corpo e uma ‘raça’ que, obstinadamente, recusam o ideal branco assumido pelo sujeito negro” (Costa, 2021, p. 31). Para alguns desses sujeitos, essa etapa é ultrapassada e agora não são mais os traços físicos que são alvos de mudanças e sim o comportamento:

“O sujeito já não tenta mais converter o corpo negro em corpo branco. Contenta-se em renegar o estereótipo do comportamento negro, copiando e assumindo um estereótipo de comportamento que pensa ser propriedade exclusiva do branco, e em cuja supremacia acredita” (COSTA, 2021, p. 37).

Uma vez que a construção do comportamento é plástica, negros e negras passam a moldar suas virtudes, atitudes, condutas ou até mesmo formas de se expressar, buscando assim por meio da ascensão social, maneiras de se inserir e ser respeitado dentro dos espaços de poder. Ao dialogar com Jurandir Costa, a autora do livro, Neuza Santos afirma que ao passar por esse processo, as pessoas negras pagam pelo preço do massacre se suas identidades, ao afastar-se “de seus valores originais, representados fundamentalmente por sua herança religiosa” (Souza, 2021, p. 46), assumindo que a única forma possível de “tornar-se gente” que é “tornar-se branco”.

Na tentativa de alcançar esse padrão, a pessoa negra se empenha em ser o melhor para assim de alguma forma minimizar o defeito que acredita ter e a partir daí ser aceito. “Para o negro, entretanto, ser o melhor, a despeito de tudo, não lhe garante o êxito, a consecução do ideal” (Souza, 2021, p. 73), uma vez que tal ideal é ser branco e ser branco não é possível. Essa situação pode causar culpa, pensamento de inferioridade, insegurança e angustia, sentimentos esses que a autora pôde observar nas experiências vividas por seus entrevistados que por muitas



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

vezes se sentiram “humilhados, intimidados e decepcionados consigo próprios por não responderem às expectativas que impõem a si mesmos” (Souza, 2021, p. 74) exatamente por não possuírem um ideal de ego realizável.

Ao trabalhar com a hipótese de que negros e negras, tem dificuldade de adquirir uma identidade egossintônica, essas pessoas que se encontram em um lugar de ascensão social, constroem uma identidade que se baseia pela simbologia da brancura. Para a autora, “essa identidade é contraditória; ao mesmo tempo que serve de aval para o ingresso nos lugares de prestígio e poder, o coloca em conflito com sua historicidade, dado que se vê obrigado a negar o passado e o presente” (Souza, 2021, p. 113), passado por negar sua própria cultura e ancestralidade e presente quando se fala da sua expectativa em não sofrer mais discriminação racial.

O trabalho da psicóloga aponta a possibilidade da construção de uma nova identidade de pessoas negras a partir do reconhecimento e da valorização de sua origem étnico racial, uma vez que “construir uma identidade que lhes dê feições próprias, fundada, portanto, em seus interesses, transformadora da história – individual e coletiva, social e psicológica” (Souza, 2021, p. 116), tal consciência, seria o caminho para enfrentamento e subversão de um sistema que perpetua desigualdades e violências contra a população negra. Para ela:

“Ser negro é tomar posse dessa consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (SOUZA, 2021, p. 115).

Nos relatos presentes nos memoriais das colaboradoras, é possível observar que essa tomada de consciência juntamente com o “tornar-se negra” chegou dentro do espaço universitário. Seja por meio da interação com outros colegas, pelo conteúdo ministrado em sala de aula, que por muitas vezes poderia trazer à tona a temática étnico-racial, por eventos que aconteciam dentro da instituição ou até mesmo por conversas com as próprias professoras e professores de seus respectivos cursos. Como foi o caso de Conceição Evaristo, que por meio do reforço de identidade que recebia de seu professor, tomou consciência de sua cor, como aparece no fragmento a seguir:

“Eu não tinha consciência de ser uma pessoa negra, tanto que no processo de seleção coloquei que era parda, mas após ter contato com o professor que me incentivou, ele sempre falava que éramos negros e não pardos, eu fui entendendo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

e aceitando, tanto que hoje digo sem medo que sou uma mulher preta” (Conceição Evaristo, 2023).

Conceição traz uma reflexão importante acerca da presença de professoras e professores negros dentro do espaço universitário, não somente no sentido de também ocupar esses espaços, mas também como figuras de representação não somente para os estudantes cotistas e estudantes negros, mas também para todos os discentes da instituição, uma vez que a naturalização de corpos diversos dentro do ambiente universitário precisa ser cada vez mais naturalizada.

Ao desenvolver tal consciência racial e se entender como uma mulher negra, Conceição levou a questão para amigos e familiares, uma vez que muitos se referiam a ela como uma mulher morena, em qualquer situação seria entende-la como uma pessoa que não faz parte do grupo étnico racial ao qual ela pertence e se identifica.

“Assim pude entender que não sou uma mulher morena e sim uma mulher negra, e também explicar aos amigos e parentes que essa cor nem existe e temos que nos aceitar como realmente somos e não ter vergonha das nossas origens” (Conceição Evaristo, 2023).

Ela ainda reforça a importância de valorizar nossas origens e da autoaceitação, pontos que também aparecem no relato de Maria Firmina. De acordo com o que consta em seu memorial, ela já entrou na universidade com a consciência de que era uma mulher negra, porém, só sempre teve consciência de que era negra, porém só passou a dar valor positivo para sua negritude quando estava dentro da universidade.

“Eu sempre soube que era negra. A questão de se ver de forma mais positiva, veio mais durante o processo de graduação. Acredito que o ato de estudar em si sempre deve tratar de evolução. Ter pessoas ali tratando das lutas, diversidade e respeito, é comum que faça o ser humano se ver com mais respeito e ver o outro também com mais respeito” (Maria Firmina dos Reis, 2023).

Ter acesso ao espaço acadêmico traz um entendimento sobre questões étnico raciais não somente para as pessoas negras que ali estão, mas também para as pessoas não negras que se encontram nesses espaços. O que justifica a importância e a necessidade de que debates acerca da temática ocorram de forma comprometida e engajada dentro da universidade. Para que situações como a que Maria nos conta a seguir, não sejam naturalizadas.

“Comigo eu acredito que talvez a imagem não falasse de cara, tipo se fosse uma pessoa branca talvez um outro perfil, com um jeito de falar, digamos,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

mais forte alguma coisa do tipo, passasse uma mensagem de credibilidade. Eu costumo dizer que todas as coisas que eu conquistei foram mais valorizadas depois que as pessoas me conheciam, conheciam minha inteligência, competência, mas de cara assim você vê que se não precisasse ninguém falar nada para escolher você para alguma coisa, elas não iriam te escolher de cara. Acredito que comigo a mensagem percebida de credibilidade, inteligência e etc, costumava vir após momentos de interação, raramente eu era escolhida de cara para fazer parte de algo, mas as pessoas passavam a valorizar mais depois que me conheciam, depois que conhecia minhas competências” (Maria Firmina dos Reis, 2023).

Neste fragmento se percebe que Maria já tinha consciência de que apesar de suas qualidades e competências, nem sempre era vista como primeira opção de escolha em algumas situações, isso reflete em uma possível dificuldade para a realização de trabalhos em grupo, onde principalmente nos primeiros meses do curso, a turma ainda não se conhecia o suficiente para formar grupos a partir das subjetividades de seus colegas e sim por suas características físicas.

Outro ponto que a colaboradora trás e que merece atenção, é o fato de alguns colegas atribuírem beleza para as pessoas que estudavam em outras instituições de Ensino Superior da cidade. Uma delas, a Faculdade de Ensino Superior de Florianópolis (Faesf), por ser uma instituição privada, tem o perfil de seus estudantes que se diferencia do perfil de estudantes presentes nas instituições de Ensino Superior Públicas da cidade, se diferenciando não somente em características físicas, mas também no perfil socioeconômico.

“Uma situação de observância quando eu via alguns colegas comentarem que a Universidade Federal e FAESF tinham mais pessoas bonitas. Estes pontos de bonito quando era exemplificado, normalmente eram pessoas brancas, de olhos verdes, cabelos lisos...” (Maria Firmina dos Reis, 2023).

Ela traz exemplos de características físicas que ao longo do tempo foram construídas como sinônimo de beleza, entretanto estas características estão ligadas à representação física de pessoas brancas. Por muito tempo o branco foi tido como referencial de belo, pessoas que não se enquadram dentro desse referencial, não estariam dentro do grupo de possuidores de beleza, logo entende-se que os negros e negras não se enquadram no grupo do belo.

O processo de tornar-se negra não foi diferente para Carolina Maria de Jesus, assim como Conceição, antes de ingressar no Ensino Superior, ela também se identificava como morena, porém, ao longo de sua trajetória dentro da instituição, ela teve acesso a eventos científicos que serviram de alicerce para a formação de sua identidade de mulher negra. Em seu



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

relato, pude perceber que participar desses eventos foram decisivos para que ela se afirmasse e tivesse certeza de sua autodeclaração, que vale lembrar, foi questionada ainda desde o momento de sua matrícula.

“Sempre me denominava como “morena”, mas na graduação pude entender melhor sobre questões étnico raciais. Sem sombra de dúvidas a universidade foi um lugar que contribuiu para a formação da minha identidade. Uma vez participei do evento que se chama África Brasil como ouvinte em Teresina, e isso me trouxe bastante conhecimento. Comecei a construir minha identidade nos eventos da própria universidade sobre história e questões raciais, todo esse conhecimento e troca de informações contribuíram para o meu eu interior. Portanto, digo que o Ensino Superior foi muito importante nesse sentido”
(Carolina Maria de Jesus, 2023).

A passagem dessas mulheres negras pelo Ensino Superior, foi importante não somente no sentido de qualificação para o mercado de trabalho, mas também para a construção de suas identidades e consequentemente na melhoria de autoestima, na forma como elas se percebem e percebem seus corpos dentro dos mais diferentes contextos sociais, desde o seio familiar ao ambiente de trabalho e entre os amigos, como uma mulher negra que sou, posso dizer que depois que somos atravessadas pela consolidação de nossas identidades, a nossa relação com o outro e com nós mesmas é outra. Como diz Neusa Santos:

“Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar a sua história e recriar-se em suas potencialidades”
(Souza, 2021, p. 46).

Ao analisar o relato dessas mulheres consigo perceber que elas estão exatamente no momento de resgate de suas histórias e recriando suas potencialidades, imagino que tal processo tenha se iniciado antes mesmo do ingresso na universidade, pensar a possibilidade de ocupar um espaço dentro do Ensino Superior, já é um sinal de afirmação de seus potenciais como estudantes, sair da casa dos pais para morar em uma cidade desconhecida também afirma isso, assim como conseguir o diploma apesar das adversidades também é um sinal que (re)afirma as potencialidades dessas mulheres.

Ainda falando sobre adversidades, como se já não bastassem as dificuldades com disciplinas específicas, a precariedade de recursos financeiros para de manter em seus respectivos cursos de graduação, o transporte precário, a ausência de um Restaurante Universitário no campus e a saudade da família, no período que marcava a reta final do curso



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

dessas mulheres, elas e toda a comunidade uespiana passaram a ter aulas em regime remoto, uma vez que o mundo enfrentava uma pandemia da COVID-19.

Com o alarmante aumento de casos e mortes em decorrência de complicações no quadro de saúde das pessoas que contraíam o vírus, surgiu a necessidade de isolamento social e medidas sanitárias foram adotadas e orientadas pelo Ministério da Saúde. Entre elas estavam “o distanciamento social, o uso de máscaras ao sair de casa, a lavagem das mãos com frequência” (Aguiar, 2023, p. 10) e também a paralisação de atividades consideradas como não essenciais, sendo uma delas, as atividades escolares, desde a Educação Básica ao Ensino Superior.

Ao aderir um formato de ensino ao qual não estavam habituados, professoras, professores, alunos e alunas tiveram que se adaptar ao ambiente virtual para dar sequência as aulas. A utilização de itens como computadores, celulares e redes que possibilitem a conexão desses aparelhos a internet, que antes já existia, se tornou decisiva para que as aulas acontecessem, bem como o preparo dos profissionais para a utilização de plataformas de videoconferência.

Entretanto, essa mudança repentina do regime presencial para o remoto, evidenciou mais ainda a questão das desigualdades sociais dentro do ambiente acadêmico, nem todos os discentes tinham acesso aos itens básicos necessários para participar das aulas, outro agravante foi que no momento da pandemia, muitas pessoas ficaram desempregadas, uma vez que houve um desligamento em massa dos trabalhadores que pertenciam aos setores que tiveram seu funcionamento paralisado.

Na tentativa de diminuir tais desigualdades e evitar o aumento no número de evasão entre seu corpo discente, a UESPI ofertou três principais subsídios: Programa Auxílio Moradia em caráter emergencial; Programa Auxílio Inclusão Digital nas Modalidades Empréstimo de equipamento (tablet) e Auxílio Pecuniário no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) para compra de equipamento (Medeiros e Guimarães, 2023, p. 11400).

Nos memoriais das colaboradoras, não houve relato sobre o período pandêmico no que se refere a reta final de suas trajetórias de estudantes da universidade estadual, mas vale ressaltar que elas encerram seus respectivos cursos no período que correspondia ao ano letivo de 2019 e a pandemia juntamente com a doção do ensino remoto ocorreram a partir do ano de 2020. A seguir serão apresentados os relatos sobre a pós permanência dessas mulheres na universidade.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

5. TERMINEI O CURSO, E AGORA?

Partindo da análise dos memoriais e de informações coletadas com as colaboradoras, este capítulo se propõe a observar e refletir como se encontram essas mulheres negras agora com o status de egressas da Universidade Estadual, dando ênfase em como elas estão posicionadas no mercado de trabalho, agora com a escolaridade em um nível mais elevado do que o do Ensino Médio e se após o término do curso de graduação, alguma delas está inserida no processo de formação continuada.

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigência 2022-2026, a UESPI estabelece metas para a Política de Ações de Acompanhamento de Egressos (PAE) no quadriênio de 2022 a 2025, trazendo consigo propostas de ações que ampliem e consolidem o acompanhamento das suas e dos seus estudantes egressos, para uma melhor visualização, optei por sistematizar essas metas e ações na tabela que se apresenta a seguir:

Tabela 10: Metas das Políticas de Ações de Acompanhamento de Egressos para o Plano de Desenvolvimento Institucional – 2022 a 2026 da UESPI

METAS	AÇÕES
Aumentar a interatividade entre os egressos e a UESPI e entre si.	Criar um portal de ex-alunos e uma associação de ex-alunos. Implantar informações que indiquem vantagens e benefícios que os egressos podem obter.
Mobilizar egressos para a participação em eventos acadêmicos, artísticos e culturais promovidos pela UESPI especialmente no âmbito do curso.	Divulgar programas de estágios. Concessões de bolsa de estágio e intercâmbio, contratação de formandos para treinar, celebração de parcerias com empresas e empregadores, auxílio a programas sociais, fomento à ações de voluntariado, gestão de grupo, turmas de discussão de egressos, adesão voluntária para a participação em grupos de pesquisa e extensão, retorno à IES para estudar em cursos de pós-graduação atualização ou outros oferecidos pela universidade.
Alimentar periodicamente o sítio do PAE.	Acrescentar no link notícias; “retorne” (eventos) e um link para cursos e programas de pós-graduação; utilidades (guia telefônico da IES, aba para concursos literários).
Abordar aos concluintes de graduação a cada semestre pela lista de formandos.	Solicitar lista de formados às coordenações de curso a cada semestre.
Apresentar aos núcleos docentes estruturantes os resultados obtidos nas pesquisas.	Reunir com os NDES dos cursos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Aprimorar a relação com as entidades de classe.	Manter contato com os conselhos, sindicatos e associações de classe dos profissionais formados pelos cursos da UESPI.
Consultar as instituições empregadoras.	Aplicar questionários com instituições empregadoras.

Fonte: PDI, 2022.

A tabela traz metas e ações que se concretizadas podem auxiliar no monitoramento dos estudantes egressos da instituição, o que pode ajudar na avaliação da qualidade do ensino que está sendo ofertado na universidade, em como esses estudantes estão se inserem no mercado de trabalho e quais as condições das instituições empregadoras em que eles estão, bem como manter os egressos informados sobre a oferta de cursos de pós graduação, bolsas, eventos acadêmicos e até mesmo processos seletivos.

Este acompanhamento auxilia no desenvolvimento de pesquisas como esta, que visam mapear a trajetória de estudantes não somente dentro da universidade, mas também buscam verificar como estes se encontram após o término de seus respectivos cursos de graduação, principalmente quando se pensa nos lugares que eles ocupam dentro do mercado de trabalho, já que agora com o diploma eles estariam qualificados para ocupar cargos de maior prestígio.

Em seu livro “O Pacto da Branquitude” a autora Cida Bento, relata durante o período que trabalhou como psicóloga organizacional e recrutadora de pessoal em uma empresa, identificou que apesar de também qualificadas, as pessoas negras não tinham as mesmas condições de ingresso no mercado de trabalho quando comparadas com pessoas brancas. Para a autora não era difícil perceber “o perfil de candidatos considerados adequados para as posições mais elevadas na hierarquia das instituições” (Bento, 2022, p. 9), assim como as organizações sempre se viam bem representadas na imagem de pessoas brancas.

Por fazer parte da estrutura que compõe a sociedade, este fenômeno acontece em todas as esferas sociais, seja no mercado de trabalho, nas universidades, no poder público ou em qualquer outro espaço de poder, ao que parece, existe uma cota não explicitada de 100% para brancos” (Bento, 2022, p. 10). O que reflete a desigualdade racial presente no país e evidencia a herança escravocrata nas instituições e na história do Brasil, para Cida Bento, “não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos” (2022, p. 14), uma vez que o grupo se encontra em um lugar de privilégio quando comparado ao outro.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

“É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro” (Bento, 2022, p. 15).

As relações de dominação entre gênero, raça, classe e origem, fazem a manutenção de pactos narcísicos silenciosos que garantem a perpetuação não somente da desigualdade, mas também na reprodução de privilégios entre as várias gerações de pessoas brancas. Se concentrando nos pactos narcísicos que mantêm a branquitude, a autora diz que ao longo de sua experiência em diferentes instituições e empresas, encontrou uma certa similaridade “na estrutura e no modus operandi quando o assunto são relações de raça e gênero” (Bento, 2022, p. 16).

Apesar de construírem narrativas sobre valorizar a diversidade entre seu quadro de funcionários “as instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que tornam homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistemas de valores” (Bento, 2022, p. 18), mas também o perfil de seus empregados, construindo um espaço composto, majoritariamente por homens heteros cis brancos e sem deficiência.

Este fenômeno atravessa gerações e acontece graças ao “pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas” (Bento, 2022, p. 18), e visa manter esses privilégios. O pacto da branquitude “possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o ‘diferente’ ameaçasse o ‘normal’, o ‘universal’” (Bento, 2022, p. 18), sendo esse sentimento de ameaça o elemento fundante que mantém firme a base do preconceito e do racismo.

Baseando-se no discurso da meritocracia, esse pacto narcísico defende “que cada pessoa é a única responsável por seu lugar na sociedade, seu desempenho escolar e profissional” (Bento, 2022, p. 21), sem levar em consideração o contexto histórico e social em que cada uma delas está inserida. E quando se fala em contexto histórico se torna importante pensar e questionar o silenciamento sobre atos vergonhosos como assassinatos e violações cometidos por antepassados brancos que geraram impactos positivos no presente de seus descendentes.

Essa herança escravocrata “é usufruída pelas novas gerações brancas como mérito de seu grupo, ou seja, como se não tivesse nada a ver com os atos anti-humanitários cometidos no período da escravidão” (Bento, 2022, p. 24). Assim as pessoas brancas que herdaram esses



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

méritos acabam por beneficiar seus semelhantes, seja de forma concreta ou simbólica, fazendo assim a manutenção de seu grupo no lugar do privilégio e excluindo os diferentes, ou seja, os que eles julgam não merecedores.

Porém, grande parte dessa população branca que ocupa os lugares de prestígio, principalmente no âmbito profissional, não está preparada para abrir mãos de seus privilégios ao reconhecer que pessoas negras são tão ou até mais qualificadas quanto elas para ocuparem cargos de liderança dentro das instituições e empresas privadas. “Assim, falar sobre a herança escravocrata que vem sendo transmitida através do grupo, mas silenciada, pode auxiliar as novas gerações a reconhecer o que herdaram naquilo que vivem na atualidade” (Bento, 2022, p. 25), o que pode abrir espaço para a resolução de conflitos e para a construção de uma nova história que avance para outros espaços civilizatórios.

Quando se articula a questão racial com a questão de gênero, podemos perceber que a vida das mulheres negras é afetada diretamente uma vez que “nas estatísticas sobre desigualdades no mercado de trabalho se constata uma invariável: mulheres negras ocupam a base da pirâmide, com os menores salários e cargos mais baixos” (Bento, 2022, p. 83), um grande exemplo disso é o caso das empregadas domésticas, que em sua maioria são representadas por mulheres negras “revelando permanência nas mesmas atividades realizadas na cozinha da casa-grande, e muitas vezes recebendo tratamento similar ao que suas ancestrais receberam” (Bento, 2022, p. 81).

Na tentativa de romper com essa dinâmica estrutural, muitas mulheres negras tem buscado aumentar seu nível de qualificação profissional para conseguir ocupar cargos de maior prestígio dentro do mercado de trabalho, o que garantiria melhores condições de vida para elas, mas também para seus familiares. Nesse trabalho trago o exemplo das três colaboradoras que projetaram seu ingresso no Ensino Superior como uma oportunidade de ascensão social.

Porém, mesmo tendo alcançado o status de graduadas, adquirir o diploma, muitas vezes não é sinônimo de garantia de emprego na área de formação, um exemplo disso, está no relato de Conceição Evaristo que mesmo tendo procurado emprego como professora, não obteve sucesso de imediato, tendo que procurar outra alternativa para garantir sua renda mensal e se manter financeiramente.

“Tive dificuldade após concluir a graduação, tentei em escolas particulares e seletivos em públicas sem sucesso, então tive que procurar outra



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

alternativa de conseguir meu salário todos os meses. Mas atualmente estou trabalhando na área após 2 anos de formação e me sinto muito realizada em exercer a profissão que sempre sonhei” (Conceição Evaristo, 2023).

Somente dois anos após ter recebido seu diploma que Conceição conseguiu um trabalho que correspondesse sua formação acadêmica, se mostrando muito feliz e realizada com seu trabalho. Assim como Maria Firmina, que ao se destacar enquanto estagiária dentro da empresa, conseguiu se manter como funcionária após o término de seu curso de graduação, assumindo cargos efetivos.

“Ser participativa na universidade e conseguir alguns destaques me possibilitou um estágio remunerado antes de terminar a universidade e após o estágio consegui uma efetivação onde assumi o cargo de assistente de marketing e depois analista de marketing. No final de 2023 (ano deste relato) fiz uma transição de emprego e empresa onde passei a assumir o cargo de coordenadora de marketing. O diploma veio para validar o que estudei e logo as teorias se transformaram em competência quando executei na prática” (Maria Firmina dos Reis, 2023).

Ela acredita que seu desempenho e dedicação lhe renderam reconhecimento tanto dentro da universidade como no ambiente de trabalho, mesmo tendo mudado de emprego, continuou trabalhando dentro de sua área de formação. Vale ressaltar que diferente do que é trazido por Cida Bento, Maria Firmina ocupa um cargo de liderança dentro da empresa, o que nos mostra que apesar da persistência da branquitude em manter os seus nesses postos de destaque, esse cenário vem apresentando mudanças, que apesar de pequenas, são significativas.

Para Carolina Maria de Jesus, apesar de não ter sido no cargo de professora, ela ingressou no mercado de trabalho ocupando um cargo que se relacionava com sua formação, porém ela chama atenção para o fato de ter sido indicada por sua tia e refletiu que mesmo tendo o diploma, não foi contratada por sua qualificação profissional e sim por ter conhecidos que lhe possibilitaram acesso ao cargo em que ingressou.

“No meu primeiro emprego CLT, eu só consegui o cargo por causa do meu diploma, numa empresa em que o referido cargo de inspeção sanitária, só entrava pro setor quem tinha “conhecidos”. Vale ressaltar que eu consegui o trabalho porque minha tia me indicou, ou seja, mesmo sem o diploma, provavelmente eu conseguiria o cargo, isso causa um senso de injustiça, pois o meu conhecimento não era o mais importante para ser selecionada. Mas, para alguns outros cargos, no cenário atual do país, não tem ajudado muito ter diploma. As empresas querem um bom profissional, mas não querem pagar a mais por sua qualificação. Sigo me especializando e estudando, afinal, eu quero trabalhar na minha área, foi isso que incentivou a concluir na graduação e me incentiva a ir em busca do mestrado. Até porque não foi fácil conseguir esse diploma” (Carolina Maria de Jesus, 2023).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

A partir de seu relato posso perceber uma certa frustração com o fato de não ter sido contratada por ser considerada apta para o cargo e sim por conhecer a pessoa certa. Em sua escrita ela faz um desabafo sobre como ter diploma nem sempre ajuda quando se fala no ingresso no mercado de trabalho e como mesmo qualificada a empresas não querem pagar salários que sejam correspondentes com a formação profissional de seus funcionários.

Carolina afirma que não foi fácil conseguir o diploma e sinaliza que segue estudando, agora com o objetivo de ingressar em um mestrado, a partir de sua fala pode-se notar seu interesse em continuar sua formação como professora, expandindo suas possibilidades através da formação continuada. De acordo com a tabela x, as três colaboradoras, mesmo tendo ingressado no mercado de trabalho após a conquista do diploma, as três colaboradoras seguiram se qualificando através do estudo.

Tabela 11 – Fluxo de Trajetória Escolar de Pós-Permanência

NOME	FORMAÇÃO CONTINUADA	CIDADE	ANO
Conceição Evaristo	Especialização em Ensino de Ciência na Educação Básica	Semipresencial	2021
Maria Firmina dos Reis	Pós Graduação em andamento na área de gestão - MBA em planejamento e estratégia Organizacional	Florianópolis - PI	2021
Carolina Maria de Jesus	Pós Graduação em Análises Clínicas e Microbiologia	EAD	2023

Fonte: a autora, a partir de dados fornecidos pelas colaboradoras.

Observando a trajetória escolar de pós-permanência das colaboradoras, pude perceber que não somente Carolina Maria continuou sua formação escolar, Conceição e Maria Firmina também continuaram estudando dentro de suas respectivas áreas de formação. Durante o período da graduação elas tinham que conciliar seus estudos com as atividades do estágio, agora conciliam os estudos com suas atividades profissionais.

Nenhuma delas entrou em detalhes sobre a carga horária de seus cursos e nem sobre a carga horária de trabalho, mas se imagina que é preciso muito esforço, dedicação e comprometimento para conseguir ter um bom desempenho tanto na área profissional, quanto em seus estudos. Esse fator revela que apesar de terem conquistado o diploma, essas mulheres negras ainda se preocupam em continuar seu processo de qualificação profissional.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Na tentativa de investigar o que essas mulheres almejam em seus futuros, ao final das instruções sobre como seriam elaborados os memoria autobiográficos, eu coloquei a seguinte pergunta: “Como você se imagina daqui há 10 anos?”. Conceição afirmou que se imagina concursada e trabalhando em sua área, de certa forma ela já alcançou parte desse objetivo, pois já atua como professora.

“Me imagino concursada e trabalhando na minha área de formação realizando meu sonho e estabilizada financeiramente, buscando mais conhecimentos na área, me vejo casada, com filhos e realizada na vida pessoal e profissional” (Conceição Evaristo, 2023).

Ela também expõe seu desejo de se tornar mãe e construir uma família, acreditando que isso lhe trará realização tanto no âmbito profissional como no pessoal, uma vez que uma área pode afetar a outra. Enquanto isso, maria Firmina projeta um futuro onde terá um empreendimento em sua cidade natal, ela enfatiza o desejo de que esse projeto esteja relacionado a algo voltado para a comunidade.

“Tratar de metas, sonhos ou objetivos é importante e ao mesmo tempo delicado são muitas constantes que estão rodeando o ambiente que a gente convive, mas daqui a 10 anos eu me vejo digamos que com algum empreendimento, seja em sociedade ou sozinha e me vejo empreendendo com algum projeto voltado a comunidade. Eu já começo falando da minha própria casa, eu tenho quatro irmãos e quero ver todos bem e evoluindo comigo e não se trata só dos seus, se trata também da comunidade. Eu sou de Regeneração- PI e uma motivação para empreender no lado social, com projetos para a comunidade é porque sei a importância de as pessoas terem um direcionamento positivo e melhores perspectivas de futuro, isso transforma vidas” (Maria Firmina dos Reis, 2023).

Ela também enfatiza que quer ajudar seus irmãos para que todos vivam bem, dando esse mesmo objetivo para o projeto que idealiza desenvolver em sua cidade. Esse sentimento de alguma forma devolver para a comunidade as conquistas que adquiriu com a ascensão social é muito comum entre os jovens de origem humilde e periférica, uma vez que foi através de oportunidades criadas por outras pessoas, que muitos deles conseguem alcançar seus objetivos e no futuro, se tornar uma dessas pessoas que incentivam e oportunizam melhoria para sua própria comunidade é motivo de orgulho. Já Carolina, imagina um futuro onde se torna professora universitária e assim como Conceição, deseja estar concursada.

“Me imagino concursada em algo voltado para minha área, com mestrado e doutorado. Gostaria de lecionar no Ensino Superior. São as minhas metas para os próximos 10 anos” (Carolina Maria de Jesus, 2023).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Almejar um cargo público manifesta o desejo de estabilidade financeira, uma vez que este seria sinônimo de melhores condições de trabalho e conseqüentemente, melhores condições de vida. Vale ressaltar, que assim como existem leis que regulamentam a reserva de vagas para o ingresso de candidatos negros e pardos no Ensino Superior, também existe uma normativa no mesmo sentido para ingresso nos cargos públicos, sendo esta, a Lei nº 12.990/2014 reserva 20% das vagas de concursos públicos para cargos efetivos para candidatos autodeclarados negros ou pardos.

Durante a escrita desse trabalho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 14.723/2023 que reformula a Lei de Cotas (12.711/2012), tornando permanente nas universidades e institutos federais, a reserva de vagas para negros, pardos, indígenas, pessoas com deficiência, estudantes egressos de escola pública e passando também a incluir pessoas quilombolas.

A Lei que reserva 50% das vagas ofertadas nas instituições federais, determina que os candidatos passarão a concorrer as vagas reservadas para cotistas, apenas se não alcançarem as notas necessárias para o ingresso por ampla concorrência. Os estudantes cotistas também terão prioridade no acesso de bolsas de permanência e demais formas de auxílio estudantil. Outra mudança significativa que a normativa propõe é a adoção das Ações Afirmativas também nos Programas de Pós-Graduação, ampliando assim as possibilidades de formação continuada dos estudantes egressos das graduações.

Podemos perceber que no tange as Ações Afirmativas, avanços significativos vêm acontecendo nos últimos anos, entretanto, é preciso pensar para além do acesso de determinados grupos tanto no Ensino Superior. Apesar da garantia de ingresso nesses espaços, é preciso pensar na qualidade de permanência dessas pessoas dentro do ambiente acadêmico, uma vez que várias adversidades são enfrentadas ao longo do percurso formativo dessas e desses estudantes.

Também é realizar o acompanhamento da situação desse grupo enquanto egressos das instituições, para avaliar a forma como esses profissionais estão inseridos no mercado de trabalho, bem como as condições de emprego em que eles se encontram, fazer esse movimento, também é afirmar a efetividade das políticas de cotas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, apresentou dados que abraçam a mudança de posição coadjuvante que as mulheres ocupavam em instituições públicas de Ensino Superior brasileiras até meados dos anos 1980. Através deste, foi possível notar uma “coincidência” enquanto adesão às políticas de Ações Afirmativas das instituições piauienses, uma vez que ambos os sistemas de reserva de vagas, tanto Federal quanto Estadual, levam em consideração a condição identitária de pessoas racializadas mediante a intersecção entre situação socioeconômica e a autodeclaração de candidatas e candidatos negros que frequentaram instituições de ensino públicas durante a Educação Básica, ou seja, mesmo se autodeclarando como pessoas negras, nessas instituições, os estudantes oriundos de escolas da rede privada, não podem concorrer as vagas reservadas para as Cotas Raciais.

A partir do cenário piauiense, foi possível comprovar que entre os anos de 2016 e 2019, as mulheres foram maioria em total de aprovações e ingressos, número total de matrículas, bem como estudantes detentoras de grau acadêmico, estas transformam o espaço universitário enquanto buscam qualificação para melhor se colocarem no mercado de trabalho. No entanto, nota-se que ainda existem áreas de formação acadêmico-profissionais estigmatizadas pelo sexo, como exemplo temos à maioria de mulheres nos cursos de Pedagogia e Enfermagem, enquanto no curso de Ciências da Computação existe a presença predominante de representante do sexo masculino. Este contexto presente no *Campus* de Floriano comunga àqueles observados em todo o Piauí, assim como numa perspectiva nacional.

Após a comprovação de que as mulheres negras representavam a maioria de estudantes cotistas que ingressaram em 2016 no *Campus* Dr^a Josefina Demes, este estudo buscou investigar razões individuais de acesso, permanência e pós permanência dessas, que hoje se encontram com o status de estudantes egressas da instituição. Para isso, após mapear e identifica-las foi feito um convite para que elas participassem da pesquisa como colaboradoras, uma vez que o estudo se firma a partir de subjetividades que por elas foram escritas em memoriais autobiográficos. Através desses foi possível encontrar marcadores comuns que estavam presentes nas trajetórias acadêmicas das três colaboradoras que aqui foram nomeadas Conceição Evaristo, Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Após a leitura e análise dos memoriais, foram encontradas adversidades comuns durante a trajetória acadêmica dessas mulheres, a primeira ocorreu antes mesmo do ingresso no Ensino Superior, pois para pleitear uma vaga na Universidade, era necessário prestar o Exame Nacional do Ensino Médio. Entretanto, as colaboradoras sinalizam uma dificuldade relacionada ao o nível de conhecimento exigido no exame, pois este não correspondia ao nível de ensino das escolas públicas em que elas haviam estudado, fator que por si só já dificultou o acesso não somente dessas mulheres, mas também refletindo no desempenho de todos os estudantes oriundos da rede pública que também prestaram o exame.

Outro marcador comum entre as experiências das colaboradoras, está na mudança de cidade para poder frequentar seus cursos de forma regular, uma vez que não seria viável ir e voltar de seus respectivos municípios de origem todos os dias para assistir as aulas. Essa mudança de cidade causou um certo estresse, uma vez que elas não conheciam o município de Florianópolis e apesar de conhecer algumas pessoas, na maior parte do tempo, elas tinham que realizar não somente a ida para a universidade, mas toda a locomoção dentro da cidade, sozinhas.

Fator este, que evidenciou a precariedade do serviço de transporte coletivo de Florianópolis, que funcionava com a frota e rota reduzidas, causando ainda mais transtornos no trajeto dessas estudantes até a Universidade. Para poder chegar aos seus compromissos dentro do horário, as colaboradoras tinham que sair de casa bem antes no horário, porém ir para o ponto de ônibus mais cedo não era sinônimo de conforto, pois o calor excessivo e a quantidade de pessoas dentro do ônibus, não tornavam o percurso mais cômodo, principalmente em horários específicos, já que o uso do transporte não era exclusivo dos estudantes uespianos, o transporte também atendia trabalhadores, estudantes de outras Instituições e parte da população da cidade.

No relato dessas mulheres também esteve presente a dificuldade em algumas disciplinas específicas, Maria Firmina teve que dedicar mais horas de seus dias aos estudos, enquanto Conceição Evaristo, mesmo tendo se dedicado, acabou reprovando em uma disciplina. Isso mostra que apesar de ingressar no Ensino Superior, a permanência dessas mulheres é marcada por acontecimentos que podem levar a desistência dessas estudantes cotistas.

Um exemplo disso, foi o fato de Carolina Maria de Jesus ter trancado o seu curso por um semestre por falta de recursos financeiros que custeassem a sua moradia na cidade, ela conta



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

que ter sido bolsista do PIBIC foi muito decisivo para o seu retorno ao curso. Vale ressaltar que as três mulheres negras colaboradoras deste estudo foram bolsistas em algum momento de suas trajetórias como estudantes da UESPI, porém nenhuma dessas bolsas foi concedida exclusivamente pela condição delas de estudantes cotistas.

Apesar de possuir políticas de Assistência Estudantil como o Bolsa Trabalho, Auxílio Moradia e Auxílio Alimentação, que buscam garantir a permanência de seus estudantes, a UESPI não consegue atender a demanda em quantidade de bolsas ofertadas, fato que inviabiliza a permanência de um número expressivo de alunos na Instituição, principalmente aqueles que tem que se mudar de outras cidades para a cidade de funcionamento do *campus*. Os estudantes cotistas por sua vez, são um exemplo de estudantes que também são afetados, pois em sua maioria já se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e não tem condições de arcar com despesas básicas, o que resulta na evasão desse grupo do meio universitário.

As bolsas de mostraram como um fator significativo para a permanência das colaboradoras na UESPI, mas não se pode deixar de observar a presença de redes de apoio que se mostraram como diferenciais para que elas alcançassem o término da graduação. Os familiares que se organizaram para custear a ida dessas mulheres para a cidade de Floriano, os amigos e amigas de turma que de alguma forma serviram de apoio ao longo do percurso dentro da universidade, seja trocando informações relacionadas as aulas, oferecendo carona, alimentação e até mesmo na troca de materiais como apostilas.

O apoio de professores tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior, em algum momento da trajetória das colaboradoras, também serviu como alicerce de fortalecimento e afirmação das mesmas dentro do espaço escolar, seja no encorajamento para prestar o ENEM, na afirmação de identidade de pessoa negra, ou no apoio do estudo. Assim, pôde ser constatado que familiares, colegas, professores e professoras formaram redes de apoio não somente financeira como emocional, uma vez que o período de graduação é marcado por adversidades que perpassam a questão financeira e de logística, quando se pensa o acesso e a permanência dessas mulheres na Universidade.

Sobre a pós permanência das colaboradoras, pude observar que as três estão inseridas no mercado de trabalho, duas delas trabalhando em suas respectivas áreas de formação. Conceição Evaristo voltou para sua cidade natal, Landri Sales onde atua como professora da



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

rede básica. Maria Firmina dos Reis permaneceu em Floriano e no período de escrita desse trabalho estava ingressando em uma nova empresa, porém continuava em uma área relacionada a administração. Já Carolina Maria de Jesus, se mudou para Brasília, não detalhou suas atuais condições de trabalho, mas segue afirmando sua busca pelo ingresso em uma vaga de trabalho que seja correspondente a sua área de formação. Um ponto que merece destaque é que apesar de já terem terminado o curso de graduação, as três colaboradoras continuaram o seu processo de formativo, uma vez que ingressaram em cursos de especialização. Portanto, apesar de já possuírem o status acadêmico de graduadas, elas seguem no processo de formação continuada.

Pude observar que para além da ascensão social e o ingresso no mercado de trabalho, o acesso à universidade trouxe uma mudança na forma como elas próprias se viam, gerado juntamente pelo fortalecimento da identidade de mulher negra e o entendimento da intersecção entre a dimensão étnico-racial e de gênero, já que as vivências das três colaboradoras, é atravessada pelo duplo lugar de mulher e negra, dentro e fora da Universidade.

Outros dois pontos de atravessamento que podem ser citados são: a situação socioeconômica, que interfere diretamente na realidade e desempenho delas durante o curso, já que as três são oriundas de famílias de baixa renda. E a origem, que não se mostrou um ponto de conflito, por se tratar de mulheres nordestinas que ingressaram em uma universidade nordestina, porém não se pode descartar a hipótese de que se elas tivessem ingressado em uma universidade em outra região do país, muito provavelmente elas teriam passado por algum episódio de xenofobia.

Mais um ponto positivo que marca a permanência das colaboradoras ao Ensino Superior, foi a experiência formativa de alta intensidade no que tange a compreensão das políticas de Ações Afirmativas. Se no passado, o ingresso na instituição foi marcado por dúvidas sobre se enquadrar ou não nos requisitos para ingressar como cotistas na UESPI, hoje essa dúvida a cerca de sua identidade e pertencimento étnico racial, não existe mais. Para além disso, elas puderam aprender na prática como a política funciona de forma inclusiva, ao promover o acesso de pessoas negras ao ambiente universitário, como ferramenta de combate à desigualdade social, racial e econômica, promovendo assim, a consolidação da universidade pública e gratuita.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

Após a leitura e análise dos memoriais autobiográficos escritos por essas mulheres negras, cotistas, nordestinas, egressas da Universidade Estadual do Piauí, não posso deixar de registrar o atravessamento que a trajetória acadêmica delas me fez. Como uma mulher negra, também cotista que estudou no *campus* Dr^a Josefina Demes durante o mesmo período que elas estudaram, posso afirmar que passei por situações semelhantes as que foram aqui descritas, portanto, produzir voz e fazer o registro da trajetória dessas mulheres, também é fazer o registro da minha trajetória.

É preciso que exista o entendimento de que políticas de assistência estudantil por si só, não garantem a permanência de estudantes cotistas dentro das instituições públicas de Ensino Superior, exatamente pelo conjunto de ações que a universidade já não contempla. Para isso existe a necessidade de se pensar políticas de permanência que sejam específicas para esse grupo e que consigam atender as demandas discentes, que vão do transporte, moradia, alimentação, custeio de materiais, apoio psicológico e até mesmo o acompanhamento desses estudantes quando eles se tornam egressos.

O cenário uespiano nos mostra que apesar do avanço, as Ações Afirmativas ainda enfrentam barreiras no seu processo de consolidação, manutenção, fiscalização e efetivação. Para além do incentivo ao ingresso de pessoas negras nas universidades é preciso que a permanência desse grupo nesses espaços seja viabilizada de forma que atenda as demandas que envolvem a trajetória acadêmica dos estudantes cotistas dentro do espaço acadêmico, não somente como estudantes dos cursos de graduação, mas também na pós-graduação e como professores dessas instituições. Tirando assim, esses sujeitos e sujeitas das margens e os colocando no centro o que resultaria na abertura de novos caminhos e na (re)construção de espaços de afirmação.

Este estudo, se mostra com uma gota em um oceano digno de ser explorado, para além de pensar a efetividade das Ações Afirmativas, é preciso pensar também a manutenção dessa política. Reconhecer que a população negra vive em pé de desigualdade quando comparada ao restante da população não somente no meio educacional, mas também no cenário político, no mercado de trabalho e diversos outros setores da sociedade civil.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Mariana Kovaski de. Análise das Políticas de Assistência Estudantil durante a Pandemia de COVID-19: um olhar de estudantes de baixa renda do curso de pedagogia da UFRGS. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Pedagogia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre – 2023.

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. **Revista História da educação**, v. 7, n. 14, p. 79-95, 2003.

ALMEIDA, Giane Elisa Sales de; ALVES, Claudia Maria Costa. Educação escolar de mulheres negras: interdições históricas. **Revista Educação em Questão**, v. 41, n. 27, 2011.

ASSUNÇÃO, Rosângela; DE OLIVEIRA, Ana Paula Rocha. Docentes em luta: a greve de docentes da UESPI em 2016. **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de historia da UESPI**, v. 11, n. 2, p. 237-252, 2020.

BARRETO, Andreia. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, v. 6, p. 5-46, 2014.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. – 1ª ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2022.

BEZZERRA, Nathalia. Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. In: **Conferência Internacional sobre os Sete Saberes**. Ministério Público do Estado da Bahia, 2010.

CARNEIRO, Sueli. **Construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005, 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

COSTA, Andréa Lopes da; PICANÇO, Felícia. PARA ALÉM DO ACESSO E DA INCLUSÃO Impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no Ensino Superior. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, p. 281-306, 2020.

COSTA, Jurandir Freire. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

social. Prefácio de Maria Lúcia da Silva e Jurandir Freire Costa. – 1ª ed. – Rio de Janeiro : Zahar, 2021.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 148, p. 302-327, 2013.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS Luiz Augusto; DAFLON Verônica Toste; Anna Carolina VENTURINI. **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. EdUERJ, 2018.

FERREIRA, Sheila de Oliveira; BONFIM, Maria Elisabete Alves. **Narrativas que subvertem: as(re)significações das mulheres negras que ingressam no ensino superior**. IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade 4., 2010, São Cristóvão. Anais eletrônicos. São Cristóvão: EDUCON, 2010. Disponível em: <<http://educonse.com.br/2010/>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Revista Tempo e Argumento**, v. 12, n. 29, p. 01-24, 2020.

FREITAS, Jefferson B. de; PORTELA, Poema E.; FERES-JÚNIOR, João; BESSA, Ágida; NASCIMENTO, Vivian. As Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades Federais e Estaduais (2003-2018). **Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)**, IESP- UERJ, 2020, p. 1-33.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil–UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica–Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. **Porto alegre: Editora da UFRGS**, v. 2, n. 0, p. 0, 2009.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos** / Organização Flavia Rios, Marcia Lima. – 1ª ed. – Rio de Janeiro : Zahar, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. [s.l]. 2021. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/conhecendo-o-brasil.html>. Acesso: 15 de dezembro de 2023

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017.
Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse> . Acesso em: 07 de abr. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. Brasília: Inep, 2018.
Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse> . Acesso em: 07 de abr. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília: Inep, 2019.
Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse> . Acesso em: 07 de abr. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019**. Brasília: Inep, 2020.
Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse> . Acesso em: 07 de abr. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2017** [recurso eletrônico]– Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.
Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse> . Acesso em: 07 de abr. 2021.

PEREIRA, Natanael Soares. **10 anos das políticas de cotas da UESPI: um breve estudo sobre o acesso de alunos e alunas negras – 2009-2019**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em História. Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Teresina – 2021.

PIAUI. Governo do Estado. **Lei Ordinária N° 5.791, de 19 de agosto de 2008a**. Dispõe sobre a criação do Sistema de Cotas Sociais para Ingresso de Estudantes Oriundos de Escolas Públicas nas instituições públicas de ensino superior do Estado do Piauí e da outras providências. Disponível em: <http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/13742>. Acesso em: 05 abr. 2021.

PIAUI, Universidade Estadual do. **Resolução CONSUN n. 007/2008b, de 11 de julho de 2008b**. Regulamenta a Reserva de Vagas na oferta do Vestibular dos Cursos de Graduação e dá outras providências. Teresina: Conselho Universitário, 2008. Disponível em: <http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario/200807/7642441484c5316.pdf> Acesso em: 05 abr. 2021.

PIAUI. Governo do Estado. **Lei Ordinária N° 7.455/2021a**, de 14 de janeiro de 2021. Altera a Lei n° 5.791, de 19 de agosto de 2008, que dispõe sobre a criação do Sistema de Cotas Sociais para Ingresso de Estudantes Oriundos de Escolas Públicas nas instituições públicas de ensino superior do Estado do Piauí. Disponível em:



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

<http://www.pge.pi.gov.br/informativos/Informativo%20PGE%20N%2074.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2021.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – 2022 – 2026. PDI – UESPI, 2022.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. O Acesso ao Ensino Superior: gênero e raça. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 34, p. 175-197, jan./jun. 2001.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas de; DE LIMA MACÊDO, Marluce. A produção de estudos sobre a lei 10.639 nas regiões norte e nordeste. 2013. **Revista Educação e Políticas em Debate** – v. 2, n. 1 – jan./jul. 2013.

ROSA, Chaiane de Medeiros. Políticas afirmativas para acesso a educação superior brasileira: história e embates. **Plures Humanidades**, v. 15, n. 1, 2014.

ROSEMBERG, Fúlvia; ANDRADE, Leandro Feitosa. Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: a tensão entre raça/etnia e gênero. **cadernos pagu**, n. 31, p. 419-437, 2008.

SANTOS, Sales Augusto dos; FREITAS, Matheus Silva. Sistema de cotas e fraudes em uma universidade federal brasileira. **REVES-Revista Relações Sociais**, v. 3, n. 3, p. 0001-0023, 2020.

SANTOS, Vivian da Silva; PEREIRA, Antônio Cícero de Andrade. **O sistema de cotas no ingresso e permanência de candidatos autodeclarados negros na UESPI de Floriano, Piauí**. VI Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Africanas: Narrativas e Direitos Humanos (UESPI), 2019.

SILVA, Glauco Peres da. Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 18, p. 311-333, 2013.

SILVA, Daniele Nunes Henrique; SIRGADO, Angel Pino; TAVIRA, Larissa Vasques. Memória, narrativa e identidade profissional: analisando memoriais docentes. **Cadernos Cedex**, v. 32, p. 263-283, 2012.

SILVA, Iraneide Soares da; ROCHA, Cristiana Costa da; MIRANDA, José da Cruz Bispo de. Breves apontamentos sobre a institucionalização das políticas afirmativas na universidade estadual do Piauí: experiências com as bancas de heteroidentificação. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 13, n. Ed. Especi, p. 210-231, maio 2021.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

SILVA, Jailson de Souza e. " **Por que uns e não outros?**": caminhada de jovens pobres para a universidade. Rio de Janeiro : 7Letras, 2003.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. **Dossiê Mulheres Negras**, p. 109, 2013.

SOTERO, Edilza Correia. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. **Dossiê Mulheres Negras**, p. 35, 2013.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Prefácio de Maria Lúcia da Silva e Jurandir Freire Costa. – Iª ed. – Rio de Janeiro : Zahar, 2021.

MEDEIROS, Diego Souza de; GUIMARÃES, Jairo de Carvalho. A política de assistência estudantil em uma universidade pública: um estudo à luz das repercussões da COVID-19. **Observatório De La Economía Latinoamericana**, [S. l.], v. 21, n. 9, p. 11386–11406, 2023. DOI: 10.55905/oelv21n9-048. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/1048>. Acesso em: 1 feb. 2024

MIGUEL, Luis Felipe. Mulheres e espaços de poder no Brasil. **Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos**. Brasília: Fund. A. de Gusmão, p. 139-155, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 197-217, 2002.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista usp**, n. 68, p. 46-57, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Cotas raciais na USP: um debate atropelado e “operação abafa”. **Revista da Adusp**, São Paulo, n. 47, p. 20-25, 2010.

NASCIMENTO, Francisca Silva do; COUTINHO Josilane Amaro; PINHEIRO, Taciana Carvalho. Exame nacional do ensino médio–ENEM: um olhar dos discentes do 3 ano do ensino médio e sua preparação para o ingresso no ensino superior. **Educação em Revista**, v. 14, n. 2, 2013.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB
CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE – PPGES

OLIVEIRA, Waldete Tristão Farias; MACHADO, Carlos Eduardo Dias. A demanda da população negra brasileira por educação: um longo trajeto até a lei 10.639/03. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 10, p. 314-339, 2018.

REIS, Dyane Brito. Acesso e Permanência de Negros (as) no Ensino Superior: o caso da UFBA. **Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior**, v. 30, p. 11-358, 2007.

RIBEIRO, Matilde. **Institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: percurso e estratégias – 1986 a 2010**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo..

VANSTREELS, Christine. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. Ministério da Educação (MEC). Brasília, 2014.

VIANA, Ana Rocha; SOUZA, Fernanda Pereira de; ANJOS NETA, Ma. Madalena Souza dos. Distribuição e representatividade feminina: um estudo sobre a universidade estadual do sudoeste da bahia –uesb. **Revista Extensão e Cidadania**, Vitória da Conquista/BA, v. 8, jul/dez. 2017.